

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUÍSTICA
LINHA DE PESQUISA: TEORIA E ANÁLISE LINGUÍSTICA

RENATO JEFFERSON BEZERRA LEÃO GREGORIO

**CAMINHOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DA
ESCRITA DE SINAIS**

MACEIÓ-AL

2024

RENATO JEFFERSON BEZERRA LEÃO GREGORIO

**CAMINHOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DA
ESCRITA DE SINAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Jair Barbosa da Silva
Coorientador: Prof. Dr. Carlos Roberto Ludwig

MACEIÓ-AL

2024

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

G821c Gregorio, Renato Jefferson Bezerra Leão.

Caminhos para implementação das políticas linguísticas da escrita de sinais /
Renato Jefferson Bezerra Leão Gregorio. – 2024.
157 f. : il.

Orientador: Jair Barbosa da Silva.

Co-orientador: Carlos Roberto Ludwig.

Tese (doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de
Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura. Maceió, 2024.

Bibliografia. f. 147-153.

Apêndices: f. 154-157.

1. Políticas linguística. 2. Linguística - Planejamento e implementação. 3. Língua
de sinais - Oficialização e padronização. 4. Língua brasileira de sinais. 5. SignWriting
(Sistema de escrita). I. Título.

CDU: 81'221.24(81)

Folha de Aprovação

RENATO JEFFERSON BEZERRA LEÃO GREGORIO

CAMINHOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DA ESCRITA DE SINAIS

Tese submetido à banca examinadora do curso
de Doutorado em Linguística e Literatura da
Universidade Federal de Alagoas e aprovada em
24 de maio de 2024.

(Orientador(a) - Doutor, Jair Barbosa da Silva, UFAL)

(Coorientador(a) - Doutor, Carlos Roberto Ludwig, UFT)

Banca examinadora:

(Examinador(a) Externo(a) - Doutora, Marianne Rossi Stumpf, UFSC)

(Examinador(a) Externo(a) – Doutor, Felipe de Almeida Coura, UFT)

Examinador(a) Interno(a) - Doutor, Adeilson Pinheiro Sedrins, UFAL)

(Examinador(a) Interno(a) – Doutor, Alexandre Melo de Sousa, UFAL)

Esta pesquisa discute a implantação das políticas linguísticas da escrita de língua de sinais no Brasil, considerando que não há uma legislação que regulamente a escrita de sinais para a Libras. Além disso, pretende-se verificar, com os professores de Letras: Libras, a possibilidade de se adotar um único sistema de escrita de sinais para a Libras, uma vez que há quatro propostas de sistemas de escritas de sinais no Brasil: SignWriting (SW), Sistema de Escrita das Línguas de Sinais (ELiS), Sistema de Escrita para Línguas de Sinais (SEL) e Escrita Visogramada das Línguas de Sinais (VisoGrafia). O objetivo geral da pesquisa é problematizar a implantação das políticas linguísticas em relação à escrita de língua de sinais no Brasil. Os objetivos específicos são os seguintes: a) Investigar o uso e a difusão de sistema de escrita de língua de sinais, a partir da visão de professores de escrita de sinais. b) Discutir sobre a oficialização e padronização de um sistema de escrita e suas implicações nos diversos contextos de escrita da Libras. c) Propor ações para a implementação das políticas linguísticas no que se refere à escrita de sinais no Brasil. As perguntas da pesquisa são estas: 1) Qual a percepção dos professores sobre a necessidade de oficialização de um sistema de escrita? 2) Como são apresentadas as políticas linguísticas sobre a escrita de sinais nos documentos oficiais e pesquisas linguísticas? 3) Como são difundidos os sistemas de escritas de sinais no Brasil? Como podem ser desenvolvidas ações de padronização e oficialização de um único sistema de escrita de sinais no Brasil? Esta pesquisa é um estudo de caso que analisa a perspectiva de professores de universidades das cinco regiões do Brasil. Será adotada também a pesquisa bibliográfica e documental, visto que está relacionada com o objetivo dessa pesquisa. Foram analisados os PPCs e as ementas de cursos de Letras: Libras. Foram entrevistados professores da UFAM, UFSC, UFPE, UFMG e UnB. Os entrevistados argumentam que é necessário adotar um único sistema de escrita de sinais do Brasil, bem como este sistema deve ser difundido nos diversos espaços sociais, educacionais e de acesso à informação. Todos os informantes defendem que o sistema *SignWriting* deve ser oficializado como único sistema de escrita de sinais no Brasil, porque se trata do sistema mais difundido no Brasil e no mundo. Por fim, apresentamos algumas ações para a implementação do sistema de escrita de sinais *SignWriting* no Brasil.

Palavras-chave: Políticas Linguísticas; Planejamento e Implementação Linguística; Oficialização e Padronização de Escrita de Sinais; Libras; *SignWriting*.

This research discusses the implementation of linguistic policies for sign language writing in Brazil, considering that there is no legislation that regulates sign writing for Libras. Furthermore, we intend to verify with Libras professors the possibility of adopting a single sign writing system for Libras, since there are four proposals for sign writing systems in Brazil: SignWriting (SW), Sign Language Writing System (ELiS), Sign Language Writing System (SEL) and Sign Language Visogram Writing (VisoGrafia). The general objective of the research is to problematize the implementation of linguistic policies in relation to sign language writing in Brazil. The specific objectives are the following: a) Investigate the use and dissemination of the sign language writing system, from the perspective of sign writing professors. b) Discuss the officialization and standardization of a writing system and its implications in the different Libras writing contexts. c) Propose actions for the implementation of linguistic policy regarding sign writing in Brazil. The research questions are these: 1) What are the professors' perception of the need to officialize a writing system? 2) How are language policies on sign writing presented in official documents and linguistic research? 3) How are sign writing systems widespread in Brazil? How can actions be developed to standardize and make a single sign writing system official in Brazil? This research is a case study that analyzes the perspective of professors from universities in the five regions of Brazil. Bibliographic and documentary research will also be adopted, as it is related to the objective of this research. The PPCs and syllabi of Letters: Libras courses were analyzed. Professors from UFAM, UFSC, UFPE, UFMG and UnB were interviewed. Interviewees argue that it is necessary to adopt a single sign writing system in Brazil, and this system must be disseminated in the various social, educational and information access spaces. All informants argue that the SignWriting system should be made official as the only sign writing system in Brazil, because it is the most widespread system in Brazil and the world. Finally, we present some actions for the implementation of the SignWriting system in Brazil.

Keywords: Language Policies; Linguistic Planning and Implementation; Officialization and Standardization of Sign Writing; Libras; SignWriting.

Figura 1	a) Marianne Rossi Stumpf e b) Valérie Sutton.....	16
Figura 2	Alfabeto manual de Libras em SignWriting.....	17
Figura 3	Mariângela Estelita de Barros.....	17
Figura 4	Alfabeto Manual em ELiS.....	18
Figura 5	Adriana Stella Cardoso Lessa de Oliveira.....	19
Figura 6	Alfabeto Manual da Libras em SEL.....	20
Figura 7	Cláudio Alves Benassi.....	20
Figura 8	Alfabeto manual da Libras em VisoGrafia.....	21
Figura 9	Sinal Libras com a escrita de Sinais SignWriting.....	21
Figura 10	Parte Inicial do Ato da Língua de Sinais da Nova Zelândia de 2006.....	60
Figura 11	Mapa do Brasil com os Sistemas de Escritas de Sinais.....	72
Figura 12	SignPudlle On-Line.....	104
Figura 13	Pesquisar palavras.....	105
Figura 14	Criar sinais em <i>SignWriting</i>	105
Figura 15	Vários sinais CASA em <i>SignWriting</i> que aparece no site SignPudlle.....	109
Figura 15a	Sinal Casa (padrão).....	109
Figura 15b	Sinal Casa (padrão).....	109
Figura 15c	Sinal Casa (padrão).....	110
Figura 15d	Sinal Casa ou Morar (não-padrão).....	110
Figura 15e	Sinal Casa (não-padrão).....	110
Figura 15f	Sinal Casa (não-padrão).....	111
Figura 16	<i>SignWriting</i> como Suporte de Leitura de textos escritos em português.....	117
Figura 17	Gibi em <i>SignWriting</i>	122

Figura 18	Capa de Dissertação de Mestrado em SW.....	124
Figura 19	Artigo em Escrita de Sinais.....	125
Figura 20	Capítulo em escrita de sinais em <i>SignWriting</i>	126
Figura 21	Capa do Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional – TO.....	129
Figura 22	Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional Divulgado no Instagram.....	131
Figura 23	Topônimo Palmas com Escrita de sinais.....	133
Figura 24	Site do acervo Toponímia dos sinais acreanos.....	134
Figura 25	Mapa dos Campi da UFT e seu respectivo sinal em <i>SignWriting</i>	135

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Locais de acesso à informação em Escrita de Sinais.....	128
-----------	---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Tipos de Políticas Linguísticas Legisladoras	32
Tabela 2	Tipos de Políticas Linguísticas Constitucionais.....	34
Tabela 3	Dispositivos Constitucionais.....	35
Tabela 4	Línguas de Sinais reconhecidas por leis.....	35
Tabela 5	Línguas de Sinais reconhecidas por leis e outros meios de comunicação.....	36
Tabela 6	Línguas de Sinais reconhecidas por Conselho Nacional de Línguas.....	37
Tabela 7	Línguas de Sinais reconhecidas por leis sobre deficiência e educação.....	37
Tabela 8	Universidades pesquisadas.....	66
Tabela 9	Duração das entrevistas dos Informantes.....	67
Tabela 10	Os informantes da entrevista.....	69
Tabela 11	Quantidade da disciplina de escritas de sinais.....	70
Tabela 12	Quantitativo de Disciplinas de Escritas de Sinais nos PPCs.....	71
Tabela 13	Livros literários produzidos com sistema SignWriting (até 2017).....	120
Tabela 14	Livros literários produzidos com sistema SignWriting (2019).....	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
UFT	Universidade Federal do Tocantins
SW	<i>SignWriting</i>
ELiS	Sistema de Escrita das Línguas de Sinais
SEL	Sistema de Escrita para Línguas de Sinais
VisoGrafia	Escrita Visogramada das Línguas de Sinais
PPCs	Projetos Pedagógicos dos Cursos
Libras	A língua Brasileira de Sinais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFG	Universidade Federal de Goiás

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por me permitir ter saúde, fé e força para viver todas as experiências vivenciadas nesse e por guiar todos os meus passos. Permaneça olhando por mim diariamente porque a luta continua.

A minha mãe Evânia Leão, pois, sem sua força, exemplo e apoio, eu não seria nada. Agradeço por todo o suporte que me deu durante a caminhada, pelas palavras de conforto nos dias mais difíceis e por nunca ter me deixado desistir de tudo o que sempre sonhei. Obrigado de verdade, por ficar ao meu lado me apoiando, me dando o amor de uma mãe guerreira e me fazendo mais forte para enfrentar qualquer dificuldade.

Ao meu pai Hermes Gregorio Junior, que se fez e faz presente em minha vida, agradeço por ser meu exemplo de honestidade, coragem, bondade e me ensinar que viver entre amigos e ao lado da família, também é uma benção e por se fazer presente quando precisava do seu apoio. Obrigado por meu combustível e me incentivar.

Aos meus avós maternos, Rita e Espedito Leão, sempre preocupados com meu bem-estar e por cuidarem tão bem de mim, sendo, meus melhores exemplos pessoas especiais e de coração puro. Agradeço bastante por tudo o que sempre fizeram e por torcerem por mim todos os dias.

A minha avó paterna Maria Socorro, que mesmo distante está sempre em meu coração e nas minhas orações. Me perguntando como estou, se estou estudando e trabalhando. É a pessoa pela qual tenho um imenso carinho e admiração.

Ao meu avô paterno Hermes Gregorio (in memoria), impossível de esquecer você em qualquer momento da minha vida, pois, estava junto a mim e me dizendo que estava feliz por eu ter sido aprovado no doutorado e que era para eu concluir mais essa etapa pois estaria me assistindo. Sinto sua presença, meu “vô”, mesmo o senhor não estando mais fisicamente aqui entre nós. Tenho certeza de que está olhando e torcendo por mim, onde quer que esteja. Nas minhas orações e no meu coração estaremos sempre juntos. Obrigado por me apoiar.

Aos meus irmãos, Vinicius Leão, Eduarda Leão, Thaísa Leão e Bruna Leão por dividir comigo momentos bons e ruins. Que sempre acreditaram que eu conseguiria vencer mais uma etapa difícil na vida. Me mostrando que sentem muito orgulho de todas as minhas vitórias. Saibam, eu também torço muito por cada um de vocês. Unidos para sempre: Obrigado por tudo o que são para mim e por me ajudarem a concluir meu doutorado.

Aos meus amigos, obrigado por estarem sempre torcendo por mim e entendendo minhas ausências nos eventos festivos, viagens, datas comemorativas, feriados, enfim, por entenderem quanto difícil e importante é um doutorado. Devendo ser encarado com muita responsabilidade e seriedade. Obrigado pela compreensão.

Agradeço ao meu orientador, Dr. Jair Silva, por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa e pela confiança depositada na minha proposta de projeto. Obrigado por me manter motivado durante todo o processo.

Agradeço ao meu coorientador, Dr. Carlos Ludwig, sempre me instigando com a ideia de valorização e oportunidades para meu desenvolvimento nos estudos e auxiliando a minha visão de futuro. Obrigado pelas valiosas contribuições dadas durante todo o processo.

Dr^a Marianne Stumpf, Dr^a Ronice Quadros, Dr. Adeilson Sedrins, Dr. Aldir Sanos, Dr. Felipe Coura, Dr. Alexandre Sousa, pessoas fundamentais na coleta de material para essa tese, pois, o que me ensinaram resulta nesse trabalho e, me ajudaram a formar uma melhor opinião para o desenvolvimento da pesquisa. Meus sinceros obrigado pela grande atenção dispensada que se tornou essencial para que a tese fosse concluída.

Agradeço aos amigos e colegas de turma, que humildemente compartilharam seus conhecimentos, pesquisas e troca de ideias nessa pandemia. Obrigado pela atenção e pela disposição a mim destinadas.

Aos professores surdos da UFAM, UFMG, UNB, UFPE E UFSC, agradeço a ajuda dispensada por dedicarem parte do tempo para responder a entrevista que propus visando extrair as respostas necessárias para concluir a pesquisa, sem vocês não teria conseguido. Obrigado.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.2	HIPÓTESE.....	23
1.3	OBJETIVOS.....	23
1.3.1	Objetivo geral.....	23
1.3.2	Objetivos específicos.....	23
1.4	PERGUNTAS DE PESQUISA.....	24
2	BASE TEÓRICA E CONCEITUAL.....	27
2.1	Políticas Linguísticas e Escrita de Sinais.....	27
2.2	Oficialização, Padronização e Políticas Linguísticas em Escritas de Sinais.....	44
2.3	Oficialização de Línguas de Sinais e Escrita de Sinais.....	57
3	METODOLOGIA.....	65
3.1	Natureza da Pesquisa.....	65
3.2	Local de realização da Pesquisa e Informantes.....	67
3.3	Questões éticas da pesquisa.....	68
4	ANÁLISE DOS DADOS.....	70
4.1	Análise dos PPCs dos Cursos de Letras: Libras.....	70
4.2	Análise das Entrevistas.....	73
4.2.1	Experiência Docente em Escrita de Sinais.....	73
4.2.2	Escrita de Sinais, Ensino de Libras e Materiais Didáticos.....	78
4.2.3	Padronização e Difusão da Escrita de Sinais.....	87
5	REFLEXÕES SOBRE OFICIALIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DO SISTEMA <i>SIGNWRITING</i>	99
5.1	Reflexões sobre a Glifonomia do <i>Signwriting</i>	99
5.2	Ações para implementar e difundir o Sistema de Escrita de Sinais <i>SignWriting</i>	112
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
	REFERÊNCIAS	147
	APÊNDICE A – PERGUNTAS DA ENTREVISTA	154
	APÊNDICE B – TCLE	155

1 INTRODUÇÃO

A Lei nº 10.436/2002, conhecida como Lei de Libras, regulamenta o uso dessa língua na modalidade sinalizada, mas não na sua modalidade escrita. No artigo 4, Parágrafo único, a Lei determina: “A Língua Brasileira de Sinais – Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa”. Segundo Quadros e Stumpf (2018, p. 23), esse parágrafo tem causado alguns problemas para os surdos no Brasil porque, em alguns estados, os surdos não têm acesso a diferentes espaços públicos equitativamente. Ainda não há uma escolha de um único sistema de escrita de sinais e o ensino de Libras foca mais nas habilidades de compreensão e produção sinalizada. Assim, a leitura e a escrita de textos em escrita de sinais podem ficar em segundo plano. Por isso, embora a Libras seja reconhecida pela Lei nº 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto 5.626/2005, ainda não dispomos de uma regulamentação que preconize um sistema de escrita de sinais no Brasil.

Além disso, é preciso reconhecer que o surdo tem a necessidade de escrever numa modalidade que representa os parâmetros fonológicos da Libras. Stumpf e Wanderley (2016) questionam esse problema no artigo **Quem fala português, escreve em português. Quem fala inglês, escreve em inglês. Os surdos: em que língua escrevem?** Segundo as autoras, na escola, é ensinada aos surdos apenas a língua portuguesa, mesmo para os que conhecem a Libras, ao contrário das crianças ouvintes que tiveram o primeiro contato com a língua falada em língua portuguesa. As autoras desenvolveram uma pesquisa em uma escola especial para surdos, onde usaram o sistema *SignWriting* (SW) para ensinar os surdos a escrever na sua língua. Nessa pesquisa, verificaram como o *SignWriting* ajudou os surdos a compreender e escrever palavras e textos em português, além de ser a escrita da Libras como primeira língua

Nesse sentido, os ouvintes têm acesso à educação através de sua língua de forma confortável, ou seja, a língua portuguesa. Quando o aluno ouvinte aprende a ler e escrever em língua portuguesa na escola, consegue desenvolver suas potencialidades cognitivas de forma plena. Entretanto, os alunos surdos usam a Libras como primeira língua e, na maioria das vezes, entram na escola, aprendem a ler e escrever numa língua diferente da que ele utiliza em sua modalidade “oral”. Ou seja, os surdos utilizam uma língua em sua comunicação diária e outra quando escrevem, o que Capovilla (2000) chama de *descontinuidade* entre sinalização e escrita. Esses sujeitos têm experiências e conhecimento sobre os sistemas de escrita de sinais no Brasil e necessitamos demonstrar qual sistema pode ser oficializado no Brasil: SW, ELiS, SEL e

VisoGrafia. Esses sistemas serão apresentados brevemente a seguir

Marianne Stumpf iniciou as pesquisas sobre o sistema *SignWriting* (SW) em 1996. Esse sistema foi criado em 1974, na Universidade de Copenhague na Dinamarca, pela coreógrafa norte-americana Valérie Sutton. Ela empregava a notação de movimentos de dança e balé, o *DanceWriting*, para as línguas de sinais. De acordo com Kugot (2015),

O sistema de escrita para línguas de sinais denominado SignWriting foi criado por Valerie Sutton em 1974. Valerie era dançarina e coreógrafa quando desenvolveu um sistema chamado DanceWriting, para registrar suas coreografias de balé clássico e jazz. A DanceWriting é uma linguagem visual que representa os movimentos tanto de dançarinos individuais como em grupos. (2015, p. 64)

O *SignWriting* é um sistema de escrita das línguas de sinais usado na Libras também. É difundido em vários países que possuem diferentes línguas de sinais. O sistema SW apresenta características gráficas, esquemáticas e analógicas que registram, de forma transparente e icônica, os sinais de uma língua de sinais. Por isso, possibilita a facilidade na aprendizagem e manipulação desse sistema. Na Figura 01, são representadas a pesquisadora Stumpf e a coreógrafa Sutton, respectivamente. A Figura 2 mostra o alfabeto manual em SW.

Figura 1 – a) Marianne Rossi Stumpf e b) Valérie Sutton



Fonte: a) <https://copels.com.br/curriculo/marianne-rossi-stumpf/> e b) <https://escritadesinais.com/2010/08/17/historia-do-signwriting/> acesso no dia 20/04/2024

Figura 2 – Alfabeto manual de Libras em SignWriting



Fonte: Ribeiro (2016)

Esse sistema é amplamente difundido no Brasil por meio dos cursos de Letras: Libras. Em 2006, foi criado o curso de Letras: Libras Licenciatura no formato EaD, com 15 polos em diversos estados da federação do Brasil. Em 2008, foi criado o curso de Bacharelado em Letras: Libras, também EaD (QUADROS, 2015). Esses dois cursos possibilitaram a difusão do sistema SW no Brasil.

Em 2008, Barros cria o sistema ELiS – Escrita das Línguas de Sinais (BARROS, 2008), em sua tese de doutorado. Esse sistema foi desenvolvido com base no sistema de notação de Stokoe. De acordo com Barros (2008), “devo reconhecer, portanto, que a ELiS tem base no sistema de Stokoe (1965), que é uma base alfabética, isto é, uma tentativa de representação gráfica de cada visema da língua.” (BARROS, 2008, p. 6). A autora esclarece também que o visograma da ELiS possui adaptabilidade verificada em qualquer sistema de escrita alfabética. Assim, essa base alfabética pode ser utilizada por qualquer língua de sinais. Na Figura 3, temos a imagem da pesquisadora Barros.

Figura 3 – Mariângela Estelita de Barros



Fonte: <https://sigaa.sistemas.ufg.br/sigaa/public/docente/portal.jsf?siape=1690986> acesso no dia 20/04/2024

O sistema de escrita de sinais ELiS permite ser usado em qualquer língua de sinais. A base alfabética é flexível, embora não apresenta as expressões faciais. Na figura 4, temos o alfabeto manual da ELiS:

Figura 4 – Alfabeto Manual em ELiS



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Escrita_das_l%C3%ADnguas_de_sinais acesso no dia 14/06/2018

Em 2012, Lessa de Oliveira, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), desenvolveu um sistema de escrita de sinais linear, alfabético e, de acordo com a autora, econômico. É constituído por 356 símbolos que denominou de SEL – Sistema de Escrita da Libras. Na Figura 5, temos a imagem da pesquisadora Lesse de Oliveira.

Figura 5 – Adriana Stella Cardoso Lessa de Oliveira



Fonte: <https://ppgl.in/testimonials/profa-dra-adriana-stella-cardoso-lessa-de-oliveira/>
acesso no dia 20/04/2024

O SEL possui sua base alfabética e linear, o que é comum ao sistema ELiS. Tem como objetivo registrar a Libras em diversos contextos de comunicação de forma sintética e com eficácia. Segundo Leão (2019)

os parâmetros correspondiam ao primeiro nível de segmentação do sinal, em que se encontra as menores unidades classificáveis e agrupáveis. Já no segundo nível de segmentação articulatória em línguas gestos-visuais estão dispostos três elementos de naturezas distintas denominadas de macrossegmentos, quais sejam: M- Mão, L- Locação e Mov- Movimento que são formados pela combinação intrínseca de traços relacionados. Esses traços são os parâmetros de configuração de mão, locação, movimento, orientação da palma da mão e expressão facial, havendo ainda a observação dos três eixos de posição da mão, os três planos de realização do movimento, com os movimentos de dedos e os pontos de toque, chegando ao nível três constituído por unidades formadas pela união dos três macrossegmentos, já mencionada anteriormente e denominadas unidades M, L e Mov. (LEÃO, 2019, p. 14-15).

Na Figura 6, percebe-se o alfabeto manual da Libras em SEL.

Figura 6 – Alfabeto Manual da Libras em SEL.



Fonte: <http://sel-libras.blogspot.com.br/p/datilologia.htm>

Acesso no dia 14/06/2018

Outro sistema de escrita de sinais, criado recentemente, foi a escrita visogramada das línguas de sinais ou VisoGrafia. Este sistema foi criado em 2018 na tese de doutorado de Cláudio Alves Benassi. O autor analisou os sistemas SW e ELiS e percebeu que seria possível fundir os dois sistemas num novo sistema mais simplificado. A figura 7, apresenta o autor Benassi:

Figura 7 – Cláudio Alves Benassi

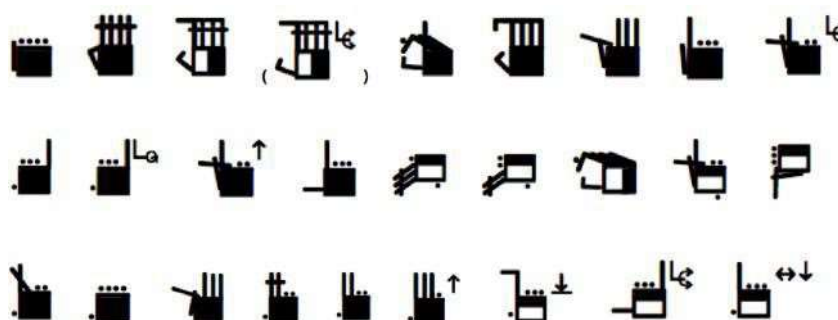


Fonte: <https://docplayer.com.br/77316728-Terlusology-types-of-breathing-exhalation-and-inhalation-claudio-alves-benassi.html> acesso no dia 20/04/2024

Segundo Benassi Benassi (2018), as línguas de sinais possuem cinco visemas ou parâmetros constitutivos: Configuração de Mão (CM), Locação (L), Movimentos (M), Direção ou Orientação da Palma (OP) e as Expressões Não Manuais (ENM). Desta forma, a VisoGrafia

registra as línguas de sinais de forma linear e sequencial, de acordo com esses cinco parâmetros das línguas de sinais. O sistema possui visografemas (letras) e diacríticos (símbolos gráficos que têm a função de complementar o registro de um dado sinal. (BENASSI, 2016; 2017). Na figura 8, observa-se o alfabeto manual da Libras em VisoGrafia:

Figura 8 – Alfabeto manual da Libras em VisoGrafia.



Fonte: Imagem cedida pelo pesquisador Claudio Alves Benassi.

Nesse sentido, Silva (2018) argumenta que

A VisoGrafia, apesar de aparentar ser uma escrita ideogramada, ou seja, um sistema de grafia em que as informações são grafadas no todo, é uma escrita de sinais que grafa as informações visoneticamente (foneticamente). Isto quer dizer, que os visemas (fonemas) são grafados um por vez e em sua devida ordem. Os visemas grafados são a CM por meio do uso das CD, OP, L, M e ENM. Na Sequência, escreve-se a OP e nela, se grafa as CD. Por último escreve-se os M e as ENM são adicionadas por último por meio do uso de diacríticos próprios. (SILVA, COSTA, et al., 2018, p. 17).

Desta forma, esses quatro sistemas apresentados buscam o registro das línguas de sinais. No entanto, essa profusão de sistemas de escrita de sinais pode apresentar alguns limites práticos no processo de implementação da escrita de sinais no Brasil. As línguas orais, por exemplo, possuem normalmente apenas uma forma escrita. Assim, a difusão de quatro sistemas de escrita de sinais pode dificultar a escrita da Libras, em que alguns estados do Brasil usam um sistema e outros usam outro. Desta forma, faz-se necessário a implementação de um único sistema de escrita de sinais.

O foco principal desta pesquisa é o estudo sobre a problematização e a implantação de

políticas linguísticas em relação à escrita de língua de sinais no Brasil. Nesta tese, usa-se o termo *Políticas Linguísticas* no plural, significando que estão implicados nesse termo duas concepções importantes: as políticas linguísticas e planejamento linguístico. Isso também que as políticas linguísticas abrangem diversas áreas como políticas linguísticas educacionais, de tradução, de terminologia, escrita de sinais, publicações, legislativas, dentre outros possíveis ramos das políticas linguísticas.

Deve-se considerar também que não há uma diretriz que regule um único sistema de escrita de sinais para a Libras. Além disso, pretende-se verificar com os professores de Letras: Libras a possibilidade de haver um único sistema de escrita de sinais, uma vez que há quatro propostas de sistemas de escritas de sinais no Brasil: SignWriting (SW), Sistema de Escrita das Línguas de Sinais (ELiS), Sistema de Escrita para Línguas de Sinais (SEL) e Escrita Visogramada das Línguas de Sinais (VisoGrafia).¹ É necessário promover discussões sobre o uso de um desses sistemas como oficial para escrever em escrita de sinais.

Assim, essa pesquisa pretende compreender a relevância da escrita de sinais para o registro e uso da Libras no Brasil. Por fim, acredita-se que esta pesquisa é importante, pois contribui com a comunidade surda para difundir a Libras em escrita de sinais e registrá-la no sistema de escrita, favorecendo principalmente a oficialização de um sistema de escrita e suas implicações nas políticas linguísticas. Além disso, a pesquisa abre caminho para que futuramente se possa realizar novas pesquisas sobre essa problemática. É importante discutir a oficialização de sistema de escrita para sistematizar o conhecimento em Libras e aumentar a difusão de um único sistema. Isso permite o registro, circulação e uso da cultura surda pela comunidade surda.

Esta pesquisa contribui para que professores, diretores de escolas, gestores das secretarias de educação, bem como o MEC tenham consciência da necessidade de escolher apenas um único sistema de escrita de sinais para a Libras, sendo o sistema *SignWriting* escolhido pelos surdos da pesquisa, bem como o mais difundido no Brasil.

¹ O SignWriting é o sistema de escrita de sinais mais difundido no Brasil, apesar de não ter sido criado no país. As pesquisas de Stumpf (2005) têm aprofundado essa temática. Já ELiS (ESTELITA-BARROS, 2008) e SEL (LESSA-OLIVEIRA, 2012) são sistemas de escrita de sinais criados no Brasil. VisoGrafia foi criada no ano de 2018 por Benassi.

1.2 HIPÓTESE

A hipótese desta pesquisa é que a oficialização de um sistema de escrita de sinais pode contribuir significativamente para a difusão da Libras na forma escrita, a educação bilíngue de surdos, acesso à informação e ao conhecimento. Nesse sentido, documentos publicados por entidades representantes dos surdos, como o **Direitos Humanos das Pessoas Surdas: pela Equidade Social, Cultural e Linguística** (FEBRAPILS, 2018) e **A Educação que nós Surdos queremos** (FENEIS,³ 1999). No caso da FENEIS, esta já enfatiza e reconhece o uso do sistema SignWriting no Brasil desde 1996. Os documentos indicam que o SW pode ser usado para a escrita da Libras, bem como a divulgação desse sistema em publicações, nas disciplinas dos Cursos de Letras Libras do Brasil e na educação bilíngue de surdos.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

- Problematizar a implantação de políticas linguísticas em relação à escrita de língua de sinais no Brasil.

1.3.2 Objetivos específicos

- Investigar o uso e a difusão de sistema de escrita de língua de sinais, a partir da visão de professores de escrita de sinais.
- Discutir sobre a oficialização e padronização de um sistema de escrita e suas implicações nos diversos contextos de escrita da Libras.
- Propor ações para a implementação de políticas linguísticas no que se refere à escrita de sinais no Brasil.

³ A FENEIS é a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos e se caracteriza como uma entidade em prol do movimento e das lutas surdas.

1.4 PERGUNTAS DE PESQUISA

Para desenvolver essa pesquisa, escolhemos as seguintes perguntas:

- 1) Qual a percepção dos professores sobre a necessidade de oficialização de um sistema de escrita?
- 2) Como são apresentadas as políticas linguísticas sobre a escrita de sinais nos documentos oficiais e pesquisas linguísticas?
- 3) Como são difundidos os sistemas de escritas de sinais no Brasil?
- 4) Como podem ser desenvolvidas ações de padronização e oficialização de um único sistema de escrita de sinais no Brasil?

Sou surdo, professor universitário da Universidade Federal do Tocantins desde 2015. Numa reunião de colegiado do Curso de Letras: Libras, fui escolhido para ministrar a disciplina de escrita de sinais, porque não tinha professores interessados nessa disciplina. Conhecia um pouco de escrita de sinais. Então, comecei a estudar mais sobre o sistema *SignWriting*, que estava na ementa do PPC, passei a preparar aulas e ensinar esse sistema. Depois, além de estudar sozinho, fiz um curso de escrita de sinais com um professor surdo dos Estados Unidos na cidade de Cascavel, no Paraná. Também fiz um minicurso de ELiS na UFT, com um professor do Instituto Federal de Goiás.

Em 2017, foi aprovado no Mestrado em Letras, na primeira turma de surdos da Universidade Federal do Tocantins. A minha pesquisa foi sobre Políticas Linguísticas em Escritas de Sinais. Defendi a dissertação de mestrado no dia 08 de novembro de 2019. Na pesquisa de mestrado, entrevistei 6 alunos surdos do curso de Letras: Libras da UFT. Por isso, no doutorado decidi pesquisar professores surdos. Em 2020, fui aprovado no doutorado em Linguística na Universidade Federal de Alagoas. Continuei desenvolvendo o mesmo tema de pesquisa sobre políticas linguísticas em escrita de sinais. No mestrado, pesquisei a perspectiva dos alunos do curso de Letras: Libras sobre as escritas de sinais; no doutorado, desenvolvo a pesquisa com cinco professores de cinco regiões brasileiras, discutindo sobre as políticas linguísticas em escrita de sinais.

Esta pesquisa é um estudo de caso envolvendo professores de universidades das cinco regiões do Brasil. Foram entrevistados professores surdos da UFAM, UFSC, UFPE, UFMG e

UnB. Segundo André (1995), o estudo de caso coletivo é adequado para entender um problema envolvendo mais de uma unidade, pois o pesquisador não se concentra em um único local, mas em contextos diferentes. Neste caso, serão cinco universidades brasileiras para verificar posicionamentos distintos dos professores de escrita de sinais. A proposta é entender a problemática da escrita de sinais através de diferentes perspectivas de docentes.

Além disso, será adotada a pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2008), porque está relacionada com o objetivo dessa pesquisa que analisará o estudo de documentos de maneira geral e obras sobre as políticas linguísticas no Brasil. Nesse sentido, serão analisados os PPCs e as ementas de cursos de Letras: Libras de universidades públicas brasileiras.

Esta tese está estruturada da seguinte maneira. Na introdução, apresentamos os principais elementos da tese, como hipótese, justificativa, objetivos, perguntas de pesquisa e a metodologia.

O Capítulo 2 apresenta a fundamentação teórica desta pesquisa. Dentre os principais autores estão Lagares (2018), Calvet (2007), Stumpf (2005), Quadros (2016; 2017), Barreto e Barreto (2015), Reagan (2010), Woll, Sutton-Spence e Elton (2004), Shohamy (2006), Leão (2019), Rajagopalan (2003, 2013), Oliveira (2007), Wanderley e Stumpf (2016) e Capovilla (2000). São discutidos alguns tópicos como as políticas linguísticas e padronização de escrita de sinais, a oficialização de línguas de sinais e de sistemas de escrita de sinais, a legislação linguística e a relação com a implementação das políticas linguísticas.

O Capítulo 3 apresenta a metodologia da pesquisa, sua natureza e as garantias éticas da pesquisa. Também é apresentado o perfil dos informantes e de que forma foi realizada a coleta, transcrição e análise das entrevistas

No Capítulo 4, desenvolve-se a análise dos PPCs e das entrevistas dos informantes. Como se observa, todos os informantes argumentam que se deve oficializar um único sistema de escrita de sinais do Brasil. Questionados sobre qual sistema deve ser oficializado, todos responderam enfaticamente que o sistema *SignWriting* deve ser escolhido, porque é o mais difundido no Brasil e no mundo.

O Capítulo 5 apresenta uma proposta de ações para padronização e oficialização do sistema de escrita de sinais *SignWriting*. Essas ações englobam a oficialização do sistema SW, sua inclusão na educação de surdos, alinhado à formação de professores. Além disso, as ações recomendam que sejam estimulada o acesso à informação e ao conhecimento em escrita de

sinais, assim como o registro de topônimos e artefatos culturais, da história, literatura e identidade do povo surdo precisam ser registrados e divulgados em escrita de sinais. Da mesma forma, o poder público deve incentivar a produção de materiais didáticos, glossários, dicionários e *softwares* para a difusão e padronização do sistema *SignWriting*. Por fim, são apresentadas as considerações e as referências da pesquisa.

2 BASE TEÓRICA E CONCEITUAL

2.1 Políticas Linguísticas e Escrita de Sinais

Na área de educação de surdos, algumas pesquisas enfatizam a escrita de sinais para possibilitar o desenvolvimento da aprendizagem de conteúdos e conhecimentos em geral. Assim, há dois conceitos importantes para se compreender a relação que o surdo tem com sua língua sinalizada e a escrita: a *continuidade* e a *descontinuidade*. Esses conceitos são desenvolvidos por Capovilla (2000). Segundo o autor,

Na criança ouvinte e falante, há uma continuidade entre os três contextos comunicativos básicos: a comunicação transitória consigo mesma (o *pensar*) e com outrem na relação face a face (o *falar*), e a comunicação perene na relação remota e mediada (o *escrever*). Com isto todo o seu processamento linguístico pode concentrar-se na palavra falada de uma mesma língua: para pensar, comunicar-se e escrever, ela pode fazer uso das mesmas palavras de sua própria língua falada primária. Para ela há uma compatibilidade entre os sistemas de representação linguística primária (língua falada) e secundária (língua escrita alfabética). (2000, p. 32).

Essa afirmação de Capovilla (2000) enfatiza que, se a criança surda tiver acesso ao conhecimento da escrita de sinais, poderá articular o pensamento e a produção escrita de forma natural, sem prejuízos ao seu desenvolvimento cognitivo. Assim, o surdo vê, sinaliza em Libras e lê e escreve em escrita de sinais. Desta forma, há a continuidade entre pensar, ver, sinalizar, ler e escrever. No entanto, na perspectiva de Capovilla (2000),

Da criança surda, no entanto, espera-se muito mais. Ela pensa e se comunica em sua língua de sinais primária na modalidade visual e quiro-articulatória (*quiro*, do grego *cheiros*, mão; articulação de mão). Mas na hora de escrever, espera-se que o faça por meio das palavras de uma língua falada estrangeira. O português não é apenas uma língua estrangeira, mas se dá na modalidade auditiva e fono-articulatória, enquanto que a de sua língua natural primária é visual e quiro-articulatória. (2000, p. 32).

Neste sentido, no momento em que os alunos surdos aprendem e têm acesso aos conhecimentos em Libras e português ao mesmo tempo, ocorre a *descontinuidade*. Isto significa que o surdo pensa, vê e sinaliza em Libras, mas lê e escreve em português. Contudo, português não representa a estrutura linguística dos parâmetros da Libras com primeira língua do surdo. Por outro lado, o conceito de *continuidade* assinala que a escrita de sinais possibilita a representação dos sinais da Libras. Ou seja, com a escrita de sinais, o aluno surdo pensa, visualiza, sinaliza, lê e escreve em Libras. Desta forma, A escrita de sinais contribui para o desenvolvimento da aprendizagem plena, de forma que o aluno surdo consegue estruturar dimensões complexas em sua cognição usando aspectos visuais de Libras e da escrita de sinais. Ao contrário da língua portuguesa, a escrita de sinais permite que os sinais da Libras sejam registradas num sistema de escrita de sinais compatível com esta língua. De acordo com Barreto e Barreto (2015, p. 61),

a escrita é estruturada com base no processamento interno, desta forma, é natural que a criança surda procure utilizar sua sinalização interna como auxílio para a leitura e escrita. Esta descontinuidade faz com que ela tenha pouco proveito da escrita alfabética [das Línguas Orais], apresentando erros que não são de cunho fonológico, mas visual. (BARRETO; BARRETO, 2015, p. 61)

Segundo Quadros (2006), a criança surda apresenta dificuldades ao aprender a escrita da língua oral, porque esta escrita não expressa os significados das Línguas de Sinais, pois a escrita da língua oral não representa a Libras naturalmente. A escrita da língua portuguesa possui uma fonologia diferente da língua de sinais, a Libras, na qual o surdo expressa seu pensamento. Contudo, se o aluno surdo aprender a Libras simultaneamente com a escrita de sinais, desenvolverá o processo de aquisição da sua primeira língua de forma muito mais rápida e eficaz.

Desta forma, é fundamental a implementação e difusão de políticas linguísticas em escrita de sinais no Brasil. A discussão sobre as políticas linguísticas está ligada a um campo de conhecimento interdisciplinar, pois está relacionada, principalmente, à ciência política e relações de poder (RAJAGOPALAN, 2013). De acordo com Rajagopalan (2013, p. 21),

A política linguística é a arte de conduzir as reflexões em torno de línguas específicas, com o intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativo à(s) língua(s) que importam para o povo de uma nação, de um estado ou ainda, instâncias transacionais maiores (2013, p. 21).

As políticas linguísticas têm como objetivo discutir, provocar reflexões e propor ações para transformar o *status*, valor, registro e difusão das diversas línguas tanto majoritárias, como minorizadas. Não se trata de uma área de conhecimento neutra, como alguns pesquisadores e leigos possam imaginar. Há sempre uma tomada de posição para representar um determinado grupo linguístico ou proposta de implementação de políticas linguísticas. Posições polêmicas sempre permeiam as políticas linguísticas, sendo consideradas sempre muito controversas.

Nesse contexto, Lagares (2018, p. 42) expressa que “se torna necessário desconfiar do discurso especialista para a construção de propostas de intervenção no campo da linguagem, questionando a suposta neutralidade do cientista”. Em outras palavras, as políticas linguísticas não são neutras, pois sempre apresentam a finalidade de incentivar e implementar uma mudança ou, até mesmo, transformação profunda no domínio linguístico. Essa visão alegadamente neutra aponta para posições ideológicas que tentam encobrir posições hegemônicas que desvalorizam as línguas minoritárias.

Segundo Krausneker (2015), em relação às línguas de sinais,

O pano de fundo ideológico mais fundamental para as atitudes questiona constantemente as línguas de sinais como tais. A questão colocada (em várias formas) é: as línguas de sinais são línguas reais? Embora a resposta seja curta, gentil e definitiva, ainda permanecem mal-entendidos, concepções e interpretações errôneas generalizadas sobre as línguas de sinais – mesmo diante de todo o conhecimento factual que temos agora. A *ideologia desvalorizadora* coloca as línguas de sinais num nível inferior numa hierarquia imaginada de línguas ou afirma que as línguas de sinais não têm morfologia ou simplesmente afirma que não têm valor para as crianças. Ainda hoje, muitas pessoas não têm certeza de como deveriam imaginar uma gramática no espaço (e no rosto) e se as comunidades e as culturas que deram origem às línguas de sinais podem realmente ser chamadas de “culturas”.⁴ (2015, p. 416)

Nesse sentido, as perspectivas ideológicas nas atitudes em relação às línguas

⁴ Todas das traduções das citações em inglês foram feitas pelo autor e co-orientador.

The most fundamental ideological backdrop for attitudes constantly questions sign languages as such. The question posed (in various forms) is, Are sign languages real languages? Although the answer is short and sweet and definitive, widespread misunderstandings, misconceptions, and misinterpretations of sign languages still remain—even in the face of all the factual knowledge we now have. The *devaluating ideology* places sign languages low in an imagined hierarchy of languages or claims that sign languages have no morphology or simply states that they have no value for children. Even today, many people are not sure how they should imagine a grammar in space (and face) and whether the communities and the cultures that gave rise to signed languages can really be called “cultures.”

minorizadas podem ser negativas, trazendo consequências no acesso à informação e ao conhecimento pelas pessoas de uma comunidade surda.

Assim, segundo Rejagopalan (2013), o linguista político desempenha o papel de intervenção nas línguas em uma determinada sociedade. Este autor defende que “o agente da política linguística procura intervir numa realidade linguística” (RAJAGOPALAN, 2013, p. 39). Neste contexto político, esta tese pretende discutir as políticas linguísticas em escrita de sinais, a fim de contribuir para a discussão sobre a oficialização da escrita de sinais que, direta ou indiretamente, possa contribuir para o uso e padronização da escrita de sinais para surdos brasileiros.

Um dos pesquisadores que discute políticas linguísticas é o linguista francês Louis-Jean Calvet, em sua obra **As Políticas Linguísticas** (2007). De forma mais geral, políticas linguísticas podem ser definida como uma “determinação das decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” (CALVET, 2007, p. 11). De acordo com Calvet (2007),

o poder político sempre privilegiou essa ou aquela língua, escolhendo governar o Estado numa língua ou mesmo impor à maioria a língua de uma minoria. No entanto, *a política linguística* (determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade) e o *planejamento linguístico* (sua implementação) são conceitos recentes que englobam apenas em parte essas práticas antigas. (2007, p. 11)

Como se observa, o planejamento linguístico pode ser definido como a implementação das políticas linguísticas. Isto é, num primeiro momento faz-se necessário o desenvolvimento de políticas linguísticas. Em seguida, o planejamento linguístico irá implementar essas ações. Nesse sentido, esta pesquisa argumenta que é necessário a criação de políticas linguísticas que deem suporte ao planejamento linguístico para a implementação da escrita de sinais.

Da mesma forma, Oliveira (2007) conceitua as políticas linguísticas como

a tentativa de estruturar os estudos linguísticos desde a perspectiva das lutas políticas dos falantes, das comunidades linguísticas em suas lutas históricas: as lutas tanto dos indígenas como dos imigrantes para a manutenção das suas línguas, a luta dos excluídos da cidadania pela desqualificação dos seus falares, a luta dos falantes para desenvolver novos usos para suas línguas. Ao linguista cabe identificar essas comunidades linguísticas, cada uma delas com suas histórias e estratégias políticas, e se aliar a elas, construir com elas, em parceria, as novas teorias que darão o tom no século XXI (2007, p. 91).

As políticas linguísticas podem ser também promovidas pelo *ativismo linguístico*, as quais se concretizam em movimentos sociais de grupos linguísticos específicos, que lutam pelo direito à língua, como da comunidade surda do Brasil. Segundo Lagares (2018), “a forma de ativismo mais estudada, e talvez a mais evidente, é a das pequenas minorias nacionais que procuram construir sua língua de acordo com o paradigma da identificação entre língua-nação-Estado.” (LAGARES, 2018, p. 218). No caso da Libras, podemos citar os movimentos sociais surdos que promovem manifestações em luta de seus direitos linguísticos.

Além disso, deve-se levar em conta as contribuições das *políticas linguísticas críticas* que possuem uma dimensão mais intervencionista e possibilitam ações linguísticas e políticas mais incisivas, considerando que não há neutralidade com o trabalho com a linguagem. Desta forma, como argumenta Rajagopalan (2003), “trabalhar com a linguagem é necessariamente agir politicamente, com toda a responsabilidade ética que isso acarreta” (2003, p. 125). Desta forma, uma proposta de implementação de políticas linguísticas de escrita de sinais deve ser pensada eticamente, envolvendo os agentes surdos na construção desse processo.

Além disso, há também as *políticas linguísticas legisladoras*, as quais discutem e intervêm no status e difusão de uma língua. De acordo com Calvet (2007), as políticas linguísticas podem ser:

legislações linguísticas estruturais (que intervêm no *status* das línguas) e as *legislações linguísticas funcionais* (que intervêm na utilização das línguas). Entre estas últimas, ele [Turi] faz em seguida uma distinção entre as *legislações linguísticas oficiais* (que intervêm no uso oficial das línguas), *legislações linguísticas institucionais* (que tratam do uso não-oficial das línguas), as *legislações linguísticas padronizadoras* ou *não-padronizadoras*, as *legislações linguísticas majoritárias* (que protegem as línguas de uma maioria) e as *legislações linguísticas minoritárias* (que protegem as línguas de uma minoria). (2007, p. 76)

Observa-se que há muitos tipos de políticas linguísticas que podem provocar determinadas intervenções nas línguas e nas suas funções. Na Tabela 01, elaborada por Leão (2019), observa-se alguns exemplos de como as diferentes políticas linguísticas podem intervir numa determinada língua e em determinado contexto social:

Tabela 1 – Tipos de Políticas Linguísticas Legisladoras

Tipo de Políticas Linguísticas Legisladoras	Exemplos
Legislações linguísticas estruturais	Lei 10.436/2002 – dá à Libras o <i>status</i> de reconhecimento linguístico
Legislações linguísticas funcionais	Decreto 5.626/2005 – determina locais públicos em que a Libras deve circular
Legislações linguísticas oficiais	Constituição Brasileira – a língua oficial do Brasil é o português
Legislações linguísticas institucionais	Resolução Nº 26/2018 – UFT – Regulamenta as Políticas Linguísticas na UFT, incluindo ações para a Libras
Legislações linguísticas padronizadoras	Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras (2009)
Legislações linguísticas não-padronizadoras	Decreto 7.387/2010 – institui o INDL
Legislações linguísticas majoritárias	Constituição Brasileira – a língua oficial do Brasil é o português
Legislações linguísticas minoritárias	Lei 10.436/2002 – dá à Libras o <i>status</i> reconhecimento linguístico

Fonte: Leão (2019a)

Como se observa, há várias ramificações das políticas linguísticas que propõem intervenções nas línguas e nas suas respectivas funções. A presente pesquisa de tese pode ser definida como políticas linguísticas voltadas à legislação e aos documentos oficiais, que pretendem discutir a difusão, oficialização e padronização de um único sistema de escrita de sinais no Brasil.

Além disso, segundo Reagan (2010), as políticas linguísticas possuem diferentes funções numa determinada comunidade linguística. De acordo com a classificação do autor,

Além disso, cada uma dessas funções de planejamento e política linguística pode ser refletida e manifestada em praticamente todas as esferas da vida humana. As políticas linguísticas estão refletidas na:

- esfera política: a língua do debate e discurso político, etc.;
- esfera judicial: a língua da lei, bem como a língua usada pela polícia e pelos tribunais;
- esfera religiosa: o idioma usado para o culto, bem como o idioma em que os principais textos religiosos são escritos;

- esfera cultural;
 - esfera comercial e econômica: a língua dos negócios e da indústria;
 - esfera educacional: a língua da instrução, idiomas adicionais estudados pelos alunos, etc.; e
 - esfera interpessoal e familiar: a linguagem usada no lar, com os pais, etc.
- (REAGAN, 2010, p. 148)

Na comunidade linguística surda, as políticas linguísticas em escrita de sinais podem ter a sua função voltada para o registro e a difusão de obras da literatura, tradução, terminologia, educação, publicação e divulgação do conhecimento e informação. Além disso, o acesso à informação e ao conhecimento é favorecido por meio da escrita de sinais da Libras. A educação bilíngue de surdos deve ser pautada em políticas linguísticas que valorizem não só a Libras em sua forma sinalizada, mas também na sua escrita de sinais.

Meulder (2015) apresenta cinco categorias dos tipos mais comuns de reconhecimento legal explícito das línguas de sinais. Nesse sentido, o autor enfatiza que

As diferenças nos tipos de reconhecimento podem ser explicadas por vários fatores determinados pelos contextos nacionais, incluindo questões legislativas (por exemplo, alguns países não têm uma constituição ou legislação linguística), as atitudes de um país em relação à diversidade linguística e cultural, legislação de reconhecimento implícito já existente, e a associação de surdos e outras partes envolvidas. (2015, p. 499-500)

Nesse sentido, os diferentes contextos sociais podem desenvolver políticas linguísticas específicas para a implementação de uma determinada língua e sua escrita. Meulder (2015) aponta que há cinco formas de reconhecimento das línguas de sinais:

1. Reconhecimento constitucional
2. Reconhecimento através da legislação linguística geral
3. Reconhecimento por meio de lei ou ato de língua de sinais
4. Reconhecimento por meio de lei ou ato de língua de sinais, incluindo outros meios de comunicação
5. Reconhecimento por meio de legislação sobre o funcionamento do conselho nacional de línguas. (2015, p. 500)

Reconhecimento Constitucional

Segundo Meulder (2015, p. 500-501), além da Nova Zelândia, há outros países que possuem o reconhecimento constitucional de suas línguas de sinais. No entanto, a única língua considerada oficial é a NZSL. O quadro abaixo apresenta resumidamente esse cenário:

Tabela 2 – Tipos de Políticas Linguísticas Constitucionais

País	Ano	Dispositivo Constitucional
Uganda	1995	Artigo XXIV, sobre objetivos culturais
Finlândia	1995	Secção 17, sobre o direito à língua e à cultura
África do Sul	1996	Artigo 6, sobre as línguas
Portugal	1997	Artigo 74, sobre educação
Venezuela	1999	Artigo 81, sobre os direitos das pessoas com deficiência
Áustria	2005	Artigo 8, sobre línguas
Nova Zelândia	2006	Lei da Língua de sinais da Nova Zelândia
Equador	2008	Artigo 47, sobre pessoas com deficiência
Quênia	2010	Artigo 7, sobre as línguas nacionais, oficiais e outras, e Artigo 20
Zimbabué	2010	Artigo 6, sobre as línguas oficialmente reconhecidas do Zimbabué
Hungria	2011	Artigo H, sobre a língua

Fonte: Adaptado de Meulder (2015, p. 500-501)

Como se observa nos dados apresentados por Meulder (2015), não há registros de política linguística especificamente voltadas para a escrita de sinais. Embora o ensino de línguas possa incluir a escrita de sinais, não encontramos evidências nas pesquisas de outros países em relação à escrita de sinais, seu reconhecimento, oficialização e difusão de forma mais explícita.

Reconhecimento por meio da legislação linguística geral

Meulder (2015) aponta que há quatro países que adotam uma legislação linguística geral para o reconhecimento de suas línguas.

Tabela 3 – Dispositivos Constitucionais

País	Ano	Dispositivo Constitucional
Letônia	1999	Lei das Línguas Oficiais
Estônia	2007	Lei das Línguas
Suécia	2009	Lei das Línguas
Islândia	2011	Lei sobre o Estatuto da Língua Islandesa e da Língua De sinais Islandesa

Fonte: Adaptado de Meulder (2015, p. 501)

Nesse quadro, observa-se que alguns países apresentam reconhecimento constitucional de suas línguas por meio de leis linguísticas. A inclusão das línguas de sinais nestas leis é significativa para a difusão das línguas de sinais. Alinhado a isso, faz-se necessário também a difusão da escrita de sinais.

Reconhecimento por meio de uma lei ou lei de língua de sinais

Meulder (2015) apresenta também países que reconhecem suas línguas de sinais por meio de uma lei ou uma lei de línguas de sinais.

Tabela 4 – Línguas de Sinais reconhecidas por leis

País	Ano	Dispositivo Legal
Eslováquia	1995	Lei sobre a Língua de Sinais dos Surdos
Uruguai	2001	Lei nº 17.378
Brasil	2002	Lei Federal 10.436 [Lei da Libras]
Eslovênia	2002	Lei sobre o Uso do Língua de Sinais Eslovena
Bélgica, Wallonia	2003	Decreto sobre o Reconhecimento da Língua de Sinais
Chipre	2006	Lei sobre o Reconhecimento da Língua de Sinais de Chipre
Bélgica, Flandres	2006	Decreto sobre o Reconhecimento da Língua de Sinais Flamengo
Bósnia e Herzegovina	2009	Lei sobre a Utilização da Língua De sinais na Bósnia e Herzegovina
Macedônia	2009	Lei 105/2009 sobre a utilização da língua de sinais
Catalunha	2010	Lei 17/2010 sobre a Língua de Sinais Catalã
Finlândia	2015	Lei da Língua de Sinais
Sérvia	2015	Lei sobre a Utilização da Língua de Sinais

Fonte: Adaptado de Meulder (2015, p. 503)

No quadro acima, percebe-se que alguns países optam por publicar lei específicas para o reconhecimento de suas línguas de sinais, como é o caso do Brasil. O Brasil reconhece a Libras por meio da Lei 10.436/2002. No entanto, no caso brasileiro, não há a inclusão da escrita de sinais nessa legislação, tampouco na legislação subsequente.

Reconhecimento por meio de uma lei ou lei de língua de sinais, incluindo outros meios de comunicação

De acordo com Meulder (2015), alguns países determinam o reconhecimento de suas respectivas línguas de sinais por meio de uma lei ou um ato que também prevê o reconhecimento de outros meios ou métodos de comunicação legal. Neste caso, inclui-se surdocegos, além de outras especificidades.

Tabela 5 – Línguas de Sinais reconhecidas por leis e outros meios de comunicação

País	Ano	Dispositivo Legal
Colômbia	1996	Lei 324 de 1996, que cria normas para a população surda
República Checa	2008	Lei 384/2008 sobre os sistemas de comunicação de pessoas surdas e surdocegas
Espanha	2008	Lei 27/2008 que reconhece as línguas de sinais espanholas e regulamenta os meios de apoio à comunicação oral de pessoas surdas, pessoas com deficiência auditiva e pessoas surdocegas
Polônia	2011	Lei sobre Língua de sinais e Outros Meios de Comunicação

Fonte: adaptado de Meulder (2015, p. 503)

Alguns países adotam políticas linguísticas das suas línguas de sinais na perspectiva da inclusão, de outras deficiências e outros meios de comunicação associadas à sua língua de sinais. Como se percebe, o funcionamento dos dispositivos legislativos nos diferentes países pode induzir a criação de leis de forma mais ampla, agregando outras necessidades sociais específicas.

Reconhecimento por meio da Legislação de Funcionamento do Conselho Nacional de Línguas

Tabela 6 – Línguas de Sinais reconhecidas por Conselho Nacional de Línguas

País	Ano	Dispositivo Legal
Noruega	2009	Legislação que regula o funcionamento do conselho linguístico
Dinamarca	2014	Legislação que regula o funcionamento do conselho linguístico

Fonte: adaptado de Meulder (2015, p. 504)

O caso da Noruega e da Dinamarca são exemplos bastante diferentes de outros países. A criação de conselhos nacionais das línguas pode ser positiva se for permanente e se seu poder de decisão tiver legitimidade em âmbito nacional. Desta forma, é necessário avaliar o espectro de alcance desses conselhos, bem como se esses conselhos possuem membros que envolvam a comunidade surda para propor e discutir ações voltadas para a sua língua.

Reconhecimento por meio de leis sobre deficiência, igualdade e educação

Meulder (2015) menciona outros casos específicos de países que possuem o reconhecimento das suas línguas de sinais por meio de uma legislação mais diluída em leis sobre a deficiência, igualdade ou educação.

Tabela 7 – Línguas de Sinais reconhecidas por leis sobre deficiência e educação

País	Ano	Dispositivo Legal
Leis sobre as Pessoas com Deficiência e/ou Igualdade Social		
Lituânia	1991	Lei de Integração Social das Pessoas com Deficiência
Alemanha	2002	Lei da Igualdade na Deficiência
México	2005	Lei Geral sobre Pessoas com Deficiência
Chile	2010	Lei 20.422, que estabelece regras sobre igualdade de oportunidades e inclusão social de pessoas com deficiência
Japão	2011	Lei Básica Revisada para Pessoas com Deficiência
Rússia	2012	Lei sobre a proteção social das pessoas com deficiência na Federação Russa
Lei sobre Educação		
Grécia	2002	Lei da Educação
França	2005	Lei da Educação

Países Baixos	2007	Lei do Ensino Superior e da Investigação Científica
Declaração ou decisão governamental (sem reconhecimento legal explícito)		
Austrália	1991	Política Linguística Nacional
Tailândia	1992	Resolução do Governo
Reino Unido	2003	Declaração do Departamento de Trabalho e Pensões
País de Gales	2004	Declaração da Assembleia Governamental
Irlanda do Norte	2004	Declaração do Secretário de Estado
Escócia	2011	Declaração do Ministro Escocês da Saúde Pública
Reconhecimento em Legislações Estaduais e Provinciais		
Estados Unidos	-	Não há reconhecimento Federal 40 Estados reconhecem ASL com língua em Legislações Estaduais Outros estados reconhecem como uma língua estrangeira
Canadá	-	Língua de Sinais do Quebec é mencionada em algumas legislações. Não há reconhecimento Federal.

Fonte: adaptado de Meulder (2015, p. 504-505)

Os países listados acima possuem diferentes políticas linguísticas para o reconhecimento de suas línguas de sinais. No caso dos Estados Unidos e do Canadá, há políticas linguísticas em alguns estados desses dois países. De fato, parece haver políticas linguísticas mais implícitas nesses países, que adotam suas línguas por meio do uso que os cidadãos fazem de sua língua. Até mesmo a língua inglesa não é incluída em sua legislação federal.

Nesse sentido, consoante Reagan (2010, p. 56) e Shohamy (2006), as políticas linguísticas podem ser consideradas também *implícitas* ou *explícitas*. As políticas linguísticas *explícitas* são as que apresentam um objetivo claro de intervir na língua sob diversas formas, tais como leis, decretos, documentos ou publicações acadêmicas. As políticas linguísticas *implícitas* ou ocultas não são publicizadas em formato de leis, decretos, movimentos, mas nas ações diárias da população, em movimentos sociais, associações de surdos ou instituições. Por exemplo, quando uma escola adota um sistema de escrita de sinais ou um movimento surdo realiza uma ação em favor de uma escrita de sinais na escola, estas ações podem ser consideradas como políticas linguísticas implícitas. Conforme argumenta Shohamy (2006),

Em alguns contextos, a política linguística é declarada explicitamente por meio de documentos oficiais, como leis nacionais, declaração de certas línguas como “oficiais” ou “nacionais”, padrões linguísticos, currículos, testes e outros tipos de documentos. Em outros contextos, a política linguística não é

declarada explicitamente, mas pode ser derivada implicitamente da análise de uma variedade de práticas *de fato*. Nessas situações, as políticas linguísticas são mais difíceis de se detectar, pois são sutis e mais ocultas aos olhos do público. Políticas linguísticas implícitas podem ocorrer também em nível nacional, pois muitas nações não possuem políticas explícitas formuladas em documentos oficiais. No caso dos EUA, por exemplo, não existem políticas linguísticas explícitas e declaradas que especifiquem esse status e usos da língua inglesa. (2006, p. 50)

Na língua brasileira de sinais, por exemplo, a criação e difusão de sinais novos amplia o léxico da língua e se configura como políticas linguísticas implícitas. Outro caso é o uso de escrita de sinais *SignWriting* em materiais didáticos, que pode ser vista como políticas linguísticas implícitas. Há vários outros contextos em que a escrita de sinais pode ser promovida por políticas linguísticas explícitas ou implícitas.

A pesquisa de Behares, Brovetto e Crespi (2012) apresenta uma análise das políticas linguísticas da Língua de Sinais do Uruguai (LSU). Os autores apresentam um panorama das políticas linguísticas da Língua de Sinais Uruguiaia (LSU) e a relação da comunidade surda uruguiaia no tocante às políticas linguísticas.

Behares, Brovetto e Crespi (2012) observam que as políticas linguísticas da LSU, até há alguns anos, não incluíam traços de políticas oficiais. De acordo com eles, “em geral o Uruguai parece ter escolhido políticas ou *designs* para o planejamento linguístico que não incluem políticas oficiais, legais, declarações ou administração orgânica do Estado nesta área.” (BEHARES; BROVETTO; CRESPI, 2012, p. 519). Nesse sentido, os autores pontuam que as políticas linguísticas da LSU no Uruguai “sempre foram “tácitas”” (BEHARES; BROVETTO; CRESPI, 2012, p. 519), ou seja, podem ser caracterizadas como políticas linguísticas mais implícitas do que explícitas.

Nesse sentido, Behares, Brovetto e Crespi (2012), as políticas linguísticas da LSU no Uruguai possuem três níveis de constituição:

1. Um nível legal de ações governamentais autocráticas, aparentemente limitadas a notas marginais em documentos oficiais (por exemplo, leis, decretos, regulamentos) referentes a prescrições ou recomendações linguísticas;
2. A consuetudina (“costume” ou “convenção”) das ações e práticas linguísticas e o valor que lhes é atribuído no discurso da sociedade uruguiaia;
3. A concepção de políticas linguísticas no âmbito de políticas educativas para o ensino estatal ou público (em oposição ao privado), derivadas principalmente de vários currículos e metodologias de ensino prescritos. (BEHARES; BROVETTO;

CRESPI, 2012, p. 520).⁵

Apesar de os autores não mencionarem, a legislação não também políticas específicas sobre a escrita de sinais no Uruguai. Desta forma, mesmo que as políticas linguísticas uruguaias sejam mais “tácitas” ou implícitas, a língua de sinais e sua escrita correm risco de ficar em desvantagem num cenário de planejamento linguístico mais amplo.

Behares, Brovotto e Crespi (2012) argumentam que há uma falta de clareza nas políticas linguísticas do Uruguai em relação à LSU:

Mais especificamente, acreditamos que a falta de clareza nas políticas linguísticas e, em particular, a incapacidade de integrar a questão linguística no que diz respeito às pessoas surdas num quadro linguístico mais geral está negativamente ligada ao pressuposto de que a educação das pessoas surdas segue modelos assistencialistas, médicos e terapêuticos (BEHARES; BROVETTO; CRESPI, 2012, p. 520).⁶

Visto que há políticas linguísticas não muito explícitas, a educação de surdos pode ser muitas vezes pautada numa perspectiva da inclusão e de vieses médicos e terapêuticos. Consequentemente, políticas linguísticas vagas podem trazer prejuízos à educação de surdos e ao acesso ao conhecimento por meio da língua e de sua escrita de sinais.

Nesse sentido, Behares, Brovotto e Crespi (2012) destacam que a Lei Geral de Educação de 2008 faz uma breve referência à questão linguística no seu artigo 40:

O objetivo do ensino de línguas é desenvolver a competência comunicativa das pessoas, [permitir que as pessoas] dominem a língua escrita, fomentar o respeito pelas variedades linguísticas, refletir sobre a língua, *fomentar a consideração pelas diversas línguas maternas encontradas no país (espanhol uruguaio, o português do Uruguai e a língua de sinais uruguiaia)*, e [proporcionar] uma educação plurilíngue através do ensino de línguas segundas e estrangeiras. (2012, p. 523, ênfases e

⁵ Todas as traduções das referências em inglês foram realizadas pelo autor e seu coorientador.

1. A legal level of autocratic government actions, apparently limited to marginal notes on official documents (e.g., laws, decrees, regulations) referring to linguistic prescriptions or recommendations;

2. The *consuetudine* (“custom” or “convention”) of linguistic actions and practices and the value given to these within the discourse of Uruguayan society;

3. The design of language policies within the framework of educational policies for state or public (as opposed to private) education, derived mainly from various prescribed curricula and teaching methodologies.

⁶ More specifically, we believe that the lack of explicitness in language policies and, in particular, the failure to integrate the linguistic question with regard to deaf people into a more general language framework is negatively linked to the assumption that the education of deaf people follows assistance, medical, and therapeutic models.

complementos em colchetes no original).⁷

Nesse sentido, embora a lei mencione o *status* da LSU como língua materna, não detalha políticas linguísticas, bem como seu planejamento e sua implementação. Apenas mais recentemente, surge um conjunto de legislação no Uruguai que especifica o uso e a difusão da LSU. Segundo Behares, Brovetto e Crespi (2012), a seguinte legislação foi aprovada no país:

- Uma lei específica (Uruguai 2001) designou a LSU como “a língua natural das pessoas surdas e das suas comunidades em toda a República”.
- A Lei Geral de Educação (Uruguai 2008) inclui a LSU como uma das “línguas maternas” do país.
- As políticas linguísticas da ANEP (Administração Nacional da Educação Pública) tornam obrigatória a educação bilíngue LSU-Espanhol (ANEP 2008).⁸

Apesar de haver uma legislação mais robusta, a escrita de sinais ainda necessita de políticas linguísticas claras e mais determinantes para que haja a difusão de um sistema de escrita de sinais. Dentre as poucas fontes encontradas, o site SignPuddle⁹ apresenta que o Uruguai utiliza o sistema SignWriting.

Behares, Brovetto e Crespi (2012) pontuam que as políticas linguísticas uruguaias sobre a LSU e o reconhecimento da comunidade surda foi imprescindível para outros países:

O Uruguai foi um país pioneiro no reconhecimento da comunidade surda e da LSU, especialmente no que diz respeito à educação. Em 1987, após anos de estudo por uma comissão especial, o Consejo de Educación Primaria (Conselho de Educação Primária) aprovou a *Propuesta para la implementación de la educación bilingüe en el sordo* (Proposta para a Implementação da Educação Bilíngue para Crianças Surdas) (CEP 1987), que serviria de modelo para outros países e que desde então tem orientado a educação de crianças surdas nas escolas primárias. (2012, p. 524).¹⁰

⁷ The purpose of language teaching is to develop people’s communicative competence, to [enable people to] master the written language, to foster respect for language varieties, to reflect upon language, *to foster consideration for the various mother tongues found in the country (Uruguayan Spanish, the Portuguese of Uruguay, and Uruguayan Sign Language)*, and [to provide] a plurilingual education through the teaching of second and foreign languages. (emphasis added)

⁸ • A specific law (Uruguay 2001) designated LSU as “the natural language of deaf people and their communities throughout the Republic.”

• The General Education Law (Uruguay 2008) includes LSU as one of the country’s “mother tongues.”

• The ANEP (National Administration of Public Education) language policies make LSU-Spanish bilingual education mandatory (ANEP 2008).

⁹ <https://www.signbank.org/signpuddle/index5.html#sgn-UY>

¹⁰ Uruguay was a pioneer country in the recognition of the Deaf community and of LSU, especially with regard to education. In 1987, after years of study by a special committee, the Consejo de Educación Primaria (Council for

Consequentemente, o povo surdo uruguaio adquire respeito e reconhecimento em relação à sua língua, cultura e às suas comunidades. (BEHARES; BROVETTO; CRESPI, 2012). Houve uma implementação de políticas linguísticas mais sistemáticas em nível primário, em “menor grau no ensino secundário (com alguns professores surdos e intérpretes não surdos), e na universidade (onde há professores surdos e intérpretes efetivos).” (2012, p. 527). Como se observa, o Uruguai possui políticas linguísticas bastante robustas que propiciam o acesso ao conhecimento na sua língua.

Behares, Brovetto e Crespi (2012) pontuam de que forma as políticas de educação bilíngue é concebida e praticada no Uruguai:

Quanto ao conceito de educação nestas instituições, pode-se dizer brevemente que o que elas propõem é uma espécie de bilinguismo em que uma das línguas (LSU) é usada para a oralidade e a outra (*espanhol*) para a escrita e que os *professores em geral não falam a língua de seus alunos*. A extensão deste tipo de bilinguismo e se este programa pode ou não ser considerado verdadeiramente bilíngue deveria ser discutido mais amplamente [...]. Em ambos os casos, embora seja utilizado o mesmo programa escolar para alunos não surdos, na prática o currículo é adaptado e são feitos ajustes contínuos. Os intérpretes que trabalham com esse sistema, como já dissemos, são formados em instituição privada e geralmente carecem de formação pedagógica. Até o momento não há graduados com formação estatal e nenhum curso de formação que incorpore a pedagogia necessária para esse tipo de interpretação. A contribuição destes intérpretes tem sido da maior importância, mas é evidente que esta não é a melhor solução, que consiste em contratar surdos com formação pedagógica e conhecimentos específicos necessários ao ensino de determinadas disciplinas. (2012, p. 533, ênfases adicionadas na tradução).¹¹

Como se observa, ainda há limitações na educação bilíngue de surdos no Uruguai: muitos professores não sabem a LSU e, por isso, a interação é mediada por intérpretes que não possuem formação específica, ao mesmo tempo que o espanhol é a forma escrita

Primary Education) approved the *Propuesta para la implementación de la educación bilingüe en el sordo* (Proposal for the Implementation of Bilingual Education for Deaf Children) (CEP 1987), which was to serve as a model for other countries and which has guided the education of deaf children in primary schools ever since.

¹¹ Regarding the concept of education in these institutions, briefly one could say that what they propose is a type of bilingualism in which one of the languages (LSU) is used for orality and the other (Spanish) for writing and that the teachers overall do not speak their students' language. The extent of this kind of bilingualism and whether this program may or may not be considered truly bilingual should be more widely discussed [...]. In both cases, although the same school program for nondeaf students is used, in practice the curriculum is adapted, and ongoing adjustments are made. Interpreters who work with this system, as we have stated, are graduates of a private institution and generally lack pedagogical training. So far there are no state-educated graduates and no training courses that incorporate the necessary pedagogy for this kind of interpretation. The contribution of these interpreters has been of greatest importance, but it is clear this is not the best solution, which is to hire deaf people who are pedagogically trained with the specific knowledge required to teach particular subjects.

predominantemente adotada no ensino. Consequentemente, o espaço para a difusão da escrita de sinais nesse cenário em que, na sua maioria, os professores não dominam a LSU é bem mais restrito.

Nesta mesma esteira, os autores destacam a visão distorcida de que a LSU é vista como mero instrumento de comunicação entre professores e alunos, mas não como uma língua plena:

Atualmente enfrentamos uma tendência distorcida (na verdade, já presente desde 1970), que promove a ideia da língua de sinais como um instrumento didático que professores ou intérpretes utilizam para comunicar com pessoas surdas. Essa ideia equivocada, intimamente ligada ao “audismo”, está presente de diversas formas nas práticas didático-pedagógicas do ensino fundamental e também é bastante perceptível na educação de alunos surdos do ensino médio. Claramente, a LSU não é um *recurso instrucional*, mas uma *língua*, com todas as implicações cognitivas, psico-sociolinguísticas e pedagógicas envolvidas. Um dos principais entraves ao progresso é a desconexão dos processos de inclusão curricular da LSU como língua de instrução no ensino primário, no ensino secundário e no ensino técnico-profissional, bem como no Instituto de Formação de Professores. (2012, p. 534, ênfase no original).¹²

Consequentemente, a circulação da língua de sinais e sua cultura pode ser prejudicada, visto que a língua é vista ainda como um instrumento de inclusão e de “funções compensatórias” para “pessoas com deficiência” (2012, p. 535). Da mesma forma, se a língua de sinais é considerada um mero instrumento de ensino e não uma língua plena, a escrita de sinais também pode ser vista desconsiderada no processo de ensino e aprendizagem. Essas implicações limitam a consolidação de políticas linguísticas em escrita de sinais que promovam sua difusão de forma sistemática.

¹² At present we are faced with a distorting trend (in fact, already present since 1970), one that promotes the idea of sign language as a didactic instrument that teachers or interpreters utilize to communicate with deaf people. This mistaken idea, closely linked to “hearingism,” is present in various forms within the didactic and pedagogical practices in primary education and is also quite noticeable in education for deaf students in secondary schools. Clearly, LSU is not an *instructional resource* but a *language*, with all of the cognitive, psychosociolinguistic, and pedagogical implications involved. One of the main impediments to progress is the disconnection of the processes from the curricular inclusion of LSU as a language of instruction in primary education, secondary education, and technical-professional education, as well as in the Teacher-Training Institute.

2.2 Oficialização, Padronização e Políticas Linguísticas em Escritas de Sinais

Um conceito importante para esta pesquisa é o de padronização. O conceito de padronização pode ser definido, conforme Lagares (2018), da seguinte maneira: “a padronização é uma intervenção política sobre a modalidade escrita da língua. É ela que, nas sociedades modernas, cria a Língua como objeto social reconhecível e perfeitamente delimitado, permitindo-nos identificar comunidades linguísticas diferenciadas” (LAGARES, 2018, p. 174). Nesse sentido, a presente tese compreende a padronização como uma forma de definir e, também, oficializar um sistema de escrita de sinais com o objetivo de garantir à comunidade surda a utilização de um sistema de escrita da Libras, respeitando suas variações linguísticas. A padronização e oficialização pode ser estabelecida por meio de uma lei específica ou complementar à Lei da Libras.

Nesse sentido também, Adam (2015) conceitua a padronização de uma língua da seguinte forma:

O planejamento linguístico pode incluir planejamento de status, planejamento de corpus, planejamento de aquisição e planejamento de atitude e também pode envolver línguas de sinais. A padronização linguística é um dos objetivos do planejamento linguístico; outros são o renascimento da língua, a purificação da língua e a reforma da língua. Especificamente, a padronização linguística faz parte do planejamento do corpus, pois envolve a publicação de um dicionário e uma gramática e a modernização da gramática.¹³ (ADAM, 2015, p. 434)

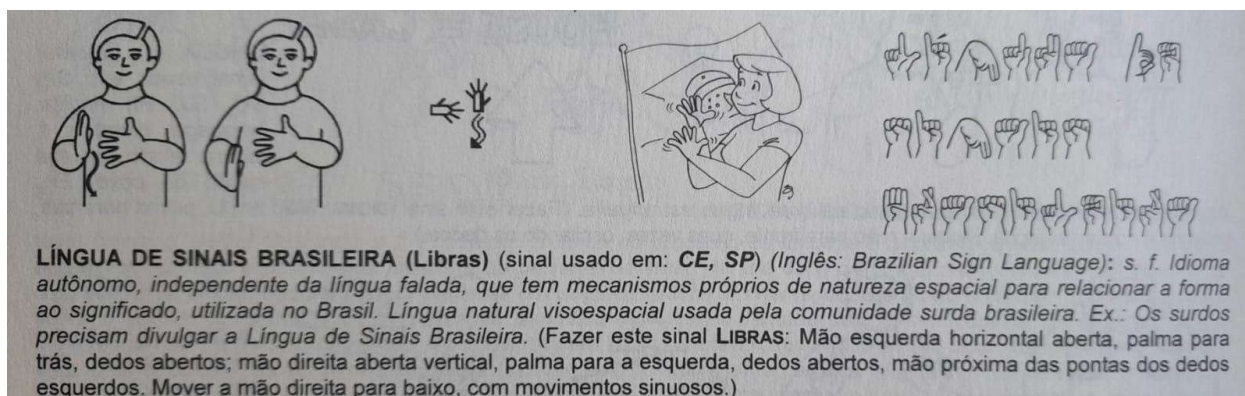
Conforme Adam (2015) destaca, há uma diversidade de espectros que as políticas linguísticas podem alcançar no âmbito da intervenção das línguas. Desta forma, é fundamental haver políticas linguísticas específicas voltadas para a escrita de sinais. Ainda segundo Adam (2015),

¹³ Language planning may include status planning, corpus planning, acquisition planning, and attitude planning and may involve sign languages as well. Language standardization is one of the goals of language planning; others are language revival, language purification, and language reform. Specifically, language standardization is a part of corpus planning in that it involves the publication of a dictionary and a grammar and modernization of the grammar.

Como ocorre a padronização das línguas de sinais? Ocorre quando determinados dicionários adquirem *status* e são considerados “padrão”. Os sinalizantes nativos raramente os utilizam, mas os usuários de uma segunda língua que empregam esses dicionários tornam-se educadores e intérpretes e, portanto, esses recursos têm um efeito padronizador na língua de sinais.¹⁴ (ADAM, 2015, p. 435)

Desta forma, a padronização das línguas de sinais pode ser efetivada por meio de dicionários, gramáticas e glossários. No caso da Libras, já há algumas ações como o Banco de Sinais da Libras¹⁵ e o **Dicionário da Língua Brasileira de Sinais do Brasil** (CAPOVILLA, 2017), que apresentam os sinais em Libras e português, respectivamente. Há a possibilidade de registro em *SignWriting*, como ocorre, de forma bem sucinta, no dicionário organizado por Capovilla (2017):

Figura 9 – Sinal Libras com a escrita de Sinais SignWriting



Fonte: **Dicionário da Língua Brasileira de Sinais do Brasil** (CAPOVILLA, 2017)

No entanto, o dicionário organizado por Capovilla (2017) apresenta sua base em português, datilologia do sinal, desenho do sinal e o sinal em *SignWriting*. Esse tipo de dicionário pode ser útil para aprendizes ouvintes, mas o aluno surdo necessita de dicionários que tenham a língua de sinais como base para melhor compreensão dos conceitos. Além disso, esse dicionário não possui exemplos da Libras em contexto real da língua em uso, o que pode

¹⁴ How does the standardization of sign languages take place? It occurs when certain dictionaries acquire status and are considered “standard.” Native signers rarely use them (Sutton-Spence and Woll 1999), but second-language users who employ these dictionaries become educators and interpreters, and thus these resources have a standardizing effect on the sign language.

¹⁵ O banco de Sinais da Libras é um acervo com os sinais desta língua coletados no Corpus de Libras que está sendo difundido em vários estados do Brasil. Para mais informações, acesse o site <https://signbank.libras.ufsc.br/pt>

dificultar o uso de sinais específicos.

Em relação à padronização das línguas de sinais, a Federação Mundial de Surdos (World Deaf Federation – WDF) emitiu uma declaração sobre a padronização das línguas de sinais, alertando sobre os riscos que esta última pode apresentar para as línguas de sinais. A Declaração afirma o seguinte:

A Federação Mundial de Surdos está preocupada com as tentativas de “padronizar” as línguas de sinais em alguns países. Frequentemente, a padronização linguística assume a forma de decidir sobre uma única palavra ou sinal para um conceito e, como resultado, a variação natural da língua é ignorada.

O artigo 21 (e) da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) obriga os Estados Partes a reconhecer e promover o uso de línguas de sinais. No espírito da CDPD, as línguas de sinais devem ser promovidas na forma em que são utilizadas pelas comunidades surdas em todo o mundo. Alguns pesquisadores ou organizações ao redor do mundo tentaram padronizar as línguas de sinais produzindo dicionários que apresentam apenas um sinal para um conceito e ignorando as outras variações do sinal ou conceito. Esta é uma abordagem incorreta porque não reflete como as línguas naturais variam. Além disso, esses recursos são usados para ensinar a língua de sinais, treinar intérpretes ou servir como registro da língua, e não refletem a riqueza e a variação naturais que estão presentes nas línguas de sinais. É possível que tal atividade a longo prazo aliene ou prive as comunidades linguísticas.

É importante realçar que as línguas de sinais são línguas naturais plenas, estruturalmente independentes das línguas faladas com as quais coexistem; estão certamente em contato com estas línguas faladas, mas a sua estrutura é diferente e independente. Algumas pessoas acreditam que deveria haver apenas um sinal para uma palavra ou um conceito, o que é errado tanto do ponto de vista cotidiano, leigo quanto acadêmico. É importante notar que as línguas faladas também não possuem uma palavra para um conceito (por exemplo, em inglês truck/lorry, elevator/lift). As línguas de sinais são como as línguas faladas, pois há uma grande variação sociolinguística (Lucas e Valli 1992 e Lucas, Bayley e Valli 2001). Essa variação pode ser:

- regional (onde as pessoas vivem em um país específico),
- idade (idosos e jovens),
- gênero (homens e mulheres),
- educação (como uma pessoa foi educada)
- antecedentes familiares (se há membros surdos na família ou não),
- social (redes com as quais uma pessoa está em contato)
- etnia (de onde a pessoa vem) e
- registro (diferentes situações, por exemplo, formal, informal, etc.).
- lexical (maneiras diferentes de dizer a mesma coisa).

É claro que todas as línguas permitem que a mesma coisa seja dita em palavras/sinais diferentes. A variação é uma característica natural tanto das

línguas de sinais quanto das línguas faladas e é uma parte importante de qualquer pesquisa linguística. (WDF, s.d, s.p.)

Assim, a crítica da WDF se volta para ações de padronização de línguas de sinais que desconsideram as variações linguísticas de uma língua de sinais ou que impõem determinadas formas linguísticas e lexicais como legítimas. Desta forma, variações sociolinguísticas devem ser respeitadas e consideradas na construção de dicionários dessas línguas de sinais.

De acordo com Lagares (2018), as minorias linguísticas reivindicam a oficialização de sua língua, “promovendo sua codificação”. (LAGARES, 2018, p. 218). No Brasil, já existem algumas pesquisas e documentos sobre escritas de sinais que demonstram que a comunidade surda brasileira demanda um sistema de escrita de sinais oficializado. Conforme argumentam Calvet (2007) e Reagan (2010), a padronização pode acontecer no âmbito do vocabulário, da gramática, ortografia ou de sistema de escrita. Conforme discute Calvet (2007), após a padronização da língua na modalidade escrita, a difusão pode ser realizada de forma ampla:

É só depois dessa fase técnica e científica, em que a língua estará equipada no plano gráfico, que se passa à fase prática: divulgar o sistema de escrita selecionado, através de abecedários, manuais, da organização de campanhas de alfabetização, da introdução da língua recém-transcrita no sistema escolar, no meio gráfico. (CALVET, 2007, p. 64)

Um dos grandes problemas nas línguas de sinais em todo o mundo é que os sistemas de escrita de sinais tiveram sua origem muito recentemente, se compararmos com algumas línguas orais que possuem escritas há mais de mil anos. Assim, é necessário padronizar, oficializar e difundir amplamente um sistema de escrita da Libras para que esta língua também seja provida de uma escrita oficial para registro e divulgação do conhecimento e de artefatos culturais.

Embora já existam quatro sistemas de escrita de sinais no Brasil, a difusão de um único sistema precisa ser ampliada de forma sistemática em âmbito nacional por meio da oficialização de um único sistema que deve ser usada nas esferas educacionais, de difusão de conhecimento e acesso à informação para os surdos. No entanto, a existência de quatro sistemas de escritas de sinais para uma mesma língua pode gerar problemas de ordem prática que possivelmente dificultam a implementação de uma escrita oficial para a Libras. Por exemplo, no âmbito educacional ou de concursos públicos, a existência de quatro sistemas de escrita de sinais pode trazer limitações orçamentárias e de acesso ao conhecimento e provas de concurso. É provável

que a maioria dos candidatos não conheçam todos os sistemas de escrita de sinais, o que acarretaria perdas no acesso às provas de concurso público, por exemplo. Outra questão é a difusão de informação e conhecimento: se há quatro sistemas de escrita de sinais, as informações serão disponibilizadas em todos estes sistemas? Essa multiplicidade de sistemas dificulta ações linguísticas práticas e concretas no âmbito educacional, acadêmico, de acesso à informação e ao conhecimento. Por isso, faz-se necessária a oficialização de um único sistema de escrita de sinais para a Libras.

Contudo, conforme argumentam Woll, Sutton-Spence e Elton (2004),

Não existem formas escritas amplamente usadas das línguas de sinais e nenhuma língua de sinais possui um corpo de pesquisas escritas; portanto, qualquer forma “padrão” de uma língua de sinais teria uma função muito diferente de uma língua falada padrão com uma literatura escrita. Atualmente, há trabalho para incentivar a forma escrita de algumas línguas de sinais (por exemplo, ASL e Língua de Sinais da Nicarágua; consulte www.signwriting.org). No entanto, serão necessários muitos anos até que vejamos que esses sistemas de escritas de sinais têm o mesmo status e função que as formas escritas da língua falada. (2004, p. 19-20)

Embora não exista ainda um sistema único de escrita de sinais oficializado, é possível, para as políticas linguísticas, intervirem neste cenário, contribuindo para o desenvolvimento da escrita de sinais da Libras. De acordo com Reagan (2010), houve um aumento de sistemas de escrita de sinais nos últimos anos, apesar de ser necessária mais divulgação e difusão desses sistemas. Para o autor,

O tipo final de planejamento de corpus envolvendo as línguas de sinais consiste nos esforços para desenvolver sistemas ortográficos para representar tais línguas na forma escrita. Esses “sistemas de escrita de sinais” tornaram-se cada vez mais comuns e viáveis nos últimos anos, como consequência do desenvolvimento da ciência da computação. Tais esforços, embora interessantes [...], ainda não obtiveram muito apoio da comunidade sinalizante, que universalmente usa a escrita da comunidade ouvinte majoritária como sua língua escrita. No entanto, esses esforços são úteis nas descrições linguísticas das línguas de sinais e podem ter um grande potencial para os dicionários e os livros didáticos de língua de sinais. (REAGAN, 2010, p. 169)

A discussão de Reagan (2010) enfatiza a constatação de que a comunidade sinalizante não usa muito a escrita de sinais, pois ainda se faz necessário a oficialização, padronização e

difusão de um sistema de escrita de sinais para assegurar o acesso à informação e ao conhecimento por meio desse sistema no Brasil. Desta forma, esta tese argumenta em favor do uso de um único sistema de escrita de sinais. Considerando que as pesquisas apontam que o sistema *SignWriting* é o mais usado e difundido no Brasil e no mundo (LEÃO, 2019a), essa tese argumenta que se deve adotar esse sistema para a escrita da Libras.

Quadros (2017),¹⁶ em Política, Planejamento Linguístico e Padronização e a Libras, discute a relação entre Libras e português na escola.

[...] Se há planejamento linguístico com foco somente no português, pode haver desvalorização da Libras, mas se há planejamento para duas línguas, há valorização equiparada, com a presença de profissionais na escola, incentivando e respeitando as duas línguas. Também deve haver valorização das línguas fora da sala de aula. No currículo, deve haver o mesmo número de horas para Libras e português. [...]

Devem ser respeitadas as diferenças linguísticas entre a Libras e o português. Algumas vezes criam-se sinais em Libras, porque alguns profissionais pensam que Libras tem que ter a mesma estrutura e vocabulário que o português e, por isso, criam terminologias. [...]

Padronização é possível e pode ser necessário para registro linguístico para a criação de dicionários e glossários, material didático em Libras. Nesses casos, é importante a padronização, mas na padronização pode também respeitar a variação linguística.

Assim também, pode-se ampliar a difusão da Libras por meio do registro em escrita de sinais, com a publicação e tradução de materiais didáticos, dicionários, glossários e literatura surda em escrita de sinais. Assim, é preciso que a formação dos tradutores e intérpretes de Libras – Português seja aprofundada para conhecer bem o sistema *SignWriting*. É necessário que haja disciplinas de práticas de tradução em SW – Português nos currículos dos bacharelados de Letras: Libras.

Nesse sentido, deve-se refletir sobre a criação de outros sistemas de escritas de sinais, visto que já há um sistema difundido no Brasil. A criação de vários sistemas pode ocasionar futuros problemas na implementação de planejamento linguístico e na difusão de conhecimento. É possível oficializar e usar um único sistema, visto que os sistemas de escrita são abertos, flexíveis e possíveis de serem adaptados para aperfeiçoar a escrita. O que necessário fazer é o aumento de políticas linguísticas para padronizar um sistema oficial da escrita da Libras no Brasil.

¹⁶ Veja o vídeo no link <https://www.youtube.com/watch?v=hxkEzXdm8aw>, acesso em 14/10/2019

A padronização das línguas no mundo sempre envolveu diversas polêmicas. De acordo com Calvet, a padronização pode envolver tanto a escrita como a fala. Para Calvet (2007), a padronização pode ser considerada um instrumento de planejamento linguístico muito importante para as línguas em geral. Consequentemente, conforme argumenta Calvet (2007), “*não existe planejamento linguístico sem suporte jurídico*” (2007, p. 75). O autor assevera também que:

As leis que se ocupam da forma da língua, fixando, por exemplo, a grafia ou intervindo no vocabulário por meio de listas de palavras. [...]. As leis que se ocupam da defesa das línguas, seja para assegurar-lhes uma promoção maior (internacional, por exemplo), seja para protegê-las como se protege um bem ecológico. (2007, p. 75 – 76).

Desta forma, uma comunidade surda precisa escolher que tipo de escrita será adotado: se será alfabética ou não-alfabética (CALVET, 2007, p. 63). Calvet (2007) apresenta alguns exemplos de línguas que adotaram diferentes tipos de alfabetos, como o latino e árabe. Estas escolhas tendem a gerar muitas discussões e polêmicas. Segundo o autor,

Essas discussões tinham, evidentemente, um substrato ideológico: por um lado, há uma estreita ligação entre a expansão dos sistemas de escrita e a expansão das religiões (o alfabeto árabe está ligado ao Islã, o alfabeto latino é percebido como associado à cristandade), e por um lado o alfabeto latino era visto por alguns como um traço simbólico da época colonial. (2007, p. 63)

Por isso, o debate em torno de qual sistema de escrita será adotado ocasiona diversas polêmicas e sempre traz um substrato ideológico (CALVET, 2007). Por isso, as discussões sobre qual sistema de escrita de sinais a Libras deve empregar são polêmicas e apresentam um fundo ideológico, que propõe sistemas de escrita de sinais com base numa estrutura alfabética. No entanto, considerando a modalidade visual e espacial da Libras, deve-se adotar um sistema que seja adequado às características linguísticas dessa língua, bem como é necessário considerar em qual sistema os surdos se sentem mais confortáveis para escrever.

Para se ter uma ideia desse debate acalorado sobre os sistemas de escritas de sinais, observa-se o caso dos quatro sistemas de escrita de sinais propostas para a Libras. Por um lado, um número considerável de pesquisadores surdos defende o uso do sistema *SignWriting*; por outro lado, outros autores, como Estelita-Barros (2008), defendem novos sistemas criados no

Brasil como ELiS, SEL e VisoGrafia. Leão (2019a) relata que alguns surdos já relataram que se sentem incomodados porque, no Brasil, há quatro propostas de sistemas de escrita de sinais. Enquanto não há um sistema de escrita de sinais específico da Libras, a comunidade surda brasileira continua estudando português na modalidade escrita, como uma forma de expressar seus pensamentos e divulgar informação. Desta forma, Calvet (2007) argumenta que

Considerando todos esses pontos, vê-se que o planejamento linguístico passa primeiro por uma descrição precisa da língua; em seguida, por uma reflexão sobre o que se espera de um sistema de escrita. Será necessário, por exemplo, escolher uma ortografia de tipo fonológico, na qual a cada fonema corresponda um grafema ou, se preferir, a cada som uma letra? (2007, p. 64)

Os sistemas de escrita das línguas de sinais podem usar os parâmetros fonológicos como princípio para registrar a língua, como acontece com os sistemas *SignWriting*. Contudo, as propostas de escrita tendem a ser distintas, sendo que algumas são mais icônicas, como é o caso do sistema *SigWritinig*, e outras usam mais símbolos convencionados pelo criador do sistema. Outros ainda, usam uma escrita alfabética. A comunidade surda brasileira, porém, precisa discutir e decidir qual sistema oficial de escrita de sinais será adotado para a escrita da Libras.

Além dos sistemas de escrita de sinais, é possível indicar outros modos de se relacionar com a escrita. O vídeo-registro pode funcionar como um registro das línguas de sinais. É um outro modo de articular o registro e difusão das línguas de sinais, mas que demanda recursos tecnológicos para gravação, além de acesso à internet de qualidade.

Neste sentido, de acordo com Calvet (2007), depois do momento em que um sistema de escrita é oficializado, deve-se iniciar a difusão dessa forma escrita, por meio de publicações de dicionários, materiais didáticos, traduções. Nesse sentido, pode-se propor a difusão da escrita de sinais na educação de surdos e da difusão do conhecimento nesse sistema de escrita por meio do ensino desse sistema. Desta forma, é essencial a escolha de um sistema de escrita de sinais para a publicação de materiais didáticos, livros e artigos, para divulgar informações por meio da escrita de sinais. Além disso, diversos gêneros textuais devem ser veiculados na escrita de sinais, tais como leis, placas informativas em locais públicos, anúncios, publicações acadêmicas e escolares, dentre outros. A publicação de materiais impressos em escrita de sinais é fundamental para a educação de surdos plena, a fim de que se promova a alfabetização e o letramento em escrita de sinais. Desta forma, será possível oficializar e padronizar um sistema de escrita de sinais para que o povo surdo tenha acesso ao conhecimento por meio da escrita de

sua primeira língua.

Além do mais, a oficialização e a padronização devem ser implementadas por meio de leis linguísticas específicas. De acordo com Calvet (2007), a legislação tem uma importância fundamental para o incentivo de políticas linguísticas em sistemas de escrita. Desta forma, a escrita de sinais, alinhada ao planejamento linguístico com foco no ensino de escrita e a alfabetização em L1 são fundamentais para a difusão da escrita. Assim, uma legislação robusta sobre escrita de sinais é essencial para promover publicações na língua, tais como produção de material didático e de materiais informacionais para melhorar o desenvolvimento da aprendizagem Libras como primeira língua pelos surdos.

Desta forma, Barreto e Barreto (2015, p. 86) argumentam que

a escrita não substitui o discurso oral e vice-versa, pois cada um preenche necessidades específicas. Um não é melhor do que o outro. “As diferenças de estrutura e uso entre língua falada e escrita são inevitáveis, porque elas são produto de tipos radicalmente diferentes de situações de comunicação” (CRYSTAL, 2006, p. 149 apud BARRETO e BARRETO, 2015, p. 86)”.

Devemos considerar que a escrita é sempre uma representação da língua falada ou sinalizada. Neste caso, faz-se necessário problematizar a Lei nº 10.436/2002, Art. 4º, Parágrafo único, que menciona que “A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.” Esta lei não garante a difusão de escrita de sinais da Libras. No tocante a este parágrafo do Art. 4º da Lei da Libras, Quadros e Stumpf (2018) afirmam que

Apesar do reconhecimento da Libras enquanto língua nacional, esta lei inclui um parágrafo único final alertando que esta língua não pode substituir a modalidade escrita da Língua Portuguesa. Este parágrafo remonta a política monolíngue instaurada desde o período da colonização brasileira, mantendo assim o estatuto da Língua Portuguesa de supremacia, mesmo ao reconhecer a existência de outra língua nacional, a Libras. Este parágrafo apresenta algumas consequências para os surdos brasileiros. A mais importante é o estabelecimento da educação bilíngue, reconhecendo a Libras como língua de instrução e de ensino e a Língua Portuguesa escrita, como segunda língua que deve ser ensinada aos surdos nas escolas. Em alguns estados, este parágrafo tem se tornado um problema para os surdos, pois acabam determinando o uso do português escrito em alguns contextos que excluem os surdos do acesso de forma equitativa aos diferentes espaços públicos. (2018, p. 23)

Lagares (2018) problematiza essa limitação da Lei 10.436/2002, conceituando-a como uma situação de *bilinguismo desigual*. Segundo Lagares é

difícil imaginar em que situação poderia se dar essa substituição. Na realidade, com tal declaração se assume a obrigatoriedade do *bilinguismo desigual* para a comunidade surda, neste caso, na modalidade escrita da língua portuguesa. [...] essa forma de bilinguismo é uma característica da situação minoritária, que define a condição de minorizada de uma comunidade linguística. (2018, p. 78)

Em outras palavras, a lei prevê o reconhecimento da Libras como língua da comunidade surda, mas a língua portuguesa ainda é considerada mais importante na sua forma escrita do que a escrita da Libras. Não há previsão de que a Libras possa implementar um sistema de escrita de sinais. Esse parágrafo único do Art. 4º da Lei nº 10.436 traz uma série de complicações para a escrita de sinais, o que sugere que a Libras e português não têm o mesmo valor e prestígio em termos de *status* linguístico, pois a escrita de sinais não é mencionada e valorizada neste contexto, visto que lei apresenta somente o português.

Em relação à restrição da Lei 10. 436/2002, deve-se considerar que a escrita de sinais não substitui nem elimina a escrita em língua portuguesa. Nesse sentido, é necessário pensar na coexistência das duas formas escritas, a da língua oral e da língua de sinais. Desta maneira, esta alternativa é mais viável, pois coloca a escrita de sinais da Libras dentro de políticas linguísticas mais inclusivas. Não se trata de escolher um ou outro, mas deve-se considerar que a comunidade surda pode ter acesso às duas formas de escritas disponíveis na Libras e na língua portuguesa.

Por isso, faz-se necessário discutir esse parágrafo para que haja espaço para a implementação de políticas linguísticas voltadas para a escrita de sinais da Libras. Assim, é preciso que esta Lei seja alterada e complementada, de modo que a modalidade escrita da Libras, num sistema de escrita de sinais, e da língua portuguesa sejam ensinadas de forma independente, o que propiciará que ambas as formas escritas tenham o mesmo valor. Deste modo, a situação da Libras e do seu *bilinguismo desigual* (LAGARES, 2018) podem ser transformadas numa situação de bilinguismo na forma escrita também. Então, é possível adotar e oficializar um dos sistemas de escrita de sinais como o *SignWriting* que representa os sinais da Libras, cuja estrutura fonológica é diferente da do português. Isso porque se trata de línguas diferentes cujos sistemas escritos são distintos. A escrita de sinais, se ensinada com a Libras, permite compreender e aprender a língua portuguesa, além de atribuir valor equitativo para a

Libras e o português.

Desta forma, o povo surdo brasileiro pode ser privado do seu direito à língua na modalidade escrita da Libras em alguns contextos. Calvet (2007) argumenta que cada indivíduo tem o direito à sua própria língua. Segundo o autor,

Essas situações dão outro sentido à expressão “direito à língua”. O fato de não falar a língua do Estado priva o cidadão de inúmeras possibilidades sociais, e consideramos que todo cidadão tem *direito à língua do Estado*, isto é, que ele tem direito à educação, à alfabetização etc. Mas o princípio de defesa das minorias linguísticas faz com que paralelamente todo cidadão tenha *direito a sua língua*. [...]. Portanto, uma política linguística pode dar conta ao mesmo tempo do direito à língua do Estado e do direito do indivíduo à língua... (2007, p. 85)

O documento publicado **Direitos Humanos das Pessoas Surdas: pela Equidade Social Cultural e Linguística** (2018) apresenta, em sua meta nº 8 sobre a educação bilíngue de surdos, que se faz necessário “garantir que a criança surda aprenda a ler e a escrever na Libras, por meio da escrita de sinais – SignWriting, como forma de consolidar a relação com a escrita” (2018, p. 16). Da mesma forma, o aprendizado de escrita de sinais contribui com o desenvolvimento das habilidades escritas também em português, o que assegura o direito às duas línguas de forma equitativa.

Assim, na visão de Calvet (2007), as leis linguísticas, que têm a função de regular as línguas, são instrumento fundamental para a padronização e oficialização de determinadas línguas. Nas palavras do autor, a “lei é um dos principais instrumentos do planejamento linguístico” (2007, p. 76). Dessa forma, a Libras já apresenta algumas leis que asseguram o reconhecimento e difusão da língua, como é o caso da Lei da Libras, o Decreto nº 5.626/2005 e também a Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146/2015, dentre outras. Estas leis preveem ações específicas e recomendam o acesso à informação por meio da Libras em órgãos públicos, bem como o ensino da Libras em contextos educacionais.

Nesse sentido, Calvet (2007) afirma que

A língua pode ser objeto de lei? O que é certo é que os Estados intervêm frequentemente no domínio linguístico, respondendo a esta pergunta de maneira prática e evitando o debate teórico, mas eles intervêm de fato nos comportamentos linguísticos, no uso das línguas [...]: *não existe planejamento linguístico sem suporte jurídico*. (2007, p. 75)

Por isso, uma legislação específica voltada para Libras e seu sistema de escrita de sinais possibilita o desenvolvimento das políticas linguísticas e do planejamento linguístico. Um exemplo interessante que engloba a Libras é o Decreto Nº 7.387/2010, que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). Trata-se de políticas linguísticas que asseguram o registro e valorização das línguas dos grupos minoritários no Brasil. Esse tipo de legislação protege uma língua minorizada e tira-a do estatuto de risco, como já foi discutido por Nonaka (2004) e Quadros e Leite (2014). Nesse sentido, a escrita de sinais da Libras também necessita ser oficializada e assegurada por uma legislação que possibilite sua divulgação, valorização e reconhecimento. Desta forma, a Libras terá mais políticas linguísticas que garantam seu *status* e valor linguístico, assim como fortaleçam a Libras, diminuindo o estatuto de risco.

Nesse sentido, o documento mencionado acima, **Direitos Humanos das Pessoas Surdas: pela Equidade Social Cultural e Linguística** (2018), é um importante mecanismo que pode contribuir e orientar para a criação de uma lei linguística específica que assegure o ensino e a difusão de escrita de sinais da Libras. Desta forma, Calvet (2007) argumenta em favor do direito à língua que todo o cidadão deve ter. Para Calvet (2007),

No que concerne à forma e ao uso, a lei, se for aplicada, constrange o cidadão. Ela o obriga, por exemplo, a falar uma língua em determinada situação e de determinada maneira. Por outro lado, quando se trata da defesa das línguas, a lei pode constranger as instituições: entramos aqui no campo do direito que os indivíduos têm a uma língua. Num primeiro momento, a expressão “direito à língua” nos remete à proteção das minorias linguísticas, e o próprio fato de se falar em proteção mostra até que ponto elas estão ameaçadas. Mas há também, mundo afora, um grande número de países nos quais os cidadãos não falam a língua do Estado. (2007, p. 84)

A discussão de Calvet revela que o Estado e a legislação determinam que as pessoas devam usar a língua oficial de um país. Em relação aos surdos no Brasil, devem aprender o português como L2 na modalidade escrita. No entanto, ainda há surdos que não se sentem confortáveis em aprender português escrito, devido às diferenças linguísticas e culturais em relação à Libras, visto que a forma escrita da língua oral não corresponde a uma forma escrita que registre a Libras. Nesse sentido, de acordo com Quadros (2016),

Para os surdos, a língua falada/escrita apresenta um papel importante, pois eles

compartilham o mesmo território das pessoas ouvintes que usam essa língua. No entanto, em muitos países, em função da visão médica, a língua falada representa uma verdadeira ameaça à língua de sinais dos surdos. Portanto, a tendência das pessoas surdas é de se defenderem dessa ameaça. Isso faz com que a relação com a língua falada/escrita seja extremamente complicada. Se eles têm que se defender dessa língua, eles não querem aprendê-la. No caso do Brasil, alguns surdos odeiam o Português. O resultado disso é que realmente eles não aprendem essa língua. Isso tem sido a realidade por várias gerações de surdos no Brasil. Atualmente, já podemos visualizar uma mudança nesta postura. O plurilinguismo começa a fazer parte do planejamento linguístico do país, que incluiu a Libras, o que torna o Português menos ameaçador. As políticas linguísticas favorecem o fortalecimento da Libras por meio de várias ações que a legitimam no país. (QUADROS, 2016, p, 30-31)

Essa situação dos surdos em relação ao português escrito pode ocorrer devido à inexistência de políticas linguísticas e legislação que favoreçam o ensino e difusão da escrita de sinais. Nesse sentido, espera-se que as pesquisas em políticas linguísticas em escrita de sinais contribuam para promover a difusão e ensino da escrita de sinais para os surdos, porque se trata de um sistema específico que contempla as características linguísticas e visuais das línguas de sinais, assim como possibilita o registro da Libras na modalidade escrita.

Desta forma, outro documento importante traz contribuições sobre a escrita de sinais. Trata-se do Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa - *Grupo de Trabalho, designado pelas Portarias nº 1.060/2013 e nº 91/2013 do MEC/SECADI*, o qual sugere, dentre várias ações, por exemplo, a realização de provas em escrita de sinais, no item 7.1, na meta geral 12:

Garantir o acesso aos surdos nas instituições de Educação Superior por meio de provas de seleção previamente traduzidas para a Libras, gravada em meio eletrônico, prova de Língua Portuguesa como L2, redação na *escrita de sinais* ou filmada em Libras, além de tradutores e intérpretes de Libras, nos vestibulares, exames institucionais e demais processos seletivos. (2014, p. 18)

Portanto, deve-se discutir uma legislação robusta que assegure que a escrita de sinais própria da Libras seja difundida, oficializada, padronizada e garantida por meio de uma legislação específica. Portanto, esta tese argumenta que o sistema de escrita de sinais SignWriting deve ser oficializado como escrita da Libras no Brasil.

2.3 Oficialização de Línguas de Sinais e Escrita de Sinais

Cada nação determina, em geral, a oficialização de uma língua ou, em raros casos, mais línguas para comunicação em todos os contextos sociais. No Brasil, a língua portuguesa é a língua oficial do Estado. Segundo a Constituição de 1988, artigo 13: “A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.” (BRASIL, 1988). No entanto, o *status* de língua oficial do português em relação a outras línguas cria uma situação de hegemonia e prevalência linguística, ao passo que as outras línguas faladas e sinalizadas no Brasil são vistas como línguas minorizadas. Nesse sentido, Lagares (2018) argumenta, em relação à Constituição Federal, que

No artigo 210 é que se estabelece a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa como veículo do ensino regular fundamental, com a única exceção das “línguas maternas” das comunidades indígenas, às quais se garante também o direito de terem processos próprios de aprendizagem. Esse ponto do texto constitucional não contempla nem a comunidade surda nem as comunidades que falam línguas de imigração. (LAGARES, 2018, p. 77)

Nesse sentido, pode-se discutir o papel do Estado brasileiro em determinar políticas linguísticas monolíngues que favoreçam apenas uma língua oral, embora as comunidades indígenas possam ter o acesso à escolarização em sua língua local. Por outro lado, a Libras e a comunidade surda possuem um *status* de língua de reconhecimento, sem ter, como no artigo 210, o mesmo destaque que as línguas indígenas. Embora exista uma legislação específica sobre a Libras, esta língua de sinais não passa pelo texto constitucional e está à margem de uma política oficializadora. Nesse sentido, Lagares ressalta que

é nos artigos referentes ao reconhecimento da diversidade cultural brasileira que se pode identificar um tímido compromisso do Estado com as realidades linguísticas coexistentes em seu território, embora esses compromissos não tenham dado lugar a desenvolvimentos políticos concretos na legislação federal. (LAGARES, 2018, p. 77)

Nesse sentido, a diversidade linguística do Brasil fica em situação desfavorável em relação às políticas que oficializem essas línguas. O *status* de reconhecimento linguístico, com é o caso da Libras, acarreta limitações no planejamento e implementação linguística, visto que agentes públicos podem não valorizar a Libras como língua de acesso ao conhecimento e informação pela comunidade surda brasileira. Esse cenário traz prejuízos consideráveis ao povo surdo no Brasil.

Dois casos interessantes que oficializam suas línguas nacionais e locais são a Bolívia e a Finlândia. Segundo Lagares (2018),

Encontramos na Bolívia um exemplo mais recente, e mais próximo do Brasil, de aplicação do *princípio de territorialidade*. A Constituição de 2009 declara o país um Estado plurinacional e oficializa 36 línguas junto com o castelhano: Aymara, Araona, Baure, Bésiro, Caninana, Cavineño, Cayubaba, Chácobo, Chimane, Ese ejja, Guaraní, Guarasu'we, Guarayu, Itonama, Leco, Machajuyai-kallawaya, Machinei, Maropa, Mojeño-Trinitario, Mojeño-Ignaciano, Moré, Masetén, Movima, Pacawara, Puquina, Quechua, Sirionó, Tacana, Tapiete, Toromona, Uru-Chipaya, Weenhayek, Yaminawa, Yuki, Yuracaré e Zumuco (Bolívia CPE Plurinacional, 2009, p. 15). Também se estabelece na Constituição que todos os funcionários públicos devem ser proficientes em duas línguas oficiais do país. (LAGARES, 2018, p. 75).

Nesse sentido, as políticas linguísticas nacionais da Bolívia favorecem um ambiente multilíngue. Apesar desta determinação da Constituição Boliviana, a língua de sinais boliviana não é considerada uma língua oficial no país. No entanto, as políticas linguísticas nacionais da Bolívia favorecem uma diversidade linguística e cultural significativa para diversas línguas. Essas políticas linguísticas plurinacionais podem ser um bom exemplo de como diversas línguas podem assumir *status* linguístico oficial dentro de um Estado nacional. Estas políticas, no âmbito educativo, segundo Lagares (2018), é bastante positiva:

No aspecto educativo, se estabelece, além do direito de todo mundo a uma educação intercultural em sua própria língua, o dever do falante monolíngue em castelhano de aprender o outro idioma oficial da região, como segunda língua. Se trata, portanto, de uma política linguística ambiciosa que faz uso da força da lei, a fim de contribuir para romper estruturas sociais que provocam desigualdade e construir uma nova sociedade nacional com base no diálogo intercultural. (LAGARES, p. 76).

Nesse sentido, o acesso à educação, bem como ao conhecimento, é possível na língua

do falante devido ao *status* de língua oficial atribuído a estas línguas. Outro exemplo, é a Índia que possui a Lei das Três Línguas.¹⁷ Esta Lei determina que todo o cidadão indiano deve saber hindi, inglês e uma terceira língua regional. Como se nota, o Estado intervém de maneira incisiva nas políticas linguísticas indianas, estimulando o multilinguismo no país.

Com estes exemplos, pode-se discutir a realidade multicultural e multilíngue do Brasil. Em particular, a Libras detém o *status* de língua de reconhecimento, mas não de língua oficial do Estado Brasileiro. Caso o fosse, os falantes ouvintes de português seriam estimulados a estudar a Libras como segunda língua. Além disso, todos os espaços públicos, meios de comunicação, educação, a difusão de conhecimento dentre outros seriam obrigados a usar a Libras como língua de comunicação.

Além disso, não se pode esquecer que uma língua oficial requer uma escrita. Nesse sentido, uma língua de sinais que venha a ter o *status* de língua oficial enfatizará a necessidade de se adotar um sistema de escrita para difusão de informações nesta língua. A difusão da Libras em vídeo-registro não é a única alternativa possível para esta língua. A escrita de sinais é uma alternativa que possibilita a divulgação de conhecimento, sobretudo em contextos em que acesso à internet e a recursos tecnológicos para vídeo-registro podem ser limitados. Nesse sentido, tanto a oficialização da Libras, como de um sistema de escrita de sinais favorece a difusão da língua, bem como o acesso ao conhecimento e a diversos serviços públicos para a comunidade surda, são necessários.

Outro exemplo importante é o da Finlândia, em que há duas línguas oficiais usadas em todo o território nacional. Segundo Lagares (2018), na Finlândia,

Em primeiro lugar, as línguas oficiais do país [Finlândia] são o finlandês (ou suomi) e o sueco. Todos os cidadãos podem utilizar essas duas línguas nas suas relações com a administração pública e solicitar documentação oficial em ambas. O Estado também se compromete, segundo sua constituição de 1999, a atender às necessidades culturais e sociais da população por igual tanto em sueco como em finlandês. Dessa maneira, diferentemente do que vimos no início deste capítulo, o hino nacional da Finlândia tem versões oficiais nos dois idiomas. E todos os cidadãos, seja qual for sua língua primeira, devem terminar seus estudos com um bom domínio da outra língua oficial (2018, p. 73)

¹⁷ Sobre a Lei das Três Línguas ou, inglês, Three Language Formula, acesse, por exemplo, o site <https://prepwithharshita.com/three-language-formula/>

Como se observa, o uso de duas línguas oficiais na Finlândia é um exemplo significativo de como duas ou mais línguas podem ser oficializadas e usadas pelo Estado para que as pessoas tenham acesso à informação, ao conhecimento e à educação nas línguas em que os cidadãos se sentem confortáveis, tanto na fala como na escrita. Com este exemplo, pode-se pensar políticas linguísticas nacionais bilíngues ou plurilíngues. No caso da Libras e das línguas de sinais, é possível que a língua de sinais seja oficializada e tenha um sistema de escrita de sinais que também seja usado na modalidade escrita da língua de sinais.

Um caso peculiar de políticas linguísticas multilíngues em língua oral e em língua de sinais é a Nova Zelândia. O ato da Língua de Sinais da Nova Zelândia, de 2006, oficializa esta língua juntamente com a língua inglesa e a língua Maoari neste país da Oceania. A figura 1 mostra a primeira parte do Ato da Língua de Sinais da Nova Zelândia que “declara a Língua de Sinais da Nova Zelândia uma língua oficial da Nova Zelândia” (Ato da Língua de Sinais da Nova Zelândia, 2006:

Figura 10 – Parte Inicial do Ato da Língua de Sinais da Nova Zelândia de 2006.

Part 1

Preliminary provisions

3 Purpose

The purpose of this Act is to promote and maintain the use of New Zealand Sign Language by—

- (a) declaring New Zealand Sign Language to be an official language of New Zealand; and
- (b) providing for the use of New Zealand Sign Language in legal proceedings; and
- (c) empowering the making of regulations setting competency standards for the interpretation in legal proceedings of New Zealand Sign Language; and
- (d) stating principles to guide government departments in the promotion and use of New Zealand Sign Language.

4 Interpretation

In this Act, unless the context otherwise requires,—

Deaf community means—

- (a) the distinct linguistic and cultural group of people who are deaf and who use New Zealand Sign Language as their first or preferred language; and
- (b) people who are deaf and who identify with the group of people referred to in paragraph (a)

government department means a government department named in [Part 1](#) of Schedule 1 of the Ombudsmen Act 1975

interpretation, in relation to New Zealand Sign Language, means—

- (a) the expression in New Zealand Sign Language of words spoken in English or Maori or both; and
- (b) the oral expression in English or Maori or both of messages expressed in New Zealand Sign Language

Fonte: <https://www.legislation.govt.nz/act/public/2006/0018/latest/whole.html>

Embora essa lei não mencione qualquer informação sobre a escrita de sinais, é um passo significativo de oficialização da língua de sinais da comunidade surda neozelandesa. No

entanto, deve-se considerar que uma língua possui habilidades integradas, ou seja, ver, sinalizar, ler e escrever. O caso da Nova Zelândia favorece políticas linguísticas para a escrita de sinais também. Políticas dessa natureza tendem a ser mais inclusivas, embora ainda possam ser aperfeiçoadas em relação à escrita de sinais.

McKee e Manning (2015) discutem essa lei que oficializa a Língua de Sinais da Nova Zelândia (NZSL). A NZSL foi oficializada em 2006, por meio de uma lei específica aprovada pelo Parlamento da Nova Zelândia. Os autores destacam que “a NZSL foi reconhecida institucionalmente na Lei da Língua de Sinais da Nova Zelândia de 2006; nas políticas judiciais, educacionais e do sistema de saúde; e pela prestação de serviços de interpretação financiados pelo Estado.”¹⁸ (MCKEE; MANNING, 2015, p. 474). Apesar dessa lei específica, os autores criticam que não houve mecanismos e recursos para a implementação dos propósitos da lei.

Em geral, as línguas de sinais são reconhecidas por meio de leis e decretos que lhe conferem *status* e valorização em um determinado país. Segundo os autores, ao contrário das outras línguas de sinais, a NZSL recebeu seu reconhecimento de forma peculiar:

Na época da Lei da NZSL de 2006, conferir o status de língua oficial era uma medida incomum para se aplicar a uma língua de sinais. Esse reconhecimento e direitos linguísticos instrumentais para pessoas surdas são mais frequentemente codificados em políticas e regulamentos relativos a domínios administrativos como educação, justiça e cuidados de saúde e são normalmente codificados em termos de disposições de acessibilidade. (MCKEE; MANNING, 2015, p. 475)

A oficialização de uma língua de sinais é positiva, na medida em que pode alcançar *status*, valorização e visibilidade mais expressiva. No entanto, o fato de uma legislação não prever planos e metas para sua devida implementação inviabiliza que a comunidade surda tenha seus direitos linguísticos garantidos. McKee e Manning (2015) discutem que políticas linguísticas “de cima para baixo” nem sempre alcançam as necessidades da comunidade surda. A criação de uma lei que oficialize uma língua pode ser positiva, pois, segundo os autores, dá valor e reconhecimento à comunidade surda. Segundo eles,

A oficialização de uma língua minoritária envia uma mensagem política de reconhecimento da identidade e da posição social desse grupo, e pode permitir

¹⁸ NZSL was institutionally recognized in the New Zealand Sign Language Act 2006; in judicial, educational, and health system policies; and by state-funded interpreting provision.

que membros de uma minoria linguística participem em domínios administrativos oficiais através da sua própria língua.¹⁹ (2015, p. 475).

O cenário descrito acima pode potencializar o acesso a bens e serviços públicos de forma ampla para uma comunidade minorizada, como acontece com a comunidade surda. No entanto, há a necessidade de uma devida implementação dessas políticas linguísticas para que a comunidade surda possa exercer sua cidadania de forma plena.

McKee e Manning (2015) ressaltam que a lei que oficializa a NZSL possui três princípios básicos:

A primeira (§ 6) confere status de língua oficial, reconhecendo a NZSL como a primeira língua ou a língua preferida dos membros da comunidade surda e que existe exclusivamente na Nova Zelândia. Em segundo lugar (§ 7), garante o direito de usar a NZSL em tribunais com o provimento de intérpretes competentes quando a NZSL for a primeira língua ou a língua preferida de uma pessoa (incluindo jurados). Terceiro (§ 9), estabelece princípios que orientam os departamentos governamentais no sentido de tornarem os seus serviços acessíveis aos utilizadores da NZSL “na medida em que for razoavelmente praticável”.²⁰ (2015, p. 477)

Como se observa, a lei prevê o *status* de língua oficial, garante acesso à interpretação em contexto jurídico, bem como estabelece o direito de acesso a serviços públicos. Mesmo que a lei preveja acesso a serviços na língua de sinais, estes serão possíveis “na medida em que for razoavelmente praticável”. Esta proposição presente na lei pode impedir o acesso a serviços e direitos da comunidade surda, o que limita muito mais o alcance da lei.

Percebe-se que a lei não prevê possibilidades de acesso ao conhecimento, educação, à saúde, dentre outros na língua de sinais. Da mesma forma, não há, na lei, especificamente menção à aprendizagem, à difusão e ao acesso ao conhecimento por meio de um sistema de escrita de sinais.

Nesse sentido, McKee e Manning (2015) criticam a ausência da educação de surdos na

¹⁹ Officialization of a minority language sends a political message of recognition of the identity and social position of that group, and it may enable members of a language minority to participate in official administrative domains via their own language.

²⁰ The first (§ 6) confers official language status, recognizing NZSL as the first or preferred language of members of the Deaf community and one that exists uniquely in New Zealand. Second (§ 7), it guarantees the right to use NZSL in courts of law with the provision of competent interpreters when NZSL is a person's first or preferred language (including jurors). Third (§ 9), it sets out principles that guide government departments in making their services accessible to NZSL users “so far as reasonably practicable.”

referida lei. De acordo com os autores, os “direitos linguísticos educativos são universalmente considerados como um objetivo central do reconhecimento da língua de sinais, mas a Lei NZSL é omissa sobre a educação.”²¹ (2015, p. 477-478). Ou seja, o acesso à educação e ao conhecimento não são garantidos perante uma lei que oficializa uma língua de sinais. O que se observa na lei, segundo os autores, é o favorecimento da educação especial: “Em suma, o silêncio da lei sobre os direitos educativos das crianças S/surdas deixou isto a cargo da política e da prática da educação especial. Na Nova Zelândia, a educação especial favorece a colocação das crianças em escolas regulares.”²² (2015, p. 478-479). Desta forma, a lei não garante o acesso à educação bilíngue de surdos em sua primeira língua, bem como não explicita possibilidades de uso e difusão de escrita de sinais.

Segundo McKee e Manning (2015), em 2013 e 2014, houve uma consulta pública sobre a lei da NZSL. A mesma fez uma série de recomendações, principalmente no tocante à educação de surdos. Houve aumento de recursos voltados para a NZSL. No entanto, a educação ainda se mantém na modalidade inclusiva, com a contratação de intérpretes de línguas de sinais. Há projetos voltados para o ensino da NZSL para famílias com crianças surdas, além de tutores nas escolas inclusivas que funcionam como um apoio para o aprendizado da criança surda. Como se observa, não há políticas linguísticas voltadas para o desenvolvimento pleno da educação bilíngue de surdos. (MCKEE; MANNING, 2015). De acordo com os autores,

O planejamento linguístico e as ações políticas, incluindo o reconhecimento legal da NZSL como língua oficial ainda não resultaram nos ganhos esperados nos direitos instrumentais dos surdos neozelandeses à comunicação e à informação na sociedade em geral. Nem as iniciativas políticas de cima para baixo abordaram adequadamente a necessidade de planejar a aquisição e manutenção da NZSL, especialmente através do sistema educativo.²³ (2015, p. 492).

A oficialização da NZSL ocorreu num movimento “de cima para baixo”, mas o movimento surdo e a comunidade surda não estão envolvidos neste processo. Desta forma, faz-

²¹ Educational linguistic rights are universally regarded as a core goal of sign language recognition, yet the NZSL Act is silent on education.

²² In short, the law’s silence on educational rights for D/deaf children left this to special education policy and practice to consider. In New Zealand special education favors placing children in mainstream schools.

²³ Language planning and policy actions, including legal recognition of NZSL as an official language, have not yet resulted in the hoped-for gains in Deaf New Zealanders’ instrumental rights to communication and information in the wider society. Nor have top-down policy initiatives adequately addressed the need to plan for the acquisition and maintenance of NZSL, especially via the educational system.

se necessário que a oficialização de uma língua de sinais concretiza políticas linguísticas e implementação que permita que a comunidade surda tenha seus direitos linguísticos em sua plenitude.

Como vimos acima, as políticas linguísticas das línguas oficiais (embora orais) da Finlândia preveem que a escrita deve ser desenvolvida na língua que o cidadão optar por se comunicar. No caso das línguas de sinais, como na Nova Zelândia, a modalidade em escrita de sinais também deve ser garantida por meio de uma legislação específica, assegurando que a comunicação dos surdos seja realizada de forma plena na língua de sinais e na modalidade escrita em escrita de sinais.

No caso da Libras, ainda há uma restrição que a Lei 10.436/2002 impõe à modalidade escrita da Libras. Ou seja, o Art. 4º, Parágrafo Único, determina que “A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.” (BRASIL, 2002). Novamente, essa situação da Libras e do português é o que Lagares (2018) nomeia como *bilinguismo desigual*. Assim, a proposta desta tese é discutir e propor que um único sistema de escrita de sinais seja utilizado como forma de comunicação escrita da Libras. Esta proposta, porém, não exclui ou elimina a modalidade escrita portuguesa, pois a comunidade surda pode aprendê-la de forma mais eficaz junto com a escrita de sinais. Contudo, em contextos de ensino e aquisição de duas línguas distintas – Libras e Língua Portuguesa – a escrita de sinais favorece o desenvolvimento dessas línguas, conforme já foi pontuado por Stumpf (2005).

Portanto, o sistema de escrita de sinais que pode ser utilizado na forma escrita da Libras é o *SignWriting*. Este sistema é difundido em vários estados brasileiros, principalmente pela criação do curso de Letras: Libras EAD em 2006 e 2008, que foi aberto em 15 polos de ensino de ensino em todo o Brasil. Com o surgimento deste curso, o sistema de escrita de sinais *SignWriting* foi difundido em todo o Brasil, conforme já pontuado anteriormente na pesquisa de Leão (2019a). Assim, esta tese de doutorado apresenta uma proposta de oficialização e padronização do sistema de escrita de sinais *SignWriting* para registro e difusão da Libras em sua forma escrita.

3 METODOLOGIA

Nesta seção, apresentamos a natureza da pesquisa, o perfil dos informantes e o percurso metodológico. Também são apresentadas as questões éticas da pesquisa. A metodologia apresentada facilitou o desenvolvimento da pesquisa sobre políticas linguísticas em escrita de sinais, a fim de discutir a oficialização e padronização do sistema *SignWriting*.

3.1 Natureza da Pesquisa

Para se analisar as vivências de professores em relação à escrita de sinais, o estudo de caso parece ser uma alternativa adequada, uma vez que se preocupa também em compreender e esclarecer para o leitor os vários sentidos do fenômeno estudado. De acordo com André (1995), uma das vantagens do estudo de caso é “a possibilidade de fornecer uma visão profunda e ao mesmo tempo ampla e integrada de uma unidade social complexa, composta de múltiplas variáveis” (1995, p. 52). A autora também menciona que o estudo de caso possui uma “capacidade de retratar situações vivas do dia-a-dia escolar, sem prejuízo de sua complexidade e de sua dinâmica natural” (1995, p. 52).

Além disso, o estudo de caso pode ser coletivo. Segundo André (1995, p.19), “há ainda o que Stake denomina de estudo de caso coletivo, quando o pesquisador não se concentra num só caso, mas em vários, como por exemplo, em várias escolas ou vários professores, com finalidade intrínseca ou instrumental.” Essa pesquisa é um *estudo de caso coletivo*, de cunho qualitativo, porque vai envolver professores de cursos de Letras: Libras de cinco universidades brasileiras para discutir os problemas das políticas linguísticas para escrita de sinais. Serão entrevistados cinco professores de cada universidade a fim de discutir suas percepções sobre a escrita de sinais.

Foi utilizada também a pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2008), pois é condizente com o objetivo dessa pesquisa que envolverá o estudo de documentos de maneira geral e obras sobre as políticas linguísticas e educacionais no Brasil. Dentre os documentos analisados, vamos analisar cinco Projetos Políticos Pedagógicos (PPCs) dos Cursos de Letras Libras e a legislação sobre a Libras para verificar se há políticas linguísticas para a escrita de sinais.

O estudo de caso foi realizado em cinco universidades do Brasil e buscou investigar as percepções sobre as políticas linguísticas em escrita de sinais. A pesquisa foi realizada em cinco professores das universidades brasileiras, sendo uma em cada região do país. Foram escolhidos os cursos de Letras Libras das seguintes universidades, uma em cada região brasileira:

Tabela 8 – Universidades pesquisadas.

Região	Cidade	Universidade
Norte	Manaus – AM	Universidade Federal do Amazonas
Nordeste	Recife –PE	Universidade Federal de Pernambuco
Centro-Oeste	Brasília – DF	Universidade de Brasília
Sudeste	Belo Horizonte – MG	Universidade Federal de Minas Gerais
Sul	Florianópolis – SC	Universidade Federal de Santa Catarina

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Como instrumentos para coletas de dados serão utilizadas entrevistas e filmagens sobre escrita de sinais.

Como critérios de inclusão e exclusão, escolhemos os seguintes critérios:

- Ser professor surdo de um curso de Letras Libras das universidades escolhidas;
- Precisa conhecer, pelo menos, um sistema de escrita de sinais conhecidos no Brasil: SW, ELiS, SEL e VisoGrafia;
- Aceitar e assinar o Termo de consentimento livre e esclarecido para participar da entrevista;

Primeiramente, após aprovação do projeto pelo(a) orientador(a), o mesmo foi submetido ao Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos na Plataforma Brasil. O número CAAE é 67132223.4.0000.5013.

A entrevista foi realizada via Zoom de formam remota. Primeiro, o pesquisador entrou em contato pelo Whatsapp com os professores perguntando se tinham interesse e disponibilidade em participar da pesquisa. Apenas um professor não podia participar, porque

estava muito ocupado com demandas na universidade. Então, o pesquisador entrou em contato com outro professor surdo. Após os cinco professores aceitarem o convite para a pesquisa, o pesquisador marcou as entrevistas individualmente.

As entrevistas foram realizadas no Zoom e foram todas filmadas. A duração pode ser vista na tabela. As pesquisas foram realizadas entre os meses de fevereiro de 2023 a fevereiro de 2024, conforme o quadro abaixo.

Tabela 9 – Duração das entrevistas dos Informantes

Informante	Duração	Data de realização
Azul	33 minutos e 12 segundos	20/06/2023
Verde	51 minutos e 43 segundos	17/03/2023
Cinza	26 minutos e 54 segundos	22/02/2024
Rosa	46 minutos e 16 segundos	15/02/2024
Vermelho	34 minutos e 45 segundos	23/02/2024

Fonte: dados da Pesquisa (O autor, 2024)

As entrevistas dos informantes Azul e Verde foram realizadas antes da qualificação da Tese a fim de verificar, com a banca de qualificação, se as perguntas eram pertinentes. As entrevistas dos Informantes Cinza, Rosa e Vermelho foram realizadas após a qualificação.

Depois de realizadas as cinco entrevistas com os professores, o pesquisador transcreveu as respostas dos informantes para a análise dos dados. As entrevistas seguiram um roteiro de perguntas que foram elaboradas juntamente com o(a) orientador(a) da pesquisa.

Ao término as etapas de contextualização da pesquisa e das interfaces teóricas, espera-se que possamos mostrar sobre a autenticidade da escrita de sinais. A pesquisa mostra as subjetividades dos próprios sujeitos surdos e na escrita de sinais.

3.2 Local de realização da Pesquisa e Informantes

As entrevistas desta pesquisa foram realizadas de forma remota pelo Zoom, a ser agendada com os informantes no horário que é melhor para eles. As entrevistas foram, em média, 30 minutos para não sobrecarregar os informantes.

3.3 Questões éticas da pesquisa

Os critérios de inclusão dos informantes são: (1) ser maior de 18 anos; (2) Ensinar escrita de sinais há no mínimo 2 anos; (3) ser professor surdo; (4) assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os critérios de exclusão dos informantes são: (1) não conhece escrita de sinais; (2) menores de 18 anos;

Esta pesquisa resultou no desenvolvimento de uma proposta de padronização de sistema de escrita de sinais que venha a abrir caminho para a implementação de perspectivas críticas no ensino de escrita de sinais no Brasil. Além disso, contribuirá para o estudo de escrita de sinais, políticas linguísticas, cultura e identidade surda.

A participação dos entrevistados é voluntária e a recusa em participar não acarretou qualquer penalidade. Se depois de consentir em participar, o entrevistado desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo para a sua pessoa.

O participante da pesquisa não teve nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Todos assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme Resolução 466(12/12/2012). Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados com finalidade acadêmica, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Perfil dos informantes

Tabela 10 – Os informantes das entrevistas

Informante	Tempo que ensina ELS	Universidade
Azul	2 anos	UFMG
Verde	13 anos	UFSC
Cinza	4 anos	UFAM
Vermelho	9 anos	UFPE
Rosa	2 anos	UnB

Fonte: Dados da Pesquisa (O Autor, 2024)

Como critérios de análise, foram selecionados os seguintes tópicos para a análise das entrevistas dos informantes:

- a) Experiência docente em escrita de sinais;
- b) Escrita de Sinais, Ensino de Libras e Materiais Didáticos;
- c) Padronização e Difusão da Escrita de Sinais.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Análise dos PPCs dos Cursos de Letras: Libras

A seguir, apresentamos uma tabela introdutória com os dados dos PPCs e as informações sobre os sistemas de escrita de sinais utilizados em cada universidade.

Tabela 11 – Quantidade da disciplina de escritas de sinais

Universidade	Quantidade da disciplina de escrita de sinais	Quantidade de outras disciplinas que tenham escrita de sinais	Referência bibliográfica atualizada dentro das ementas	Qual sistema? SW, ELIS, SEL E VISOGRAFIA	Ênfase mais teoria ou prática
UFAM Letras: Libras - Licenciatura	1 - Escritas de Línguas de Sinais	1 - Linguística de Corpus e Sistemas de Transcrição	Sim	SignWriting, Obs.: na bibliografia obrigatória tem um livro sobre ELiS.	Mais prática
UFMG Letras: Libras - Licenciatura	1 - Escrita de Sinais I 2 - Escrita de Sinais II	Não tem	Não tem referências no PPC	SignWriting	Mais prática
UFSC Letras: Libras - Licenciatura Letras: Libras - Bacharelado	1 - Escrita de Sinais I 2 - Escrita de Sinais II	1 - Ensino de Libras como L1 I 2 - Ensino de Libras como L1 II 3 - Ensino de Libras como L2 II 4 - Prática de Tradução II (específica do bacharelado)		SignWriting	Mais prática
UFPE	1 - Escrita de sinais I 2 - Escrita de Sinais 2	Não tem	Sim	SignWriting Obs.: há referências bibliográficas sobre ELiS.	Mais prática
UnB	1 – Língua de Sinais escrita	Não tem	Não há ementas no PPC	SignWriting	

Fonte: Dados da Pesquisa

Como se observa, a maioria dos cursos têm 2 ou mais disciplinas de escrita de sinais. O PPC da UFAM tem apenas uma disciplina de escritas de sinais, além de ter dentro do conteúdo da disciplina Linguística de Corpus e Sistemas de Transcrição uma menção ao sistema

SignWriting. Como se nota, o foco da disciplina é sobre sistemas de transcrição, mas não de escrita de sinais. As outras universidades têm mais disciplinas que abordam as escritas de sinais:

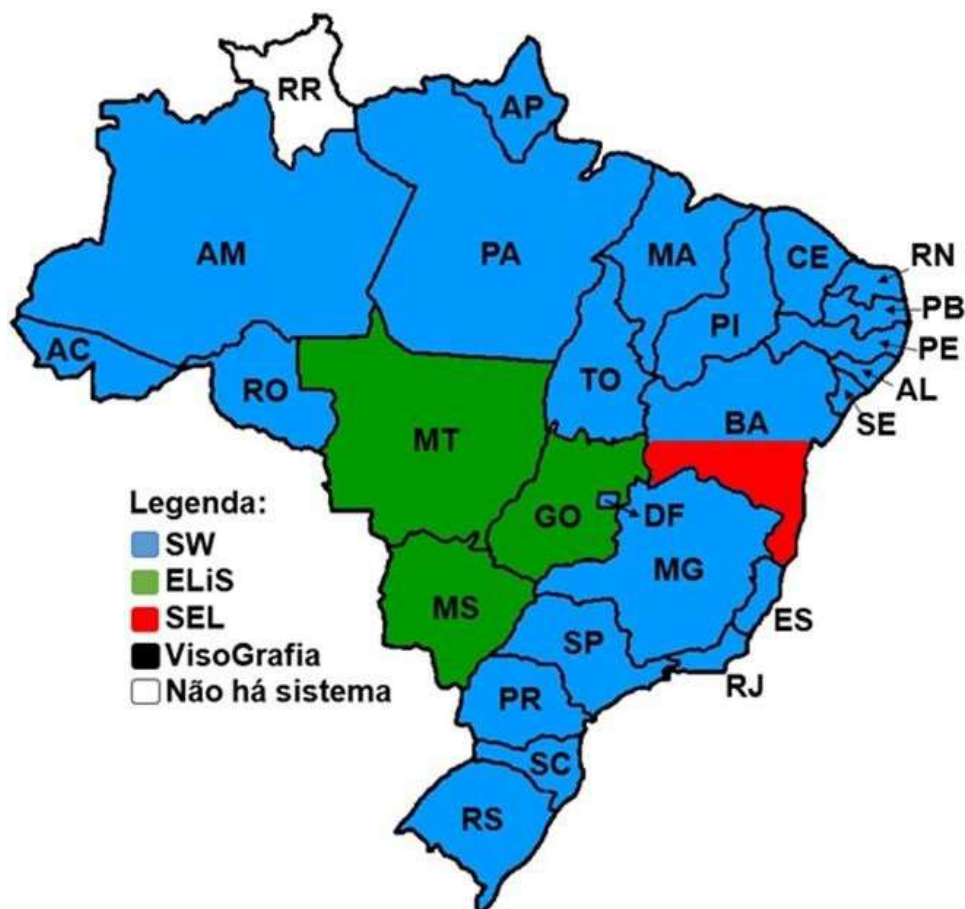
Tabela 12 – Quantitativo de Disciplinas de Escritas de Sinais nos PPCs.

Universidades	Disciplinas de Escritas de Sinais	Outras disciplinas	Sistema ensinado
UFAM	1	1	<i>SignWriting</i>
UFMG	2	0	<i>SignWriting</i>
UFSC	2	4	<i>SignWriting</i>
UFPE	2	1	<i>SignWriting</i>
UnB	1	0	<i>SignWriting</i>
Total	<i>SignWriting</i> - 8 Outros sistemas - 0	<i>SignWriting</i> - 6 Outros sistemas - 0	<i>SignWriting</i> – 5 Outros sistemas - 0

Fonte: Dados da Pesquisa.

Como se observa, a maioria das universidades adota o sistema SW no Brasil. Esse cenário favorece a adoção do sistema *SignWriting* como escrita de sinais oficial do país. Leão (2019a) construiu um mapa apontando de que forma os sistemas de escrita de sinais estão difundidos no Brasil, como pode ser observar no mapa abaixo:

Figura 11 – Mapa do Brasil com os Sistemas de Escritas de Sinais



Fonte: Leão (2019a)

O mapa criado por Leão (2019a) apresenta os estados e os sistemas de escrita de sinais que são ensinados. Majoritariamente, tem-se o sistema *SignWriting* como o mais difundido em diversos estados e regiões brasileiras nos cursos de Letras: Libras. Apenas no Centro-Oeste o sistema ELiS é difundido de maneira mais sistemática, exceto no Distrito Federal. Em Roraima, atualmente, não há registro de ensino de nenhum sistema de escrita de sinais. No entanto, até 2016, o PPC do Curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras e Língua Portuguesa ensinava o sistema *SignWriting*.

A pesquisa de Sousa, Garcia e Lima (2019),

apresentamos a distribuição de três disciplinas – Escrita de Sinais I, Escrita de Sinais II e Escrita de Sinais III. A oferta de Escrita de Sinais I é disponibilizada no 4o (18,52%) e no 2o período (12,95%) dos cursos. Nos demais períodos, a frequência é baixa – 7,41% no 3o e 5,56% no 5o, 6o, 7o com igual valor para disciplina ofertada como optativa. Como informações não disponíveis, temos 33,33% dos cursos. No componente Escrita de Sinais II, em 18,51% dos

cursos não há oferta. No 5o e 3o período há 14,82% e 12,96%, obviamente por ser a sequência do componente I. No caso da Escrita de Sinais III, não há oferta em 55,55% dos cursos e quando oferecida, no 4o e 8o período, 3,71%. (2019, p. 46-48)

Como se percebe, a oferta de escrita de sinais varia nos semestres, mas a maioria dos cursos oferece a disciplina de escrita de sinais I e II. Isso mostra o interesse e consciência da escrita de sinais para que continue desenvolvendo a escrita da Libras.

4.2 Análise das Entrevistas

A seguir, apresentamos os dados das entrevistas com cinco professores surdos de escrita de sinais. A princípio, a proposta era entrevistar cinco professores surdos das cinco regiões brasileiras que ensinem diferentes sistemas de escrita de sinais. No entanto, encontramos professores surdos que ensinem o sistema *SignWriting*. Os outros sistemas – EliS, SEL e VisoGrafia – são ensinados por professores ouvintes. A preferência por professores surdos é porque a Libras e a escrita de sinais é a primeira língua dos surdos e a conhecem profundamente, além da perspectiva surda perpassada por sua cultura e identidade. Por isso, os surdos devem assumir essa discussão sobre a escrita de sinais para fazer uma escolha segura e consciente de qual sistema de escrita de sinais que os surdos querem usar. Nas entrevistas, os professores surdos entrevistados conhecem algumas informações sobre os outros sistemas de escrita de sinais.

4.2.1 Experiência Docente em Escrita de Sinais

A primeira pergunta da entrevista é a seguinte: *Há quanto tempo você trabalha na sua universidade com escrita de sinais?* Nessa pergunta, os informantes responderam:

Azul - Sim, na Universidade Federal Minas Gerais, mas não tinha conhecimento profundo de escrita de sinais, porque eu parei e não pratiquei mais. Então eu aceitei trabalhar com escrita de sinais, porque me deram várias disciplinas com foco em escrita de sinais e eu tive que aceitar, por isso voltei a praticar e ler a escrita de sinais. Mas, no passado, no curso de Letras: Libras na UFSC, eu gostava de escrita de sinais, o curso era presencial, não era polo EAD. Eu não tinha afinidade com a escrita de sinais, mas, quando eu vi, eu gostei e fiquei interessado na escrita de sinais. Depois

de me formar, outros surdos tentaram fazer pós-graduação e mestrado relacionado com escrita de sinais, mas eu não. Mas eu gosto sim, eu apoio que se ensine escrita de sinais para as crianças surdas, elas precisam começar a aprendê-la e adquiri-la. Na minha universidade, o curso é novo e tem poucos professores. Nem todos têm experiência com a escrita de sinais, então me deram as disciplinas de escrita de sinais. Ensinei escrita de sinais I e agora estou ensinando escrita de sinais II, não tem escrita de sinais III conforme o PPC. O sistema usado é o SignWriting.

Verde - Minha experiência com escrita de sinais é mais projetos e cursos de extensão, porque troca sempre professores de escrita de sinais. Já faz 13 anos de experiência com escrita de sinais desde quando entrei no curso de Letras: Libras. Mas antes tive algumas informações sobre escrita de sinais, eram bem básicas, não eram profundas.

Cinza – Entrei na universidade em 2015, agora já são 8 anos. Comecei em 2020 a ensinar a disciplina de Escrita de sinais. A professora que dava a disciplina se afastou para mestrado e eu me deu a disciplina, que eu aceitei. Estudei o sistema *SignWriting*.

Rosa – Já trabalho há sete anos na UnB. Já faz dois anos que trabalho com escrita de sinais.

Vermelho – Trabalho na UFPE desde 2012. (Entrevistas semiestruturadas)

Como se observa, os professores entrevistados já têm experiência e sentem segurança ao ensinar o sistema *SignWriting*. O informante Azul relata que não fez pós-graduação ou mestrado sobre escrita de sinais, mas gosta de ensinar. Como há poucos professores na universidade que têm experiência em escrita de sinais, esse informante assume essas disciplinas. O informante Verde tem mais anos de experiência com escrita de sinais aprendendo ou ensinando.

O professor Azul destaca também que é importante ensinar escrita de sinais desde cedo para as crianças. Segundo Capovilla (2000), a criança surda precisa ter acesso ao sistema de escrita de sinais para favorecer o desenvolvimento cognitivo e desenvolvimento da escrita. Stumpf (2005) argumenta que crianças surdas precisam ter acesso ao aprendizado da escrita de sinais para consolidar a educação bilíngue de surdos. Os informantes Cinza, Rosa e Vermelho também possuem larga experiência em ensino no curso de Letras: Libras com a disciplina de escrita de sinais.

Nesse mesmo sentido, a pergunta 2 aborda o tempo de experiência como professor de escrita de sinais: Há *Quanto tempo você dá a disciplina de escrita de sinais?* Os professores deram as seguintes respostas:

Azul – Eu já tive experiência antes, foi o curso de Letras: Libras da UFSC.

Verde – São 13 anos de trabalho com escrita de sinais.

Cinza – Já faz 4 anos.

Rosa – São 2 anos.

Vermelho – Faz 9 anos. (Entrevistas semiestruturadas)

O informante Azul fala que só teve experiência no curso de Letras: Libras, mas não antes de entrar na universidade. O professor Verde tem mais experiência com a escrita de sinais, somando 13 anos. Por isso, é importante que se invista na formação de qualidade de professores de escrita de sinais, principalmente nos cursos de Letras: Libras que formam professores para a educação de surdos. Os informantes Cinza e Rosa possuem quatro e dois anos, respectivamente. Já o informante Vermelho possui nove anos de experiência com escrita de sinais. Como se observa, possuem experiência no ensino de escrita de sinais. Por isso, todos possuem condições de contribuir com sugestões e com sua perspectiva sobre as políticas linguísticas em escrita de sinais.

A pergunta 3 tem por objetivo verificar a experiência anterior à universidade: *Começou a ministrar aulas de escrita de sinais antes da sua universidade?* Os professores responderam o seguinte:

Azul - O primeiro contato com a escrita de sinais foi na universidade que eu estudei. Antes fiz curso como instrutor, fui à associação de surdos, mas nunca tinha visto escrita de sinais.

Só tinha 2 disciplinas, mas antes, em 2009, tinha 3 disciplinas. Os alunos reclamavam, porque eles adquiriam a escrita de sinais fluentemente com duas disciplinas, por isso, tiraram a terceira quando mudaram o currículo. Esta informação foi repassada por um representante discente para o colegiado do curso de Letras: Libras da universidade.

Verde - Eu trabalhei 10 anos na Universidade Federal de Santa Catarina e também, no governo do estado, trabalhei 3 anos dando cursos de escrita de sinais. Na universidade dou aulas, trabalho em projetos e disciplinas obrigatórias de práticas de tradução em escrita de sinais.

Cinza – Nunca antes.

Rosa – Não conhecia escrita de sinais antes do curso de Letras: Libras

Vermelho – Eu já tinha estudado o curso de Letras: Libras e fui ensinar no curso técnico de tradução e interpretação, fiz palestras, então me chamaram para ensinar escrita de sinais neste curso. (Entrevistas semiestruturadas)

O informante Azul teve contato somente no curso de Letras: Libras. Já o informante Verde teve experiência de 3 anos no governo do estado antes de entrar como professor na universidade. Os informantes Cinza e Rosa não conheciam escrita de sinais antes de entrar no curso de Letras: Libras. Ambos não tinham experiência de ensino antes de entrar na universidade. Apenas o informante Vermelho ministrou aulas de escrita de sinais em curso técnico de tradução e interpretação em Libras, além de ter feito palestras sobre o assunto.

Como se percebe, há poucas informações fora da universidade sobre o sistema de escrita de sinais *SignWriting*, bem como outros sistemas. Por isso, precisa haver mais difusão desse

sistema de escrita de sinais. O sistema *SignWriting* foi introduzido no Brasil por Stumpf. Além disso, o curso de Letras: Libras a distância foi criado em 2006 e havia 15 polos em todo o Brasil em que se ensinava o sistema de escrita de Sinais *SignWriting*. Segundo Strobel (2015)

Hoje já tem disciplina de ELS [SW] em alguns cursos de graduação nas várias universidades federais do Brasil, que, por exemplo, em curso de licenciatura de Letras/Libras utilizam-na em 15 pólos espalhados pelo Brasil, e assim esse sistema de escrita se multiplica e é difundido em várias comunidades brasileiras. (2015, p, 58).

Por isso, é necessário continuar a divulgação desse sistema no Brasil. Também é necessário discutir a oficialização de um único sistema de escrita de sinais para estimular a educação bilíngue de surdos no Brasil, bem como a difusão de informações em escrita de sinais.

A pergunta 4 é a seguinte: *Você ministra a disciplina de escrita de sinais com foco mais na teoria ou prática? Ou forma igual?* Os informantes responderam o seguinte:

Azul - Sinto que ensino um pouco mais de prática do que teoria, porque no começo os alunos precisam conhecer quais sistemas existem aqui no Brasil, sua história e também trabalho de pesquisa para apresentar na sala de aula para refletir um pouco sobre o SW. Depois disso, começo a ensinar a prática do SW. Na disciplina de Escrita de Sinais I, ensino mais sobre as configurações de mão; na Escrita de Sinais II, ensino mais prática de leitura e escrita, porque nessa disciplina tem mais detalhes sobre movimento, eu explico para os alunos não confundirem, no Sign Puddle, com a escrita de sinais da ASL, que é diferente. No final da disciplina, os alunos vão tentar criar material de literatura escrita em SW.

Verde - Trabalho mais com a prática, a teoria é só para explicar os princípios básicos dos sistemas, a sua história e como criou.

Cinza – Eu trabalho com teoria e prática, mas é mais prática do que teoria. É muito mais prática. Outra professora ouvinte ensinava mais teoria e pouca prática, mas é obvio que precisa mais prática.

Rosa – Eu ensino, no começo, a teoria, depois eu ensino mais a prática. Porque há pouca teoria, eu pego artigos, dissertações e teses para explicar.

Vermelho – Eu uso os dois, teoria e prática. Mas eu percebo que há mais prática nas aulas. No começo, explico um pouco de teoria, depois foco mais na prática. (Entrevistas semiestruturadas)

Todos os informantes relatam que trabalham mais prática do que teoria. Do ponto de vista da teoria, só explicam a história dos sistemas de escrita de sinais. Num certo sentido, ensinar sobre os diversos sistemas de escrita de sinais favorece a reflexão sobre o uso e difusão do SW, bem como a discussão sobre qual sistema deve ser adotado no Brasil. É importante destacar que, de acordo com o informante Cinza, os professores ouvintes ensinavam mais teoria do que a prática, o que não incentiva a difusão e o conhecimento aprofundado da escrita de

sinais. Aprender a ler e escrever exige práticas de leitura e escrita com frequência. Conforme o informante Cinza argumenta, “mas é obvio que precisa mais prática” (Entrevista do Informante Cinza). Por isso, as disciplinas de escrita de sinais nos cursos de Letras: Libras devem enfatizar a prática para a formação qualificada de professores e intérpretes de Libras e Escrita de Sinais no Brasil.

A pergunta 5 é a seguinte: *Você utilizou atividades em português ou escrita de sinais?*
Os alunos devem responder em português ou escrita de sinais na disciplina de escrita de sinais?
Os entrevistados deram as seguintes respostas:

Azul - Não, nunca. Eu só fiz atividades de escrita de sinais e os alunos treinavam em Libras. Eu fiz o contrário: eu filmei em Libras e os alunos tinham que transcrever em SW. Mas ensinar materiais em português, nada.

Entrevistador: *Nas atividades, você faz as perguntas em SW ou em português?*

Azul - Na hora da prova, eu faço as perguntas em português e explico em Libras na hora da prova, e os alunos respondem em SW, porque ainda estão no nível básico. Se os alunos já sabem bem, daí é possível todas as perguntas em SW.

Verde - Já sim, fiz atividades só em SW. Todos respondem só em SW, não usam português.

Cinza - No começo eu não dou textos em SW, só ensino os sinais. Eu uso algumas atividades com perguntas em português para responder em SW. Eu também traduzo alguns textos em português para a escrita de sinais.

Rosa - Eu tudo não, mas o material não é 100% completo não, eu já pedi para os alunos adaptarem material didático em sala de aula. Em geral, os materiais são metade português e metade em escrita de sinais. Eu dou os materiais só em SW e também gravo vídeos para que os alunos respondam em escrita de sinais. Se tiver atividades em português, os alunos respondem em português, por causa das aulas teóricas.

Vermelho - Sim, já fiz isso. Eu peguei materiais didáticos de matemática, português, inglês do meu filho, do primeiro ao terceiro ano, e traduzi para escrita de sinais para ensinar para os alunos. O processo de aprendizagem dos alunos iniciantes em escrita de sinais é parecido com as crianças quando começam a aprender na escola, ler, escrever e praticar é parecido com o das crianças. As atividades podem ser em português e SW. Se a pergunta é em português, os alunos respondem em SW, se for em SW respondem em português. (Entrevistas semiestruturadas)

Os informantes Azul e Verde usam atividades em SW. Somente na prova, o professor Azul usa as perguntas em português e explica-as em Libras. O professor Azul tenta variar as atividades, filmando em Libras para que os alunos respondam em SW. O informante Verde nunca usa português nas atividades. O informante Cinza inicia com o ensino de sinais e a tradução de alguns desses sinais em português e, somente após certo tempo trabalha com texto. Às vezes, utiliza a língua portuguesa como suporte para o ensino de escrita de sinais. O Informante Rosa utiliza também parte em português e parte em vídeo-registro para que os alunos transcrevam em SW. Solicitou também fizessem a adaptação de materiais didáticos em

SW. O informante Vermelho também realizou traduções de materiais para a escrita de sinais, além de usar algumas atividades em português. Segundo este último informante, “O processo de aprendizagem dos alunos iniciantes em escrita de sinais é parecido com as crianças quando começam a aprender na escola, ler, escrever e praticar é parecido com o das crianças.” (Entrevista do Informante Vermelho). Nesse sentido, na visão deste informante o ensino de alunos adultos pode ser semelhante ao de crianças. No entanto, deve-se levar em consideração fatores como idade e perfil de aprendizagem para o ensino de línguas nos diferentes níveis de escolarização.²⁴

Nesse sentido, nota-se que os professores possuem perfil para ensinar escrita de sinais e estimular os alunos a desenvolverem a aprendizagem do sistema SW, porque são formados em cursos de Letras: Libras, onde aprenderam esse sistema. Por isso, como se observa, é importante aumentar a produção e difusão de materiais didáticos em escrita de sinais para possibilitar que os professores tenham mais acesso a materiais variados. Segundo Leão (2019a), há poucos materiais disponíveis. Há alguns materiais de Literatura Surda em *SignWriting*, que podem ser usados como material didático nas aulas de escrita de sinais. De acordo com a pesquisa de Leão (2019a), há materiais em ELiS, mas os professores entrevistados só usam o sistema *SignWriting*.

4.2.2 Escrita de Sinais, Ensino de Libras e Materiais Didáticos

Nesta seção, discute-se a perspectiva dos informantes em relação à escrita de sinais, o ensino de Libras e questões relacionadas a materiais didáticos em escrita de sinais. nesse sentido, a pergunta 6 é a seguinte: *Como você é professor(a) de escrita de sinais da universidade, você acha que é necessário contratar os professores para trabalhar na escola bilíngue ou inclusiva com a disciplina de escrita de sinais? Dê sua opinião.* Os professores deram as seguintes respostas:

Azul - Sim, lógico, se começar a criar e aumentar as escolas bilíngues, precisa colocar um professor de Libras que saiba bem SW, porque poucos professores de Libras sabem bem SW. Os surdos precisam começar cedo. Por exemplo, tem uma escola bilíngue de surdos na cidade de Maringá - PR que tem a disciplina de escrita de sinais, sob responsabilidade de uma professora surda.

Verde - Sim, precisa para crianças desenvolver aquisição da língua de sinais, porque é a mesma língua, se for diferente, sinalizar em Libras e escrever em português, gera confusão porque são línguas cuja estrutura linguística não combina. Se primeiro

²⁴ O objetivo da presente pesquisa não é discutir questões relacionadas aos fatores como idade ou perfil de aprendizagem. Sobre esse assunto, veja Brown (2012) e Gesser (2012).

aprender bem a escrita de sinais, depois ajuda a aprender o português escrito. Pode ser para crianças ou adultos.

Cinza – Sim, não há ainda as escolas, mas precisa sim para os alunos aprenderem como é a escrita em Libras. (Entrevistas semiestruturadas)

Os professores pensam que é necessária a criação de mais escolas bilíngues e também a contratação de professores habilitados em SW. O informante Verde destaca que, se as crianças aprendem a escrita de sinais, conseguem desenvolver melhor o português escrito. Da mesma forma, Cinza, Rosa e Vermelho destacam a necessidade de ter professores qualificados para o ensino de escrita de sinais na educação de surdos. Nesse sentido, o informante Rosa traz considerações importantes sobre o ensino de escrita de sinais:

Rosa – Sim, precisa, porque no passado não havia registros em língua de sinais, muito se perdeu. Se os alunos aprendem escrita de sinais na escola, acostumam-se a usar diariamente a escrita de sinais igual quando aprendem inglês desde pequenos na escola, e então se acostumam com essa língua e não reclamam mais. É mais importante. (Entrevistas semiestruturadas)

Como se observa, a escrita de sinais possibilita registros culturais, históricos e literários da comunidade surda. Dessa forma, o aprendizado da escrita de sinais, desde os primeiros anos de escolarização, permite que esse sistema seja difundido amplamente, bem como seja usado diariamente pelos surdos e ouvintes.

O informante Vermelho apresenta considerações fundamentais sobre a escrita de sinais, sua difusão, ensino e importância para os surdos:

Vermelho – Sim, é importante, porque a escrita de sinais é um artefato da cultura surda para comunicação em língua de sinais, também é uma escrita visual. Também dentro da disciplina de Libras é preciso ensinar pelo menos o básico sobre a escrita de sinais para que os alunos ouvintes, mesmo numa escola inclusiva, aprendam pouco a pouco a escrita de sinais. Na escola bilíngue, precisa ser mais aprofundado, porque se trata de um grupo de alunos surdos e o desenvolvimento da escrita de sinais pode acontecer de forma simultânea com a língua portuguesa, assim como a escrita de sinais ajuda na aquisição do português escrito. Não só o professor surdo, qualquer professor ouvinte também pode ter conhecimento aprofundado para ensinar em escrita de sinais. (Entrevistas semiestruturadas)

Na visão deste informante, a escrita de sinais é um artefato cultural do povo surdo. Nesse sentido, Strobel (2015) destaca que a escrita de sinais é um importante artefato da cultura surda e tem sido cada vez mais usado e difundido no Brasil. Além disso, o informante Vermelho argumenta que, nas disciplinas de Libras, deve haver o ensino de escrita de sinais. Desta forma,

é possível um ensino de Libras com habilidades integradas no currículo, trabalhando sempre compreensão e produção sinalizada, bem como a leitura e escrita em escrita de sinais. Nesse sentido, há também benefícios no ensino de escrita sinais para a aquisição do português escrito pelos surdos.

Segundo Stumpf (2005) e Capovilla (2000), a escrita de sinais contribui para o desenvolvimento do português escrito como segunda língua. Stumpf (2005) destaca que

Avalio se as crianças surdas conseguem escrever os sinais em SignWriting e também se aperfeiçoaram sua LS. Percebi que muitas pessoas têm o maior interesse em saber se aprender a escrever pelo sistema SignWriting ajuda a escrita da língua oral [...]. A teoria diz que será útil possibilitar comparar como é a estrutura da frase na escrita da língua oral e como é a estrutura da frase escrita em SigWriting. Esse conhecimento deve ser pesquisado pelos lingüistas. (2005, p. 155)

Como se percebe, a escrita em SW pode contribuir para o desenvolvimento da escrita em português, bem como para o desenvolvimento da Libras. Bozólí (2021) desenvolve uma pesquisa sobre a educação bilíngue de surdos, intitulada **Educação bilíngue de surdos: o uso da escrita de sinais SignWriting na aprendizagem do português como segunda língua**. A autora relaciona o uso da escrita de sinais *SignWriting* a aprendizagem de português para surdos. A pesquisa foi desenvolvida nos anos iniciais do ensino fundamental numa escola de surdos. Desta forma, práticas pedagógicas no ensino de português como segunda língua para surdos são potencializadas por meio do *SignWriting* na aquisição do português escrito. Bozólí (2021) demonstra que o ensino comunicativo de línguas pode contribuir para o ensino de português escrito para surdos, na medida em que a Libras sinalizada e em escrita de sinais passa a ser mediadora da aquisição da escrita e desenvolve as dimensões cognitivas dos alunos surdos. Como resultado dessa abordagem comunicativa, os alunos surdos obtiveram desenvolvimento motivacional ao aprender o português escrito mediado pela Libras e pela escrita de sinais. Além disso, o letramento visual passar a ter também contribuições significativas no processo de ensino e aprendizagem de português escrito como segunda língua para surdos. Consequentemente, Bozólí (2021) enfatiza que os desafios na aquisição do português como segunda língua pelos alunos surdos podem ser amenizados sempre que o aluno surdo aprender o português escrita simultaneamente com a Libras e a escrita de sinais. Desta forma, os conhecimentos linguísticos do português escrito como segunda língua são consolidados nos

anos iniciais da educação bilíngue de surdos por meios de propostas didáticas com enfoque comunicativo. Segundo Bozóli (2021),

Conforme evidenciado ao longo de toda a análise, os dados desta pesquisa apresentam contribuições positivas da escrita de sinais pelo sistema SignWriting na aprendizagem do português escrito como segunda língua, sendo elas: (a) a familiarização do SignWriting no contexto escolar através das placas informativas; (b) o planejamento das atividades de português escrito com o uso do SignWriting; (c) o planejamento das atividades em SignWriting com o uso do português escrito; (d) o uso de programas computacionais com SignWriting. Todos os dados indicam que são em decorrência do uso da Libras como língua de instrução, do SignWriting como suporte, das metodologias voltadas para o ensino de segunda língua e da escola específica para alunos surdos. (p. 175-176)

Desta forma, no ensino de português escrito com o *SignWriting*, as contribuições para o desenvolvimento cognitivo e para a apropriação da escrita são relevantes nos anos iniciais na educação bilíngue de surdos.

Neste sentido, Capovilla (2000) destaca o conceito de *continuidade* na relação da Libras com a escrita de Sinais. Neste caso, o surdo deve *pensar, ver, sinalizar* em Libras e *ler e escrever* em escrita de sinais. Do contrário, os surdos enfrentam barreiras devido à *descontinuidade* entre sinalização e escrita. Ou seja, o surdo *pensa, sinaliza, vê* em Libras, mas *lê e escreve* em português. Isso acarreta uma série de desafios no aprendizado do português escrito, visto que a fonologia e morfologia da Libras e do português são diferentes.

Wanderley (2012), em sua pesquisa de mestrado, intitulada **Aspectos da leitura e escrita de sinais: estudos de caso com alunos surdos de educação básica e de universitários surdos e ouvintes**, discute aspectos da leitura e escrita de sinais com alunos surdos da educação básica, bem como alunos universitários surdos e ouvintes. A proposta de pesquisa é analisar de que forma se dá o processo de aquisição da escrita de sinais e quais elementos integram a compreensão e produção de textos em escrita de sinais. A pesquisa estabeleceu uma comparação entre crianças que aprendem o sistema *SignWriting* com estudantes universitários que aprendem a ler e escrever nesse sistema. Além disso, estabeleceu uma comparação entre surdos e ouvintes universitários e de que forma eles adquirem a escrita de sinais, considerando os parâmetros de um sinal escrito nesse sistema. Segundo Wanderley (2012)

A comparação entre surdos e ouvintes na produção de textos evidenciou o uso de estratégias de leitura e escrita da L1, transferidas para a L2, no caso dos

ouvintes comparados com os surdos. Fica muito claro que os ouvintes usam o seu conhecimento da escrita em português como referência para a produção de textos escritos em sinais, mesmo sendo esta é um outro sistema de representação escrita. Esse ponto é muito interessante, pois pode ser considerado em pesquisas futuras, no sentido de aprofundar o que os pesquisadores tem discutido intensivamente e tratam na educação bilíngue, ou seja, a questão da importância do letramento na L1, que sustentará o letramento na L2. (WANDERLEY, 2012, p. 186)

Como se observa, o conhecimento e as estratégias de organização textual da escrita em L1 dos ouvintes contribui para aquisição da escrita de sinais como uma L2. Da mesma forma, os alunos surdos podem utilizar o conhecimento e as estratégias de estruturação textual da Libras e a escrita de sinais para a aquisição do português escrito como segunda língua. Assim, o letramento em L1 e L2 convergem, na medida em que estratégias de leitura e escrita da L1 podem contribuir para aquisição da escrita em L2.

A questão 7 faz o seguinte questionamento: *Você percebe que surdos ou ouvintes conseguem aprender rápido em escrita de sinais?* Eles responderam o seguinte:

Azul - Sim, a maioria dos surdos aprendem mais rápido do que os ouvintes, mas pouquíssimos surdos têm um pouco de dificuldade no começo. A maioria dos ouvintes demoram mais, mas tem alguns que aprendem rapidamente também porque gostam. Porque os surdos têm a Libras como L1 e, no momento em que escrevem em escrita de sinais, conseguem raciocinar na sua língua que é também a língua de sinais, por isso é mais fácil e mais rápido.

Verde - Nunca refleti sobre isso, vou tentar lembrar. Depende, tem surdos que aprendem rápido, ouvintes também. Mas a maioria são os surdos que aprendem mais rápido.

Cinza – Surdos aprendem mais rápido do que os ouvintes. Isso tudo depende da fluência dos ouvintes, se for mais fluente, aprendem mais rápido.

Rosa – Depende. Nem todos os surdos gostam de escrita de sinais, poucos não gostam porque não estudam. Os ouvintes que não têm muita fluência em Libras, não gostam da escrita de sinais, já os alunos mais fluentes gostam mais de aprender SW. Os surdocegos gostam da escrita de sinais, mas precisa melhorar a adaptação dos materiais didáticos. Tudo isso depende também da qualidade das aulas do professor. Se não tem qualidade nas aulas, os alunos não aprendem.

Vermelho – Eu percebi que os ouvintes precisam se esforçar mais para conseguir aprender, enquanto que os surdos têm mais aptidão. Mas alguns surdos também têm um pouco de dificuldade com a escrita de sinais. (Entrevistas semiestruturadas)

Conforme explicam os informantes, há uma tendência de os surdos aprenderem mais rápido do que os ouvintes, embora não seja uma regra. Segundo o informante Azul, *“Porque os surdos têm a Libras como L1 e, no momento em que escrevem em escrita de sinais, conseguem raciocinar na sua língua que é também a língua de sinais, por isso é mais fácil e mais rápido.”*

(Entrevista do informante Azul). De acordo com Capovilla (2000), é necessário que o surdo consiga aprender a Libras junto com a escrita de sinais, devido à mesma estrutura linguística dos sinais da Libras na escrita de sinais da forma natural. Isso otimiza o aprendizado da língua de sinais e da escrita, bem como do português escrito como segunda língua. Além disso, os ouvintes podem se beneficiar da escrita de sinais, porque desenvolvem a aprendizagem da Libras e sua gramática.

O informante Rosa enfatiza que o nível de fluência na língua e o comprometimento com os estudos são dois fatores que contribuem para otimizar a aquisição e o gosto pela escrita de sinais. Outra questão relevante é a qualidade das aulas dos professores, o que contribui diretamente no desenvolvimento da aprendizagem. Nesse sentido, é fundamental a formação qualificada de professores que tenham domínio em Libras e em escrita de sinais para que a aprendizagem dos alunos surdos e ouvintes seja desenvolvida com qualidade.

Nesse sentido, Silva (2013) desenvolve uma pesquisa com professores surdos sobre a escrita de sinais, intitulada **Narrativas de professores de surdos sobre a escrita de sinais**. A pesquisa de mestrado analisou as narrativas de professores surdos que atuam em escolas de surdos. A pesquisa discutiu a importância da escrita de sinais, seu uso como estratégia na produção surda, questões de currículo escolar e empoderamento surdo. Segundo Silva (2013),

A ELS não pode ser pensada ou limitada ao ensino da Libras, ela precisa ser pensada como parte dentro e fora da Libras, que é a língua natural dos surdos. Se a escrita dominante for a LP, os alunos surdos, segundo os narradores, não conseguem fazer relação com a Libras, pois de acordo com Quadros e Campello (2010, p. 43) essas línguas são distintas, não podem ser pensadas ao mesmo tempo. Assim é importante pensar na ELS como parte integrante do currículo e não como estratégia. De fato a ELS favorece a aprendizagem da LP, pois para aprender uma segunda língua o ensino se dá pela língua de uso. [...] Sendo o currículo um documento que orienta sobre os conteúdos a serem ensinados, faz com que os professores também busquem por suas formações, compreendendo que o currículo legitima o ensino, se não estiver presente se deixa em aberto o uso ou não uso desta escrita na escola. (2013, p. 105-105)

Desta forma, a pesquisa demonstra que a escrita de sinais necessita ser integrada no currículo escolar na educação de surdos. As especificidades linguísticas da Libras e do Português necessitam ser ensinadas de forma plena na educação de surdos para que estes tenham desenvolvimento da aquisição escrita nas duas línguas. Assim como Stumpf (2005) também enfatiza que o ensino de escrita de sinais contribui para a aquisição do português escrito, Silva (2013) também destaca a necessidade de se ensinar português escrito de forma simultânea com

a Libras e a escrita de sinais.

Consequentemente, é possível o empoderamento surdo por meio da escrita de sinais. Segundo (2013), quando estão “em contato com a ELS, os alunos não se sentem intimidados, ao contrário, de acordo com os profissionais, eles se posicionam em suas escritas, querem e sentem prazer em utilizá-la.” (2013, p. 106). A autora ressalta que o trabalho com a escrita de sinais favorece o empoderamento surdo, pois “quando os professores conseguem trabalhar as duas escritas, ELS e LP, os alunos ficam em pé de igualdade com os ouvintes.” (2013, p. 106). Desta forma, a escrita de sinais, integrada ao currículo na educação bilíngue de surdos, favorece o empoderamento surdo, bem como potencializa a aquisição do português escrito.

A pergunta 8 é: *Qual idade que os alunos se desenvolvem bem?* Os professores deram a seguinte resposta:

Azul - Principalmente jovens desenvolvem bem, já com os alunos adultos é um pouco mais difícil, eu percebi.

Verde - Começam a aprender melhor quando são mais jovens do que quando tem mais idade, porque com mais idade demora um pouco mais, mas varia de pessoa para pessoa.

Cinza – A partir dos 20 até 30 anos. Depois dessa idade, mais ou menos.

Rosa – Geralmente mais jovens aprendem mais rápido, quanto mais idade, mais difícil de aprender.

Vermelho – Os mais jovens aprendem mais rápido, já os mais velhos têm mais dificuldades. (Entrevistas semiestruturadas)

Os informantes Azul, Verde, Rosa e Cinza relatam que os alunos mais jovens aprendem a escrita de sinais de forma mais rápida e eficiente. Por outro lado, na opinião do informante Cinza, os alunos com mais idade, 20 ou 30 anos, tendem a aprender melhor. Como se nota, é fundamental que a escrita de sinais seja ensinada desde cedo nas escolas bilíngues de surdos, porque quando entram na faculdade demoram um pouco mais para aprender a escrita de sinais. Quanto antes aprender, melhor para desenvolver a escrita da Libras.

A questão 9 faz a seguinte pergunta: *Você teve vários alunos que já elogiaram mais que reclamaram de escrita de sinais? Ou contrário? Por quê?* Os professores responderam que:

Azul - Alguns surdos falaram que gostam do SW, podiam ter aprendido antes, muito mais cedo. Só surdos, ouvintes não falaram nada.

Verde - Quando começam, alguns acham estranho, porque não conhecem, mas depois quando começa a adquirir a escrita, entendem que precisam entender claro a estrutura da fonologia e morfologia da Libras escrita. Também ajuda a entender a necessidade das expressões faciais para a expressão em Libras. No começo reclamam, mas depois percebem que tenho razão em ensinar a escrita de sinais. Os alunos opinam que precisa escrita de sinais junto com todas as disciplinas de Libras. É importante também registros em SW.

Cinza – A maioria fala que não tem paciência com escrita de sinais, no começo acham legal porque é básico, mas depois, quando percebem a complexidade, acham mais difícil. Os surdos reclamam menos, os ouvintes reclamam mais.

Rosa – A maioria elogia a escrita de sinais, muitos poucos reclamam, mas é porque não são fluentes na escrita de sinais. Mas, para isso, o professor precisa organizar didaticamente o conhecimento de forma sequencial, não de forma confusa. Assim os alunos aprendem e conseguem se desenvolver.

Vermelho – Até o momento, eu percebi que 80% elogia e 20% reclama. Quando eu levo os alunos para a escola bilíngue, eles percebem que quando tentam ensinar as crianças surdas, elas são inteligentes e aprendem porque são visuais, então os alunos se emocionam. Isso prova para eles que realmente a escrita de sinais é importante para as crianças surdas e relacionam com a tese de Stumpf sobre o desenvolvimento das crianças surdas. Alguns alunos reclamam porque precisam praticar muito a escrita e é trabalhoso, ficam cansados, isso tudo porque eu acho que não estudam tanto, daí não sabem o conteúdo e, por isso, reclamam. (Entrevistas semiestruturadas)

De acordo com o informante Azul, os surdos relatam que poderiam ter aprendido a escrita de sinais muito antes para desenvolver habilidades de leitura e escrita. Para o informante Verde, alguns alunos acham estranho, mas, com o passar do tempo, compreendem que a escrita de sinais ajuda no conhecimento de fonologia, morfologia e expressões não-manuais da Libras. O informante Cinza enfatiza que, conforme o sistema vai ficando mais complexo, os alunos tende a reclamar dos desafios da aprendizagem. Já os informantes Rosa e Vermelho apontam que a maioria tem boa aceitabilidade da escrita de sinais. Em geral, segundo a informante Rosa, a rejeição à escrita de sinais está relacionada ao nível de fluência desses alunos. Além disso, o planejamento didático também influencia na aquisição da escrita de sinais: “Mas, para isso, o professor precisa organizar didaticamente o conhecimento de forma sequencial, não de forma confusa.” (Entrevista do Informante Rosa).

Em relação à educação bilíngue de surdos, o informante Vermelho traz um relato bastante significativo em relação à escrita de Sinais:

Quando eu levo os alunos para a escola bilíngue, eles percebem que quando tentam ensinar as crianças surdas, elas são inteligentes e aprendem porque são visuais, então os alunos se emocionam. Isso prova para eles que realmente a escrita de sinais é importante para as crianças surdas e relacionam com a tese de Stumpf sobre o desenvolvimento das crianças surdas. (Entrevista do Informante Vermelho)

Desta forma, é importante que a escrita de sinais seja junto com a disciplina de Libras para melhor aprender a escrita de sinais e também o registro de materiais em SW. O que se percebe é que a escrita de sinais é vista de forma positiva pelos alunos, o que favorece o desenvolvimento e ampliação do ensino da escrita de sinais. Por isso, as políticas linguísticas da escrita de sinais precisam oficializar um sistema para ser usado em todos os espaços de circulação da comunidade surda, como na educação bilíngue de surdos, publicações, difusão do conhecimento e acesso à informação, publicações de literatura surda escrita em *SignWriting*.

A pergunta 10 é a seguinte: *Você consegue buscar materiais para usar na sala de aula? Foi fácil ou difícil?* Os professores responderam o seguinte:

Azul - Há muitos materiais na internet, mas não consigo usar porque não é claro como ensinar como esse material. Se precisar mudar ou adaptar, demora mais. Às vezes, eu tento criar meus materiais do meu jeito para poder ensinar. O problema é que muitos materiais têm sinais diferentes, com variação linguística. Alguns eu deixo para mostrar as variações linguísticas de outros estados.

Verde - Na verdade, há poucos materiais, eu sempre preciso preparar e criar materiais eu mesmo. Por exemplo, há publicações literárias em SW, então eu pego e uso nas aulas, mas materiais didáticos têm poucos, quase nada, parece que tem dois ou três. Precisa criar materiais. Eu mesmo crio. Eu dou atividades para os alunos e depois de prontas, eu uso em outras disciplinas, com a autorização dos alunos.

Entrevistador: *Há artigos escritos só em SW?*

Muito pouco. Parece que há uns 5 artigos publicados. E há uma única dissertação de mestrado em SW.

Cinza – Mais ou menos, o que me ajuda são outros professores de escrita de sinais de outras universidades, nós sempre interagimos e trocamos materiais. Mas dentro dos sites da internet tem pouco material. Há um grupo de Whatsapp de escrita de sinais em que nós interagimos.

Eu uso também o SignPuddle.

Rosa – Não tenho dificuldades em encontrar o material. Cinquenta por cento dos materiais eu consigo pegar em sites da internet, os outros preciso criar. Uma estratégia que eu uso é dar atividades aos alunos para eles criarem materiais didáticos a fim de facilitar o aprendizado. O mais difícil é adaptar o material para surdocego, porque não tem materiais didáticos.

Vermelho – É difícil encontrar. Eu procurava materiais didáticos mas faltava materiais. Como estratégia, pedia para os alunos criarem materiais didáticos sobre diversos temas em escrita de sinais a partir de outros materiais que já tinham em português. (Entrevistas semiestruturadas)

Os entrevistados afirmam que há poucos materiais que podem ser usados no ensino de SW, a exceção do informante Rosa que afirma que consegue encontrar metade do material didático na internet. Em geral, precisam, contudo, criar seus próprios materiais. Por isso, é necessário organizar seminários sobre materiais didáticos em SW e também criar grupos de pesquisa com foco em mais materiais didáticos em SW, pois isso é importante para uso nas

aulas. Há o corpus de SW, mas há necessidade de se adaptar e criar novos materiais didáticos. Segundo Stumpf (2005), “Outra estudante ouvinte me perguntou se sou a única que trabalha com SignWriting no Brasil e digo que não. Há outros grupos de pesquisa, há um pequeno número de professores de ELS nas escolas de surdos e há vários cursos de ELS para professores e intérpretes.” (2005, p. 155). Por isso, precisa aumentar as redes de pesquisa no país a fim de ampliar a produção de materiais didáticos em escrita de sinais. Desta maneira também, a formação de professores deve desenvolver habilidades e competências para avaliar e desenvolver materiais didáticos em escrita de sinais.

4.2.3 Padronização e Difusão da Escrita de Sinais

A pergunta 11 é: *Você prefere ou escolhe disciplina de escrita de sinais? Por quê?* Essa pergunta tem o objetivo de verificar se os professores gostam desse sistema de escrita de sinais, o que pode indicar a preferência por um sistema.

Azul - Na minha universidade, tem 6 professores, só dois surdos. *Um ouvinte conhece um pouco de escrita de sinais, os professores estavam preocupados com isso*, então me voluntariei para ministrar a disciplina de escrita de sinais, porque precisa ser um professor que saiba bem esse sistema. (grifos meus)

Verde - Prefiro trabalhar com escrita de sinais, sempre escolhem eu ou outra professora para ensinar escrita de sinais. Todos sabem que eu gosto de ensinar escrita de sinais.

Cinza – Porque a professora se afastou para mestrado e me deu essa disciplina.

Rosa – Uma professora se afastou para doutorado, mas ninguém quis pegar, então eu assumi essa disciplina. Eu já tinha estudado no curso de Letras: Libras antes, mas eu não era fã da disciplina, mas assumi porque eu queria conhecer e aprender mais, mas agora eu amo essa disciplina. Eu, durante a graduação, não gostava da disciplina, mas quando comecei a ensinar eu amei escrita de sinais.

Vermelho – Os próprios colegas me indicaram para ministrar a disciplina de escrita de sinais, porque sabiam que eu tinha experiência em SW, porque me conheciam em palestras que eu tinha dado antes. (Entrevistas semiestruturadas)

Como se nota, o informante Azul prefere ensinar o sistema *SignWriting*, porque o curso necessita de um professor mais experiente para essa disciplina. É importante destacar a preocupação dos colegas em relação ao pouco conhecimento de escrita de sinais de um professor ouvinte. Como se trata de um curso de formação de professores, o professor de escrita de sinais precisa ter conhecimento para ensinar bem esse sistema.

O informante Verde gosta de ensinar esse sistema e ele e outra professora são os preferidos para ensinar essa disciplina. É necessário afinidade e saber bem esse sistema para ensinar escrita de sinais e estimular os alunos a aprender *SignWriting*. Seria bom criar o

encontro de professores de escrita de sinais para compartilhar as ideias, trocar experiências e melhorar o ensino de escrita de sinais.

Já os informantes Cinza e Rosa afirmam que os docentes de suas universidades pegaram licença para qualificação e, por isso, assumiram essa disciplina. A informante Rosa assumiu a disciplina a fim de conhecer mais sobre o SW, pois não gostava muito na graduação. Depois que começou a ensinar, passou a gostar da escrita de sinais. O informante Verde afirma que seus colegas o indicaram como professor de escrita de sinais, porque ele já tinha tido experiência anteriormente.

A pergunta 12 verifica quais os motivos para ensinar esse sistema de escrita de sinais: *Qual sistema você usa? SignWriting, Elis, SEL ou Visografia? Por que você escolheu esse sistema?* Os professores responderam o seguinte:

Azul - Eu escolhi SW, porque os outros três eu nunca aprendi, nunca usei, nunca tive vontade ou interesse em procurar, parece que não é por falta de tempo, porque eu só fui informado sobre escrita de sinais e ELiS, no curso de Letras: Libras, mas lá só ministrou o sistema SW. Uso em aula o ELiS para comparar com o SW os tipos de símbolos e movimento; na minha opinião, o SW é muito melhor, porque é mais rápido de adquirir, mais fácil de entender, porque é mais icônico e visual, ELiS não, precisa decorar, não estimula meu interesse. Prefiro o SW porque este sistema é possível ser usado como registro para qualquer língua de sinais do Mundo. Além disso, as regras dos grafemas são padronizadas em todo o mundo, por isso, é possível ler em qualquer língua de sinais, por exemplo a ASL, a LIS e outros; mesmo que não conheça o significado, é possível eu ler e sinalizar numa outra língua de sinais. Da mesma forma, se compararmos com a escrita em português, francês, inglês, mesmo que a pessoa não conheça essa língua, consegue ler porque as letras são padronizadas, as letras do alfabeto latino. Não sabe o significado, mas dá para entender; da mesma forma em SW dá para ler e perceber que é uma outra língua de sinais.

Eu estudo ASL, se eu já tenho conhecimento básico em ASL, ou outra língua de sinais como a italiana e eu ver essa língua de sinais escrita num texto em SW, consigo perceber que é a ASL, por isso o SW é melhor registro de qualquer língua de sinais. No mundo todo e no Brasil, o SW tem mais publicações de literatura, que eu vi mais. Se comparar, a ELiS tem pouco e o SW tem mais. Pesquisas de mestrado e doutorado também tem mais sobre o SW.

Verde - Eu ensino SignWriting. Eu aprendi primeiro SW e também porque dá para articular linguisticamente as marcações não-manuais com os sinais de forma detalhada, há todas as informações linguísticas necessárias para se expressar. Os outros sistemas, no entanto, tem limitações para a escrita. Por exemplo, ELiS não tem expressões faciais, porque para mim, eu acredito que a gramática da Libras é obrigatório ter as marcações não-manuais, como olhos elevados ou olhos semicerrados e a direção do olhar como forma de apontamento. A ELiS não tem as expressões faciais, os outros sistemas eu conheço muito pouco. Eu sinto mais afinidade com o SW e também a aquisição da Libras acontece de forma clara porque tem relação mais evidente entre a Libras e a escrita em SW. Também é possível expressar as emoções, ler e entender em SW, porque, na minha opinião, combina com a visualidade da língua de sinais. Além disso, há mais pesquisas sobre SW, é mais usado e eu gosto mais de ler em SW.

Cinza – Usamos o sistema SW. Escolhi esse sistema porque estudei no curso de Letras – Libras.

Rosa – Eu uso o sistema SW, mas explico sobre a história de cada um dos sistemas, só mostro para os alunos ter conhecimento. Mas ensino só SW sempre.

Vermelho – Eu uso SW, conheço os outros sistemas, mas só ensino SW. Eu só explico os sistemas nas aulas teóricas de forma geral, mas não ensino esses sistemas. Eu escolhi esse sistema porque já conhecia e tinha experiência. Isso também foi decidido coletivamente em reunião de colegiado. Escolhemos o sistema SW porque há mais materiais e bibliografia. Por isso, não colocamos outros sistemas, apenas algumas referências para quem quiser ter conhecimento sobre o assunto. (Entrevistas semiestruturadas)

O informante Azul afirma que só aprendeu SW, mas não aprendeu outros sistemas, porque não teve vontade de aprender. Mas também porque falta informação sobre os outros sistemas e no curso só tinha um sistema. A preferência pelo SW é porque é icônico visual, o que favorece o aprendizado, além de ser usado em vários países do mundo. O SW pode ser lido em qualquer língua de sinais, assim como o alfabeto latino com as línguas ocidentais. Na sua opinião, “SW é melhor registro de qualquer língua de sinais”. Por isso, precisa-se adotar um único sistema de escrita de sinais. Já que o SW é mais difundido no Brasil e no mundo, sugere-se que seja escolhido o SW.

De acordo com o informante Verde, o SW tem informações linguísticas mais detalhadas e necessárias para se expressar em língua de sinais. Na sua opinião, as expressões não-manuais são importantes para a gramática da Libras, mas os outros sistemas, como ELiS, não têm marcações não-manuais. Nesse sentido, a pesquisa de Ampessan (2015) mostra que as expressões não-manuais são importantes para a compreensão de sentenças na Libras. Sua pesquisa comprovou que nem sempre foi possível compreender sentenças na Libras quando não havia marcações não-manuais nas orações. Na mesma direção, as pesquisas de Quadros, Ludwig e Santos (2022) e Ludwig, Quadros e Silva (2022) comprovam que as orações complexas da Libras necessitam de marcações para a articulação de sentenças complexas na Libras. Portanto, o sistema SW possibilita a escrita da Libras com as marcações não-manuais.

Além disso, na opinião de Verde, a aquisição da Libras acontece de forma mais clara, devido à relação visual da Libras e o SW. Outro fator é que há mais pesquisas sobre o sistema SW e é mais usado e difundido no Brasil.

O informante Cinza usa esse sistema, porque aprendeu no curso de Letras: Libras. Os informantes Rosa e Vermelho apenas explicam que mostram os outros sistemas nos princípios teóricos da escrita de sinais, mas ensinam somente o SW. Além disso, o informante Vermelho destaca que o sistema SW foi escolhido coletivamente devido à sua maior difusão no Brasil:

“Isso também foi decidido coletivamente em reunião de colegiado. Escolhemos o sistema SW porque há mais materiais e bibliografia. Por isso, não colocamos outros sistemas, apenas algumas referências para quem quiser ter conhecimento sobre o assunto.” (Entrevista do Informante Vermelho). Como se nota, a escolha pelo sistema *SignWriting*, nestas universidades analisadas, aconteceu por dois motivos principais: sua difusão curso de Letras: Libras e em materiais já publicados anteriormente; devido a uma decisão coletiva dos docentes, com base na difusão do sistema SW.

A pergunta 13 é a seguinte: *Conhece outros sistemas? Já ministrou aulas ou oficinas de algum outro sistema?* Os informantes responderam o seguinte:

Azul - Conheço superficialmente, só o básico, profundo não. Eu só explico os aspectos históricos de outros sistemas, mas não conheço nem ensino outros sistemas.

Verde - Conheço ELiS, eu já tive curso. Também tive o básico de SEL só para conhecer o sistema. A visografia conheço só o básico, porque mistura os dois sistemas SW e ELiS.

Entrevistador: *Já ensinou os outros sistemas de escrita de sinais?*

Não. Os três sistemas eu só explico na parte teórica das disciplinas de escrita de sinais. Prática não. Prefiro o sistema SW porque tem mais publicações e a maioria das pesquisas são sobre o SW, os outros sistemas têm pouca pesquisa.

Cinza – Aprendi um pouco de ELiS. Os outros dois sistemas, SEL e Visografia, aprendi informações num minicurso, mas nunca tive aula sobre esses sistemas. Eu só ensino um pouco sobre a história desses três sistemas, mas não de forma aprofundada. O foco das minhas aulas é *SignWriting*.

Rosa – Ensino mais o SW, os outros eu só mostro o básico no momento das aulas teóricas. Os outros sistemas nunca estudei no curso de Letras Libras, só li sobre esses sistemas.

Vermelho – Eu não conheço esses sistemas. Só li teoria, porque no PPC do curso foram incluídas algumas referências sobre esses outros sistemas. Mas não ensino esses sistemas, só SW. (Entrevistas semiestruturadas)

Os informantes relatam que só ensinam aspectos históricos dos outros sistemas de escritas de sinais. Os informantes Verde e Cinza explicam que já teve curso de ELiS e o básico de SEL e Visografia. Mesmo assim, só ensinam questões históricas sobre esses sistemas. É importante destacar que é bastante difícil dominar todos esses sistemas diferentes de escritas de sinais, por isso os professores ensinam somente aspectos históricos. Em geral, as línguas adotam apenas um sistema de escrita, por razões práticas para a sua devida implementação em âmbito geral (CALVET, 2007). Por isso, a Libras também necessita de um único sistema de escrita para viabilizar sua difusão e acesso ao conhecimento no sistema de escrita e sinais SW.

A questão 14 faz a seguinte pergunta: *Tem minha pesquisa de mestrado sobre padrão de escrita de sinais, enfim, sua opinião, é importante oficializar um único sistema de escrita de sinais? Qual sistema?* Eles responderam o seguinte:

Azul - Precisa oficializar sim um sistema, mas não pode proibir a expressão de outros sistemas. Se compararmos com português, que já tem na constituição assegurado que é língua oficial do Brasil, pode, no futuro, alguém criar um novo sistema de escrita para o português, mas não concordar e usar esse sistema, porque o alfabeto latino já foi difundido há muito tempo. Assim também, pode no futuro escolher um sistema para oficializar um único sistema de escrita para a Libras. Por exemplo, foram criados outros sistemas, mas não precisa, porque já tem o sistema SW que foi difundido há muito tempo no Brasil, então, para que criar outros sistemas? O SW é um sistema que pode ser adaptado, no passado tinha muitos detalhes e foi simplificado, porque a língua é viva, por isso não precisa criar outros sistemas, o que é complicado.

Verde - É o Sistema SW, porque tem mais publicações, maioria das pesquisas, também em vários países do mundo usa-se o SW. Os outros têm poucas publicações. Também as disciplinas de escrita de sinais são a maioria em SW. Eu concordo, precisa oficializar um sistema. (Entrevistas semiestruturadas)

O informante Azul argumenta que é preciso oficializar um sistema de escrita de sinais, embora não se possa proibir outros sistemas. Assim como o português escrito já tem o alfabeto latino difundido, a Libras pode usar e difundir o sistema *SignWriting* para sua escrita. Não há necessidade de se criar mais sistemas de escrita de sinais. Ele destaca que a língua é viva e que o sistema *SignWriting* é aberto e pode ser adequado às transformações da língua. Segundo Calvet (2007), os sistemas de escrita das línguas, em geral, são abertos e podem ser adequados às transformações das línguas.

O informante Verde afirma que o sistema SW deve ser oficializado. Para este informante, *SignWriting* deve ser oficializado, porque tem mais publicações e é difundido em vários países, inclusive no Brasil. Os outros sistemas têm poucas publicações. As universidades oferecem mais disciplinas de SW do que outros sistemas. Por isso, é fundamental que se oficialize o sistema de escrita de sinais *SignWriting* para a escrita da Libras.

O informante Cinza traz a seguinte reflexão:

Cinza – Não sou contra esses quatro sistemas, mas eu percebo que o SW é mais claro, porque é visual, mostra as expressões faciais, configurações de mão, tem tudo dentro. Precisa um sistema só. (Entrevista semiestruturada do Informante Cinza)

Desta forma, na opinião do informante Cinza, o sistema SW é mais claro e mais completo em relação aos parâmetros da Libras. Enfatiza que é necessário oficializar um único sistema de escrita de sinais. Já o informante Rosa apresenta o seguinte posicionamento:

Rosa – Tem que ter só um sistema, mais sistemas é complicado. Também o professor não sabe como ensinar os outros sistemas. Português tem mais sistemas de escrita? Não tem! Igual inglês, tem outros sistemas de escrita? Não tem! Já perguntei para os alunos: vocês querem aprender os quatro sistemas de escrita de sinais? Eles responderam: É impossível! (Entrevista semiestruturada do Informante Rosa)

Como se percebe, Rosa argumenta que as línguas possuem apenas um sistema escrito, não havendo necessidade de outros sistemas de escrita para as línguas em geral. A profusão de vários sistemas torna-se difícil para que o professor ensine vários sistemas. No relato do informante Rosa, os próprios alunos percebem a impossibilidade de se aprender vários sistemas de escrita de sinais. Portanto, faz-se necessário oficializar um único sistema de escrita de sinais no Brasil.

O informante Vermelho expressa a seguinte posição:

Vermelho – Só um sistema. Vou explicar: a Língua de Sinais, a Libras, é uma só no Brasil, não tem outras línguas, a maioria usa a Libras para se comunicar, assim também a escrita da Libras é equivalente. Para quê ficar criando outros sistemas de escrita de sinais? É confuso, porque são sistemas diferentes. Não precisa criar outros sistemas, só um sistema apenas. Por exemplo, o português falado tem um único sistema de escrita, tem mais sistemas de escrita? Não tem, tem só um, então a Libras também tem que ter só um sistema de escrita. Essa é minha opinião. (Entrevista semiestruturada do Informante Vermelho)

Segundo este informante, a Libras usada no Brasil é uma só, embora se deve considerar que há variações linguísticas na Libras. Mesmo assim, não há necessidade de haver outros sistemas de escrita de sinais. ele faz um contraponto com a língua portuguesa: da mesma forma que o português possui apenas um sistema de escrita, a Libras também precisa ter um único sistema de escrita de sinais. O informante Vermelho justifica sua opinião: “É confuso, porque são sistemas diferentes. Não precisa criar outros sistemas, só um sistema apenas.” (Entrevista do informante Vermelho). Desta forma, é imperativo que seja oficializado um único sistema de escrita de sinais para a Libras em todo o Brasil.

A questão 15 é a seguinte: *Você acha que devemos discutir sobre a ortografia e padronização em escrita de Sinais? Pode-se pensar em outra palavra como, por exemplo, glifonomia da Escrita de Sinais?* A resposta foi a seguinte:

Azul - É importante sim. Por exemplo, alguns sinais tinham mais detalhes sobre o movimento, como o sinal BRINCAR, mas foi simplificado, porque não conhecemos o sinal e não precisa. Se for um contexto em que fica ambíguo ou cria um sinal novo, então pode usar mais detalhes do movimento. Também sinais com a mesma configuração de mão para cada mão, pode tirar um glifo e colocar o símbolo de glifo igual. Isso não significa que é informal, porque a informação está completa e dá para entender. Por isso, pode usar em qualquer contexto como acadêmico, em jornal. Não precisa de muitos detalhes, a escrita no texto pode ser simplificada para economizar página, espaço e ler rápido. Com muitos detalhes, demora-se para o processamento mental e a compreensão do texto. Mesmo com essa simplificação, pode ser considerado formal.

Verde - Sobre a ortografia é preciso discutir e padronizar, porque até hoje ainda há divergências na escrita. Cada um tem um jeito diferente de escrever, mas precisa unificar uma única forma de escrever. Precisa saber a diferença entre escrita e transcrição. A transcrição foca nos elementos fonológicos de um sinal, mas a escrita deve ser só uma, assim como em português. Precisa criar um dicionário para padronizar a escrita de sinais SW.

Cinza - Eu lembro que no passado o sistema SW era mais detalhado e começou a ser simplificado. Então é possível atualizar o sistema. Concordo sim.

Rosa - Boa pergunta, nunca tinha pensado nisso. Em português há esse processo de simplificação. Na escrita de sinais, também é possível. Ao invés de criar mais 5 ou 6 sistemas de escrita de sinais, é possível aperfeiçoar o sistema, porque isso favorece a economia linguística, melhora o sistema. Não precisa ficar criando outros sistemas, eu concordo.

Vermelho - Eu acho que deve haver um único sistema, porque é possível fazer reformas, porque o mesmo sistema escrito visual é possível de ser atualizado de acordo com o contexto. Essas atualizações são possíveis, porque o contexto discursivo é claro e é possível de ser atualizado. Há vários exemplos do SW que, antigamente, se escrevia de forma mais detalhada, mas que com o tempo foram se desenvolvendo e se tornaram mais econômicas e mais rápidas de serem escritas. Não precisa de outro sistema, um único sistema é possível porque é flexível. (Entrevistas semiestruturadas).

Os informantes acham importante discutir a padronização da escrita de sinais. Para o professor Azul, é necessário discutir uma escrita padronizada e simplificada do sistema SignWriting. Isso facilita a leitura, compreensão e processamento mental. O informante Verde também destaca que ainda não é clara a distinção entre transcrição e escrita, porque muitos pensam que a escrita precisa ser igual a língua sinalizada, mas pode ser mais simplificada. Desta forma, a padronização da escrita da Libras faz-se necessária para desenvolver a difusão e acesso a esse sistema no Brasil. Os informantes também se referem ao processo de simplificação da escrita de sinais. No passado, o sistema SW era mais detalhado. No entanto, com o passar do tempo passou a ser mais econômico e simplificado. Isso possibilita a flexibilização do sistema. Segundo o informante Vermelho, a simplificação do sistema SW é possível, porque é um

sistema aberto e flexível. Por isso, podem ser feitas atualizações no sistema, sem a necessidade de se criar novos sistemas, pois o contexto da escrita favorece a clareza e a concisão.

Sobre a criação de outros sistemas, o informante Rosa destaca que “Ao invés de criar mais 5 ou 6 sistemas de escrita de sinais, é possível aperfeiçoar o sistema, porque isso favorece a economia linguística, melhora o sistema. Não precisa ficar criando outros sistemas” (Entrevista do informante Rosa). Desta forma, a flexibilidade do sistema e suas devidas atualizações com o passar do tempo possibilitam a difusão e implementação de um único sistema de escrita de sinais.

A pergunta 16 é a seguinte: *Você percebe que tem pouco material ou bastante? Por exemplo, artigos, materiais didáticos, livros, imagens no texto em escrita de sinais?* Os entrevistados responderam o seguinte:

Azul - Pouco, muito não, mas eu sempre procuro materiais no site Corpus de Escrita de Línguas de Sinais, que têm materiais, mas não é muito, é pouco. Mas são bons materiais, que eu pego e adapto para atividades em sala de aula.

Verde - Precisa criar mais material didático, precisa criar mais as publicações literárias direto em SW, não tradução.

Entrevistador: *Qual o site mais fácil de acessar o SW?*

Verde - Signpuddle e também o Corpus de Escrita de sinais do Brasil, porque é fácil usar nas aulas.

Cinza – Eu pego mais artigos na internet. Eu uso o livro de escrita de sinais.

Rosa – Há pouco material sobre teria em SW, há poucos materiais didáticos também em SW.

Vermelho – Havia uma apostila de quando eu estudava no curso de Letras: Libras EAD, eu comecei usando ela, além de outras referências de teses e dissertações. Também uso materiais do grupo de Whatsapp de escrita de sinais do Brasil. Anteriormente havia menos materiais, mas a partir de 2015 houve um aumento de materiais disponíveis.

Os entrevistados afirmam que há poucas publicações em SW. Eles sempre precisam adaptar ou criar os materiais didáticos, o que é trabalhoso para todos os professores. Também faltam produções literárias direto na escrita de sinais. É necessário aumentar a Literatura em SW para ensinar a escrita de sinais, porque há muitas traduções do português para a Libras. Por isso, eles podem apresentar os materiais didáticos nos seminários sobre escrita de sinais ou em grupos de pesquisa. Também podem publicar mais materiais didáticos em SW. Portanto, a difusão do sistema SW pode ser propiciada pela produção de publicações diversas para o acesso ao conhecimento e à informação. Quanto mais publicações houver, tanto mais o sistema será acessível, difundido e conhecido pelos sinalizantes da Libras.

A pergunta 17 trata do aumento de ações sobre a escrita de sinais no Brasil: *Na sua opinião sobre ação aqui no Brasil sobre escrita de sinais. Pode falar mais alguma coisa sobre isso, o que precisamos fazer ou melhorar para aumentar nossa área de escrita de sinais.* Eles responderam que:

Azul - Eu quero no futuro criar projetos de extensão para, quando tiver escola bilíngue de surdos aqui na minha cidade, para eu oferecer cursos de extensão e formação de professores para ensinar nessas escolas. A escrita de sinais é importante para as crianças.

Tem pouco material, podia ter em locais públicos como parques, shopping, pontos de ônibus, placas com informações em português e SW. É como em braile em elevadores, poderia colocar em SW também. Poderia ter em todos os lugares, porque as crianças surdas começam a ter contato com o SW e desenvolvem o letramento, porque no mundo a sua volta tudo está em SW e ela tem contato com sua língua todos os dias. Mas há muito poucos, só vi no parque em Florianópolis, tinha um em Manaus, mas só isso. Precisa aumentar. Com isso, muda a forma de desenvolver o letramento dos surdos, em que todas as coisas estão em escrita de sinais e assim a criança se acostuma. Se tiver escrita de sinais em todos os espaços de uma escola bilíngue de surdos, outras escolas serão influenciadas e passarão a usar também a escrita de sinais.

Exemplo, tem lojas imigrantes chinesas que colocam placas em sua língua, mas não tem lei, pode colocar. Às vezes, entramos em alguns locais com tradução bilíngue em português e mandarim. Então, pode fazer do mesmo jeito, colocar em português e escrita de sinais. (Entrevista do Informante Azul)

O informante Azul argumenta que precisa mais materiais de divulgação e acesso à informação em diversos espaços públicos. Calvet (2007) discute que uma língua e sua escrita são difundidas por meio de diversas estratégias de divulgação como placas, anúncios, publicações em jornais e revistas, livros, gramáticas e dicionários. Nesse sentido, a escrita de sinais também precisa de mais materiais para difusão. Para o autor, depois que a língua e sua escrita são oficializadas, passam a ser difundidas. Necessita-se “de abecedários, manuais, da organização de campanhas de alfabetização, da introdução da língua recém-transcrita no sistema escolar, no meio gráfico.” (CALVET, 2007, p. 64). Da mesma forma, a escrita de sinais necessita de difusão em diversos meios impressos para que a comunidade surda possa conhecer e usufruir desse sistema.

Além disso, o informante Azul fala da necessidade de letramento para as crianças surdas a partir da disponibilização de recursos visuais em SW em diversos espaços públicos. O letramento possibilita que as crianças desenvolvam habilidades de leitura e escrita de forma crítica e aprofundada para melhor interação e inserção social no mundo. Segundo Silva (2011), o letramento

pressupõe o uso efetivo das práticas sociais que envolvem a língua escrita. Assim, o indivíduo pode ser alfabetizado, mas não ser letrado, ou seja, ele pode dominar o sistema de escrita (alfabético, ortográfico) e não atender às demandas sociais do mundo letrado. (2011, p. 26).

Desta forma, a escrita de sinais é fundamental para o desenvolvimento da leitura e da escrita dos surdos de forma crítica e contextualizada. Silva (2009), em sua pesquisa, **Analisando o processo de leitura de uma possível escrita da língua brasileira de sinais: Signwriting**, propõe uma discussão sobre a compreensão leitora da Libras no sistema *SignWriting*, com alunos surdos que conhecem esse sistema. Analisou de que forma os leitores surdos estruturam o significado por meio dos fatores de textualidade – coesão e coerência. A pesquisa demonstra que os alunos conseguiram compreender as atividades de leitura proposta, evidenciando que ao realizar a leitura em *SignWriting*, os surdos conseguem associar seu conhecimento de mundo às novas informações apresentadas nos textos. Além disso, é possível perceber que conseguem também ampliar o conhecimento, interpretar de forma precisa e sintetizar as principais informações dos textos.

Silva (2009) destaca que o tempo de leitura não é um fator essencial, pois há leitores com perfil diversos de leitura. Isso ocorre devido a uma multiplicidade de fatores complexos e interrelacionados no texto e fora do texto, tais como conhecimento de mundo do leitor, bagagem cultural, bem como a legibilidade e complexidade do texto. Desta forma, a coerência do texto em escrita de sinais está pautada nos conhecimentos socio-culturais e cognitivos do leitor, ao passo que a coesão está ligada à estruturação do texto.

Silva (2009) propõe também a necessidade de se aprimorar o sistema *SignWriting* de acordo com a realidade brasileira e a estrutura linguística dos sinais da Libras. Isso contribuirá para o desenvolvimento educacional dos surdos, desenvolvendo habilidades de leitura e compreensão na Libras. Silva (200) enfatiza que a língua portuguesa por si só potencializa, de forma limitada, as capacidades cognitivas de forma mais espontânea.

O informante Verde apresenta o seguinte posicionamento em relação a essa pergunta:

Verde - Há duas questões importantes. A primeira é que as pessoas falam que SW não tem lei, mas dentro da legislação está garantido a Libras, sempre se lê a palavra Libras. Mas a Libras engloba quatro habilidades: sinalizar, visualizar, ler e escrever. Então a Libras inclui quatro modalidades. O português é só para leitura e escrita para os surdos, porque não são obrigados a falar português. Nesse sentido, a Lei é clara.

Principalmente, precisa colocar a disciplina de escrita de sinais junto com a de Libras, não é separado, é junto com a disciplina de Libras. Pensa-se que precisa ser disciplinas separadas, não, ensina a Libras e a escrita de sinais na mesma disciplina. No novo PPC da nossa universidade, haverá disciplinas de Libras com escrita de sinais. A segunda questão é formação de professores para ensinar escrita de sinais, precisa haver formação de professores para ensinar Libras junto com SW. (Entrevista do Informante Verde)

O informante Verde argumenta duas questões importantes para se discutir sobre a escrita de sinais. A primeira é que a legislação sobre Libras garante que a escrita de sinais seja ensinada e aprendida junto com essa língua, pois uma língua com escrita envolve sinalizar, visualizar, ler e escrever. Por isso, é preciso que a escrita de sinais seja ensinada junto com a Libras. Assim, o que se precisa é escolher e oficializar um único sistema de escrita de sinais para a escrita de Libras. Visto que o sistema *SignWriting* já é mais difundido do que outros sistemas, deve-se adotar esse sistema. Além disso, a comunidade surda, em geral, vê o sistema *SignWriting* de forma positiva e considera-o um artefato cultural importante para os surdos (STROBEL, 2015).

A segunda questão é a necessidade de formação de professores qualificados para ensinar escrita de sinais nas escolas bilíngues. Em geral, percebe-se que há muitos professores de Libras capacitados no Brasil. No entanto, muitos ainda precisam aprofundar o conhecimento sobre a escrita de sinais para ensinar, de forma integrada, esse sistema junto com a Libras.

Os informantes Cinza, Rosa e Vermelho expressam as seguintes posições:

Cinza – Sim, precisa melhorar, no começo, quando o sistema começou a ser difundido, as pessoas não queriam usar, mas falta prática, conhecimento e informação para saber usar.

Rosa – Acredito que deve continuar, porque ajuda a aprender de fato! Por exemplo, na aula de mestrado eu não sabia um sinal, então como poderia registrar? A escrita de sinais ajuda muito. No celular, é complicado, porque logo enche a memória e não é seguro salvar. Com a escrita de sinais é possível registrar e acessar esse registro.

Vermelho – Sim, precisa aumentar. É igual outras áreas como educação, linguística, literatura, a escrita de sinais também precisa expandir a área de escrita de sinais. É possível incluir todas essas áreas em materiais em escrita de sinais. Precisa lutar mais, para que as crianças possam desenvolver-se cognitivamente devido a sua experiência visual. Também é importante que haja mais divulgação da escrita de sinais nos espaços públicos diversos, nas informações gerais. Os surdos podem se orgulhar de sua escrita de sinais em diversos locais públicos. (Entrevistas semiestruturadas)

Todos os informantes destacam que é importante que haja difusão e informação sobre a escrita de sinais. O informante Rosa destaca que isso facilita o registro de sinais novos e do próprio conhecimento sobre a Libras. O informante Vermelho destaca também a necessidade de difusão do sistema de escrita de sinais em diversos espaços públicos. Desta forma, os surdos

poderão ter acesso ao conhecimento na escrita de sinais, desenvolvendo ainda mais suas habilidades cognitivas e fortalecendo sua cultura visual.

5 REFLEXÕES SOBRE OFICIALIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DO SISTEMA *SIGNWRITING*

Essa seção discute uma proposta de padronização do sistema SignWriting em diversos espaços utilizados pelo povo surdo, por exemplo, na educação bilíngue de surdos, na difusão de conhecimento, publicações, na literatura surda, acesso à informação, dentre outros.

5.1 Reflexões sobre a Glifonomia do *Signwriting*

A palavra *glifonomia* tem sua origem na língua grega, a partir dos radicais *glifos*, que significa símbolo, justaposto a *nomos*, que significa regra, norma ou medida. Desta forma, a glifonomia engloba um conjunto de regras que padronizam uma escrita que usa glifos. Esta palavra substitui a ortografia, associada a escritas alfabéticas, e é usada para as escritas de sinais em geral. Essa padronização da escrita de sinais pode ser realizada por meio de dicionários, glossários e acordos da escrita de sinais.

A pesquisa de Nobre (2011), intitulada **Processo de grafia da língua de sinais: uma análise fono-morfológica da escrita em signwriting**, realiza uma análise elementos estáveis e variáveis do sistema escrita de sinais *SignWriting*. O autor analisou 20 sinais de escritos em SignWriting, comparando as produções de diferentes informantes surdos. A pesquisa revela a padronização da localização dos sinais nas colunas, preferencialmente centralizados. Os sinais com realizados na cabeça são apresentam o símbolo da cabeça no centro e, à direita, o símbolo de contato, a CM e a movimento. A variação encontrada foi particularmente na representação escrita do contato e do movimento, visto que cada surdo pesquisado apresenta variação alofônica na Libras escrita.

A pesquisa de doutorado de Wanderley (2017), intitulada **A classificação dos verbos com concordância da língua brasileira de sinais: uma análise a partir do SignWriting**, apresenta uma análise da flexão dos verbos de concordância número-pessoal, considerando a direção do movimento e a orientação da palma como traços linguísticos que marcam esse tipo

de verbos. A pesquisa foi realizada com textos de alunos do curso de Letras: Libras a fim de verificar os traços linguísticos dos sinais escritos em *SignWriting*, os quais demonstram os verbos de concordância na Libras escritos neste sistema. Os resultados mostram que ainda não é possível determinar uma escrita padrão dos verbos de concordância devido à escassez de textos disponíveis em SW, bem como ao número limitado de verbos analisados na pesquisa. Mesmo assim, houve proposições de novas categorias de movimentos devido à rotação e flexão do pulso nos sinais de concordância escrito no sistema *SignWriting*. Como se observa, o sistema SW é flexível, podendo ser adequado às novas demandas de escrita da Libras.

A pesquisa de Morais (2016), **Escritas de Sinais: Supressão e Componentes Quirêmicos da Escrita da Libras em Signwriting**, discute possibilidades de simplificação e supressão de glifos do sistema de escrita de sinais *SignWriting*. A pesquisa analisou a possibilidade de supressão de componentes quirêmicos de 148 sinais da Libras escritos em *SignWriting* no dicionário Novo Deit-Libras (2009). São sinais amplamente utilizados pela comunidade surda e, por isso, é possível verificar se a supressão de componentes quirêmicos provoca ambiguidade na escrita. Para realizar a pesquisa, foram selecionados sete professores e pesquisadores que conheciam o sistema SW. Foram possíveis de simplificação 134 sinais dos 148 analisados, tendo 1 a 7 componentes quirêmicos suprimidos. Os resultados da pesquisa de Morais (2016) demonstram possibilidades de supressão de componentes quirêmicos no SW, sempre considerando o contexto da língua em uso na escrita. Segundo a autora,

A pesquisa não propõe a extinção de nenhum quirema do sistema SW ou constituir regulamentos de simplificação dos sinais escritos. A espiral circular, que não requer alocação de setas circulares, a alocação das CMs, que permite a leitura da mão esquerda e da mão direita e de qual delas está em cima, são dois dos exemplos que demonstram que a simplificação está mais relacionada à real função de cada componente quirêmico, o que evita a alocação de componentes em excesso em um mesmo sinal escrito. Além disso, os participantes demonstraram que a articulação do sinal é importante para a compreensão e leitura. Nesse sentido, a supressão de um ou mais componentes quirêmicos de um sinal escrito talvez não seja possível em outro. Um exemplo disso são os sinais ABREVIAR e PARAR DE FUNCIONAR, cujos movimentos das mãos são semelhantes (asterisco e setas), mas foi constatado na análise dos dados que se trata de sinalização diferenciada. Para o sinal escrito PARAR DE FUNCIONAR/ENCERRAR, os participantes suprimiram as setas; para o sinal escrito ABREVIAR, os participantes suprimiram o asterisco. Nesse sentido, os participantes estavam atentos à função dos quiremas e à articulação do sinal. (2016, p. 550).

A supressão desses componentes foi realizada devido ao contexto dos sinais em uso, o que possibilita resolver problemas de ambiguidade desses sinais. Por isso, a leitura de sinais

simplificados em contexto de uso potencializa a simplificação do sistema SW. Segundo Morais (2016),

As diferenciações nas escritas simplificadas foram importantes para a visibilidade da flexibilidade do SW, sistema no qual o escritor pode eleger um ou outro quirema, conforme verificamos na análise de dados. A flexibilidade do sistema foi determinante para a compreensão de que não poderíamos avaliar as escritas simplificadas diferenciadas que se apresentaram, mas sim eleger as que mais contribuíram com maior número de supressão de componentes quirêmicos, levando em consideração a possibilidade de supressão aliada à compreensão do sinal escrito. (2016, p. 549-550)

Como se observa, a flexibilidade do sistema, bem como a escrita em textos autênticos possibilita validar a simplificação do sistema. Nesse sentido, como já destacamos, o sistema SW é flexível e aberto, da mesma forma que outras escritas como o alfabeto latino é flexível e possível de ser simplificado. Um exemplo em português foi a supressão do sinal gráfico trema na língua portuguesa, que era usado sobre a letra u (ü). Reformas ortográficas como a Reforma Ortográfica da Língua Portuguesa de 2009 demonstram a flexibilidade da escrita das línguas orais e de sinais. Segundo Morais (2016),

Devido à flexibilidade do sistema, as escritas simplificadas eleitas para esta tese não podem ser consideradas como impositivas. No entanto, são desencadeadoras de reflexões para os escritores de SW de que é possível utilizar os componentes essenciais para a escrita. Entretanto, a alocação das mãos, a função dos quiremas, as preferências e a compreensão de que a alocação de um quirema implica a supressão de outro foram fatores identificados na análise dos dados que contribuem para a simplificação da escrita. (2016, p. 550)

Da mesma forma, o sistema SW é flexível e aberto. Por isso, não há necessidade de se criar novos sistemas, visto que o SignWriting já é difundido em vários países do mundo.

Barbosa (2017) faz uma comparação entre os sistemas de escrita de sinais SignWriting e ELiS do ponto de vista da funcionalidade gramatical da Libras. A partir de duas obras sobre esses dois sistemas, a autora analisou a equivalência dos glifos entre os dois sistemas, suas características estruturais e quantidade de glifos utilizados para a escrita dos sinais. Barbosa (2017) destaca que “Por enquanto, alguns glifos da ELiS foram utilizados dentro da publicação, pois os glifos não apresentaram equivalentemente a gramática em Libras desses sinais realizados, assim, precisam-se melhorar os glifos utilizados para os glifos novos.” (2017, p. 148). A pesquisa aponta que o sistema SW possibilita a escrita de todos os sinais analisados, ao

passo que o sistema ELiS ainda possui alguns glifos que necessitam ser criados para a escrita da Libras.

Outro ponto destacado pela autora foi a inexistência de expressões não-manuais (ENM) no sistema ELiS, o que pode dificultar a leitura e compreensão dos sinais. Segundo Barbosa (2017), os “sinais FELIZ, PROCURAR-PARA-FOTOGRAFAR e JUBA precisam seguir a utilização de marcar diversas expressões não manuais por entender a expressão linguística na escrita.” (2017, 148). A ausência de expressões não-manuais pode interferir na leitura e compreensão da Libras. De acordo com Barbosa (2017),

Para outro sinal, BARBA, a escrita não foi econômica, mas a norma dela deve obrigar muitas informações para esclarecer o que está escrito na sua compreensão de leitura. Se o registro for muito simplificado não apresenta as informações necessárias para que a escrita seja satisfatória. (2017, 148)

Desta forma, o sistema ELiS, por ser uma escrita linear e alfabética, não abarca as complexidades linguísticas e as expressões faciais que as línguas de sinais possuem, mesmo que às vezes alguns sinais não apresentem economia na escrita. além do mais, Barbosa (2017) pontua que

Por fim, os sinais FELIZ, CAIR-GOTA e COLOCAR-CHAPÉU precisam colocar os novos visogramas de ENM (olhos apertados, lábios sugados, sobrancelhas erguidas e arqueadas) que estão precisando das novas criações para informar melhor na sua escrita, e obviamente na leitura em sua compreensão. Isso significa dizer que haja a leitura de um texto escrito em que a criança surda receba incentivo e ajuda de leitores. Esse sistema de escrita expressou apenas as ideias convencionadas. (2017, 148)

Como se percebe, a ausência de expressões faciais pode interferir na compreensão escrita na Libras. Pesquisas como as de Pêgo (2013; 2021), Ludwig, Quadros e Santos (2022), Ludwig, Quadros e Silva (2022) e Quadros, Silva, Royer, Rodrigues-Silva (2023) demonstram que as expressões não manuais possuem funções morfológicas e sintáticas específicas na Libras. Podem funcionar como um auxiliar em perguntas polar e abertas, na articulação de orações complexas, em alguns casos funcionam como um conectivo em sentenças complexas, bem como possuem função morfológica na constituição dos sinais da Libras. Consequentemente, a supressão dessas ENM em contextos de uso pode ocasionar agramaticalidade em determinados sinais e as orações.

Outra questão relevante a ser discutida é a variação de sinais encontrado no site SignPuddle. Esse site é aberto e, por isso, muitas pessoas inserem sinais com a escrita em

SignWriting de forma que ocasiona ambiguidades nos sinais ou dificuldade na compreensão. Nesse sentido, a pesquisa de Soares (2022), intitulada **Uma análise fonético-fonológico para a escrita em SignWriting do léxico CASA, através da plataforma SignPuddle: um estudo de caso**, analisou o sinal CASA neste sistema. A pesquisa considera importante que haja padronização na escrita de sinais da Libras para o ensino e aprendizagem dos sinais escritos. Segundo Soares (2022),

com base no levantamento realizado dos sinais cadastrados na plataforma, chegou-se a um total de 576 sinais registrados para o termo CASA, dentre eles: sinais que apresentavam diferença e semelhança quanto a sua fonética, sua sintaxe e sua morfologia. Como o trabalho tem como objetivo analisar apenas os sinais que apresentassem tanto recorrência, quanto diferença, no que se refere a sua fonética, acabou-se, então, trabalhando com um total de 371 sinais, que apresentaram três CM, de mãos diferentes, na sua escrita, e os demais acabaram sendo descartados na fase final da análise. (2022, p. 178).

Como se nota, há uma proliferação de sinais neste sistema que dificulta o ensino, aprendizagem e as práticas escritas do SW. Desta forma, a autora sugere que “já que a fala não pode ser normatizada pelas regras presentes na escrita, ou seja, tentar corrigir a forma que o sujeito fala, com base nas regras da escrita, pode-se tentar um consenso na academia para a realização da escrita do léxico CASA, podendo acontecer através de uma única forma [...]. 2022, p. 178).

O registo de traduções de português para inglês, francês, espanhol, e outras línguas têm no Google tradutor ou outro qualquer site. E em escrita de sinais? Atualmente presenciamos pesquisas para que a escrita de sinais seja veiculada a ferramentas automáticas de tradução. Graças a Sutton que temos o site de tradução de português para SignWriting para facilitar confortável os surdos que entendem melhor em escrita de sinais (STUMPF 2012), qualquer país pode utilizar esse site também, somente línguas sinais diferentes do internacional na escrita de sinais, por exemplo, um americano busca sinal (casa) no dicionário, aparece o sinal (casa) escrito em ASL usada nos Estados Unidos.

Figura 12 – SignPuddle On-Line



Fonte: www.signwriting.org.br

O quanto ao processo de registro em português, é mais rápido registrar ao se escrever cada palavra (digitar) ou pela voz, pois já temos tecnologia disponível para isso. Há também o registro na Libras. Assim, é necessário registrar e escrever o sinal que têm todos parâmetros necessários para formar um determinado sinal. O acesso ao sistema se dá no site www.signwriting.org.br que é utilizado por vários países. O usuário pode escolher o país de sua preferência em uma aba de *SignPuddle*. Em seguida, pode-se fazer uma busca no dicionário, como vemos na figura 13. Nesse local, pode-se pesquisar por palavra ou por sinais, traduzir, soletrar, criar sinal, importar texto em *SignWriting*, como vemos na figura 14. Porém, caso ainda não haja algum um sinal registrado, os surdos ou ouvintes brasileiros podem criar sinal em *SignWriting* no dicionário para um sinal que ainda não tem tradução para uma palavra da língua oral. Essa facilidade é positiva, mas traz complicações para a padronização do SW, visto que vários usuários colocam diferentes versões de um mesmo sinal.

Figura 13 – Pesquisar palavras



SignPuddle Online v2.0

Pesquisar por palavras

Pesquisar por sinais

Pesquisar por símbolos

Pesquisar por grupos

Pesquisar a linguagem falada com Resultados do Palavras

All searches are case sensitive

Termos e Titulos

Qualquer parte da palavra Início da palavra Palavra exata

Texto

Fonte

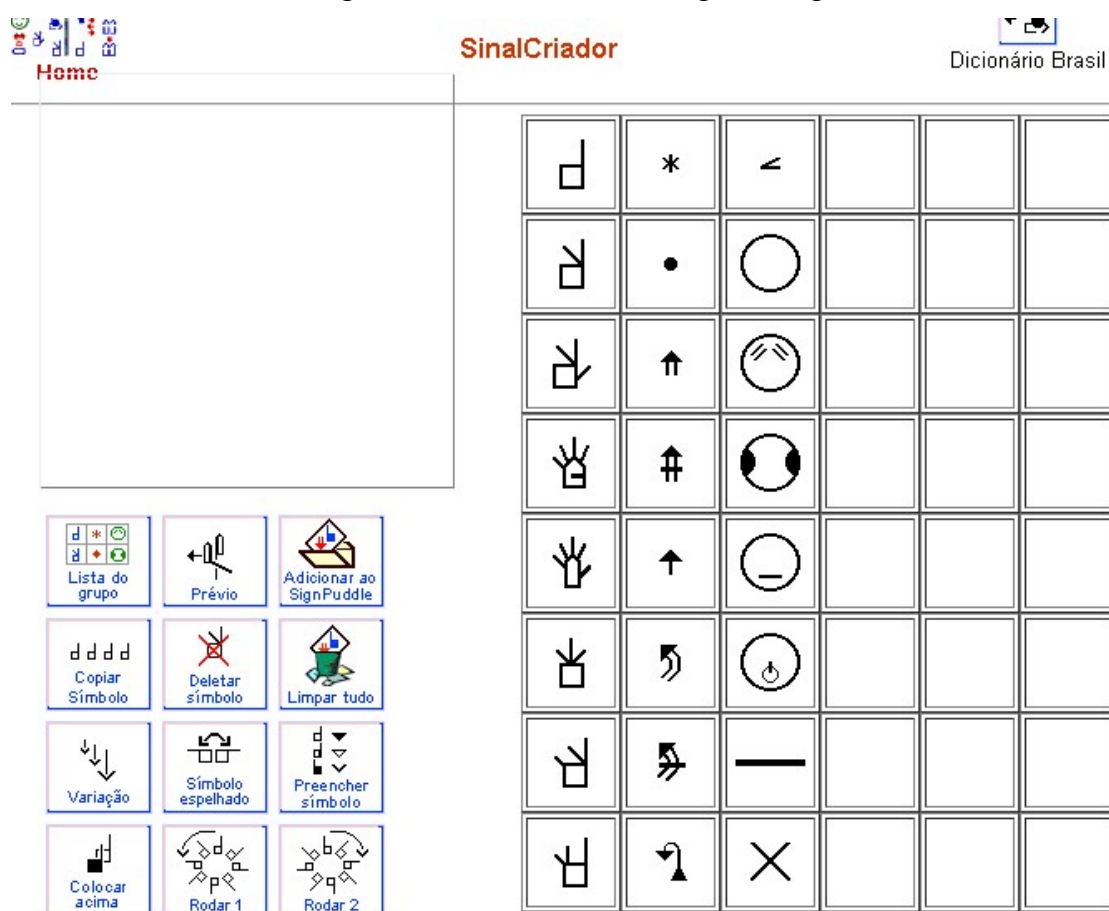
Puddle página

Ver todas as entradas

Pesquisar

Fonte: www.signwriting.org.br

Figura 14 – Criar sinais em SignWriting



SinalCriador

Home

Dicionário Brasil

Lista do grupo

Prévio

Adicionar ao SignPuddle

Copiar Símbolo

Deletar símbolo

Limpar tudo

Variação

Símbolo espelhado

Preencher símbolo

Colocar acima

Rodar 1

Rodar 2

Fonte: www.signwriting.org.br

Assim como as línguas orais têm um alfabeto para representar a língua, as línguas de sinais também têm um sistema que representa sua língua. De acordo com Wanderley (2016),

Assim como o alfabeto latino, que é usado para escrever o português, o inglês, o francês e tantas outras línguas orais, o conjunto de glifos utilizado no *SignWriting*, é internacional e pode ser usado para escrever qualquer língua de sinais do mundo (SUTTON, 2011) (WANDERLEY, 2016, p. 4).

É muito importante afirmar que a Libras tem uma forma escrita própria da língua utilizada pelos surdos e é importante mostrar à sociedade ouvinte que os surdos possuem língua escrita. Atualmente os surdos/ouvintes já escrevem em escrita de sinais para utilizar slides na aula, pôster, livro, artigo, e em outros contextos onde é possível utilizar a escrita de sinais. O sistema de escrita está registrando as línguas de sinais no Brasil. Dessa forma, surdos podem escrever na escrita de sinais por necessidade de comunicação, assim, isso é confortável para surdos escreverem.

Por esse motivo, esta discussão é relevante, porque percebe-se que não há uma padronização na escrita de sinais. Isso se justifica pela necessidade de uma língua escrita para surdos, para que eles possam escrever em SignWriting a sua língua, a Libras.

Desta forma, analisa-se o processo de registro dos sinais em relação à fonologia da Libras para traduzir do português para escrita de sinais com vários sinais na mesma palavra e verificar se o sinal é escrito de acordo com o parâmetro adequado com o parâmetro deste sinal na língua em uso. Verifica-se que alguns sinais no SignPuddle não são padronizados e isso pode causar confusão para alguns surdos e ouvintes que não conhecem bem o SignWriting.

O uso de sistema de escrita enquanto prática social certamente traz impactos linguísticos, sociais, culturais, pedagógicos e outros para uma comunidade específica. O surdo, sendo privado de usar a escrita de sua língua, terá prejuízo em muitos dos aspectos que perpassam pela escrita (STUMPF, 2005).

Stumpf (2005) menciona que esse sistema de escrita está registrado nas línguas de sinais no Brasil, surdos precisaram escrever na escrita de sinais por conta de comunicação, informação, livros de cultura surda, artigo, etc. Assim, surdos tem experiências no sistema de escrita para ler mais confortavelmente na escrita de sinais, compreender através de artigo e história de cultura surda na própria língua de sinais. Importante é refletir sobre a própria língua que permite conceber, vivenciar e interagir com a realidade objetiva. A identidade surda é

favorecida, assim que surdos conseguem desenvolver a escrita de sinais, ou seja, através do aprendizado da escrita de sinais.

O uso de sistema de escrita de sinais contribui para surdos entenderem os artigos e livros da história de cultura surda, ou seja, os artigos e livros de surdos adaptados em escrita de SW, para atenderem as necessidades de interação, percepção de mundo e envolvimento com a realidade objetiva de suas comunidades de fala. É necessário o relacionamento destes com as palavras, para que os textos sejam entendidos na escrita de sinais para surdos.

Neste sentido, os livros, artigos, jornais, e outros são digitados em português no word, e a escrita de sinais? No momento, não há como digitar escrita de sinais pelo word, pois não há pesquisa sobre isso ainda. Somente usar o acesso de site SignPuddle para buscar os sinais escritos no dicionário para colocar no word. Depois pode publicar artigo ou livro em escrita de sinais, porém, seria importante que houvesse mais publicações de artigos e livros em escrita de sinais. Até agora, só tem único artigo em escrita de sinais sobre o assunto: é o artigo **Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais: Formação e Pesquisa**, de Marianne Rossi Stumpf e Ronice Müller de Quadros (2010). Em Stumpf afirma que:

Com esses enfoques, o desenvolvimento intelectual e cultural dessas comunidades surdas tem evoluído e o caminho natural dessa evolução passa pela aquisição de uma escrita própria que pode proporcionar o acesso a um novo patamar em suas expressões culturais e comunicativas. Com a aprendizagem da escrita de sinais, os surdos vão ter a oportunidade de desenvolver uma nova cultura, que é a cultura surda escrita, um pouco diferente da cultura surda sinalizada (STUMPF, 2005, p. 38)

A escrita de sinais possibilita a leitura e escrita de surdos em sua primeira língua, havendo melhor compreensão textual e percepção do mundo ao seu redor, proporcionando maior conforto linguístico para todos os surdos. Discussões sobre a utilização tradutor de português para escrita de sinais, alguém fica em dúvida em pegar um dos sinais escritos com alguns parâmetros para colocar no word será aprofundada neste trabalho, além de propostas para léxico de registro em *SignWriting* na fonologia da Libras.

Havia discussão sobre curso de básico do sistema de escrita SignWriting e software de utilização que o Grupo de Estudos e Pesquisas PORLIBRAS²⁵. Eu participei deste curso,

²⁵ Curso em parceria com o Programa de Mestrado e Doutorado em Letras da UNIOESTE que ofereceu o curso em Cascavél/PR, foram 16 a 27 de julho de 2018, professor Adam Frost (Professor de ASL e Línguas de Sinais na

discutimos sobre fonologia da Libras por causa de registro do léxico em *SignWriting* e é importante buscar sinais escritos padrões para escrever nos artigos, livros, etc.

Como já mencionado acima, esta parte da pesquisa tem o foco em analisar os sinais traduzidos do português para escrita de sinais. Em seguida, pesquisou-se os sinais escritos em *SignWriting* colocar no Word para analisar as diferenças dos sinais não padronizados, a partir da minha experiência de um artigo que eu escrevi no texto em SW. O pesquisador já percebeu os desafios por conta do processo de registro em *SignWriting* das diferenças fonológicas da Libras. Por isso, o mesmo resolveu fazer um artigo em escrita de sinais, porque no momento de procurar uma palavra (o sinal surdo) no sistema, apareceram vários sinais escritos da mesma palavra (surdo). Depois de analisar os sinais atentamente, peguei um dos sinais escritos com o objetivo de uma leitura mais fácil. Em seguida, usei o mesmo sinal escrito “surdo” que o pesquisador escolheu como sinal padrão nas frases.

Para fazer a análise, analisa-se alguns sinais com escrita diferente e vou comparar o sinal CASA. Vou pegar alguns exemplos do SignPuddle e vou comparar de acordo com o padrão de acordo com o dicionário Cappovilla (2017). Será analisado qual o registro representa o sinal padrão ou suas variações e qual registro está escrito de forma errada.

Agora analiso o processo de registro de léxico de sinal na fonologia da Libras. Sendo assim, tradutor de palavra português “casa” para escrita de sinais, aparece 20 vários sinais escritos com alguns parâmetros diferentes na mesma palavra “casa”. É preciso reflexão sobre qual é uso sinal escrito com entendimento melhor. Observamos os sinais Casa e Morar abaixo:

Universidade Estadual de San Diego – SDSU/Califórnia), sob a coordenação do Prof. Bidarra, com o acompanhamento das Professoras Kaminski e Valerie Sutton (criadora do *SignWriting* e fundadora do Center for Sutton Moveent Writing, patrocinador do Sutton *SignWriting* e Sutton *DanceWriting*), e do Prof. Stephen E. Slevinski Jr (projetista e desenvolvedor dos aplicativos: *SignWriting*, *SignPuddle* e *SignMaker* e codificador do International *SignWriting* Alphabet - ISWA)

Figura 15 – Vários sinais CASA em SignWriting que aparece no site SignPuddle.

15a – Sinal Casa (padrão)



Source: SignNet Project 2000; <http://www.acessobrasil.org.br/libras/>
 Search location: [exact](#) or [approximate](#)
 Search symbols: [exact](#) or [base](#)
 SWU: 
 Sign data: [other formats](#)
 Modificado: March 12, 2012 19:45 UTC
 Puddle página 210

15b - Sinal Casa (padrão)



Source: Libras Escrita (www.librasescrita.com.br)
 Search location: [exact](#) or [approximate](#)
 Search symbols: [exact](#) or [base](#)
 SWU: 
 Sign data: [other formats](#)
 Modificado: July 11, 2014 18:16 UTC
 Puddle página 5194

15c - Sinal Casa (padrão)

casa
casaals



Search location: [exact](#) or [approximate](#)

Search symbols: [exact](#) or [base](#)

SWU:

Sign data: [other formats](#)

Modificado: November 09, 2015 16:10 UTC

Puddle página 7322

15d - Sinal Casa ou Morar (não-padrão)

morar
casa, morarals



Source: Ampessan

Search location: [exact](#) or [approximate](#)

Search symbols: [exact](#) or [base](#)

SWU:

Sign data: [other formats](#)

Modificado: March 01, 2016 00:32 UTC

Puddle página 8196

15e - Sinal Casa (não-padrão)

casa



Source: João Pessoa

Search location: [exact](#) or [approximate](#)

Search symbols: [exact](#) or [base](#)

SWU:

Sign data: [other formats](#)

Modificado: October 05, 2016 12:45 UTC

Puddle página 10915

15f - Sinal Casa (não-padrão)

casa



Source: Débora Ribeiro Ayres

Search location: [exact](#) or [approximate](#)

Search symbols: [exact](#) or [base](#)

SWU: 010 010 010 042 010 010 042 010 010 045 010 010
803 910 912 108 888 901 102 905 900 241 887 884

Sign data: [other formats](#)

Modificado: August 22, 2018 12:29 UTC

Puddle página 20107



Como vemos, os sinais 5a, 5b e 5c são padrões de acordo com o dicionário Cappovilla (2017), porque têm os asteriscos que indicam toque. O sinal 5d há apenas um sinal de asterisco (*) que indica o toque. Esse é um exemplo de variação linguística comum na Libras. Já o sinal 5e não tem o asterisco que indica o toque (*). Esse sinal está escrito de forma inadequado e não pode ser entendido e não tem sentido. O sinal em 3f mostra as duas mãos espremidas, que não tem como fazer o toque, porque as mãos já estavam colocadas. Esse é exemplo de escrita que está em desacordo com a estrutura linguística dos sinais da Libras no *SignWriting*.

5.2 Ações para implementar e difundir o Sistema de Escrita de Sinais *SignWriting*

Discutimos aqui algumas propostas de ações para implementar a escrita de sinais em diversos contextos para a comunicação dos surdos. Apresentamos a ação, acompanhada de citações de leis ou pesquisas que demonstram a necessidade e os direitos da pessoa surda. Essas pesquisas e legislação já demonstram a necessidade de que as pessoas surdas tenham acesso a um sistema escrito de sinais da Libras.

Ação 1: Oficializar o sistema *SignWriting* como único sistema a ser utilizado para a escrita da Libras no Brasil.

Visto que há quatro sistemas de escrita de sinais no Brasil, essa ação argumenta pela implementação de apenas um único sistema de escrita de sinais. Assim, deve-se oficializar o sistema *SignWriting*, considerando sua difusão e os posicionamentos dos professores surdos analisados nas entrevistas anteriormente. A escolha de um único sistema possibilita a viabilidade para se implementar, difundir, ensinar e ter acesso ao conhecimento por toda a comunidade surda no Brasil. A pesquisa de Sousa, Garcia e Lima (2019) também reforça que há vários cursos de Letras: Libras no Brasil que usam o sistema *SignWriting*. Por isso, a importância de se oficializar esse sistema para a escrita da Libras.

De acordo com o documento dos surdos de referência brasileiros, publicado pela Febrapils (2018), o grupo de trabalho de surdos de referência propõe que o sistema *SignWriting* seja oficializado no Brasil.

O sistema de escrita *SignWriting* é indicado como sistema oficial de escrita da Libras, pois desde 1996, temos registros de uso desta escrita aplicados à Libras em diferentes espaços educacionais. [...] Essa escrita pode proporcionar acessibilidade e condições para que o surdo falante de Libras acesse a escrita relacionada diretamente à Libras, ampliando sua capacidade de interação com o texto. O letramento que inclui a escrita de sinais favorece também o letramento na Língua Portuguesa.

[...]

Considerando a necessidade de se reconhecer esse sistema como a temia de escrita das Comunidades Surdas brasileira, solicitamos uma política que promova a inclusão deste sistema na educação bilíngue. (2018, p. 14)

Além disso, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos da Unesco (1996), determina, em seu Artigo 24.º, que

Todas as comunidades linguísticas têm direito a decidir qual deve ser o grau de presença da sua língua, como língua veicular e como objecto de estudo, em todos os níveis de ensino no interior do seu território: pré-escolar, primário, secundário, técnico e profissional, universitário e formação de adultos.

Desta forma, a comunidade surda também possui o direito à escrita da Libras no sistema que melhor lhe convém. Por isso, argumentamos em favor de oficializar, implementar e difundir o sistema *SignWriting* para a escrita da Libras.

Nesse sentido também, Stumpf e Linhares (2021) argumentam que

Cada país tem a própria Língua de Sinais, e o SW é um sistema de escrita de sinais considerado o mais difundido internacionalmente. Sutton-Spence (1998) o descreve como um sistema global. Não é por acaso que foi inventado num momento em que o mundo inteiro está se unindo, aprendendo uns com os outros e se beneficiando de uma comunicação global. O sistema de escrita *SignWriting* é usado por diferentes sinalizantes, assim como o sistema alfabético latino também é o mais difundido internacionalmente, abarcando diferentes línguas orais. (STUMPF; LINHARES, 2021, p. 127)

Desta forma, por se tratar do sistema mais difundido no mundo e no Brasil, ações para oficializar, implementar e difundir esse sistema podem ser viabilizadas no país. Além disso, como apontado nas pesquisas de Wanderley (2017), Moraes (2016), Nobre (2011) e Soares (2022), o sistema *SignWriting* é flexível e aberto, possibilitando ajustes às especificidades da Libras, bem como favorece a economia na escrita.

Stumpf e Linhares (2021) defendem a necessidade de reconhecimento desse sistema com único para a escrita de sinais da Libras:

Ao considerar a necessidade de se reconhecer esse sistema como a forma de escrita da comunidade surda brasileira, é preciso maior estímulo na formação de profissionais de escrita de sinais pelo sistema SW, bem como a criação de estratégias de ensino-aprendizagem e tradução de materiais por esse sistema e o investimento em pesquisas para a criação de softwares que favoreçam sua viabilidade. (STUMPF; LINHARES, 2021, p. 129)

Assim, alinhado à oficialização desse sistema, deve-se considerar ações que possibilitam implementar e difundir esse sistema nos diversos contextos de uso da Libras. Desta forma, formação de professores e a educação bilíngue de surdos são as primeiras áreas a terem incentivos para que as políticas linguísticas em escrita de sinais sejam devidamente implementadas no Brasil.

Ação 2: Implementar o sistema *SignWriting* no currículo da educação infantil ao ensino superior, na educação bilíngue de surdos, em escolas polos com classes bilíngues, sempre que houver alunos surdos matriculados, bem como no ensino de Libras L2 para ouvintes.

É importante que os professores surdos e ouvintes conheçam o sistema SW para a educação de surdos em todos os níveis. De acordo com Stumpf e Linhares (2021),

A escrita de sinais, mais uma vez, é uma importante forma de registro da Língua de Sinais, seja no papel ou no computador. Como tipo de registro, assim como o vídeo, a escrita de sinais representa uma Língua de Sinais. A leitura e a escrita são práticas sociais sumariamente importantes para o desenvolvimento da cognição humana. Juntas, promovem o desenvolvimento do intelecto e da imaginação, sobretudo, a aquisição do conhecimento. (STUMPF; LINHARES, 2021, p. 127)

Por isso, os surdos conseguem desenvolver melhor o conhecimento se tiver escrita de sinais desde os primeiros anos escolares. A leitura e escrita em *SignWriting* é importante para o desenvolvimento cognitivo para aquisição do conhecimento. Então, em qualquer contexto de educação de surdos, a escrita de sinais deve estar presente para favorecer a aprendizagem. Além disso, no ensino superior, as disciplinas de fonologia, morfologia e sintaxe necessitam incluir o sistema *SignWriting* para entender bem a estrutura dos sinais, bem como para uma análise linguística mais detalhada da Libras.

Stumpf e Linhares (2021) afirmam que

A educação bilíngue para pessoas surdas ensina por meio de duas línguas: uma de modalidade visual-espacial baseada nas experiências visuais, em sua forma sinalizada/escrita; e outra de modalidade oral-auditiva em sua forma escrita. Mas destaca-se que essas línguas, de modalidades distintas, são utilizadas separadamente. A Língua de Sinais é a língua natural do surdo, e serve de suporte a todas as suas aprendizagens. Mais uma vez, a escrita de sinais, por

sua natureza, permite construir uma forma de comunicação por símbolos que são usados para registrar visualmente uma língua. Em se tratando das línguas de sinais, elas já são línguas visuais. Pode-se dizer, então, de maneira mais específica, que a escrita de Libras usa símbolos visuais e gráficos (grafema, caracteres). Normalmente, para compreender com sucesso o texto escrito, é preciso entender pelo menos um pouco da língua que é representada graficamente. (STUMPF; LINHARES, 2021, p. 127)

O sistema SW é importante para a aprendizagem dos surdos, porque é visual, possui expressões faciais, que são fundamentais na Libras e, por isso, se adequa naturalmente à estrutura gramatical da Libras. Ao contrário, a escrita da língua portuguesa apresenta diferenças linguísticas em relação à Libras. Stumpf e Linhares (2021) discutem que

Essa escrita visual (SW) foi desenvolvida pela norte-americana Valerie Sutton, como uma escrita que possibilita grafar as línguas de sinais, ou seja, línguas de modalidade visuoespacial, por contemplar os parâmetros de realização dos sinais: configuração de mãos, expressão facial e corporal, localização espacial, direcionalidade e movimento. Essa escrita pode proporcionar acessibilidade e condições para que o surdo falante de Libras se desvincule do processo de tradução da escrita de uma língua oral para a Língua de Sinais e vice-versa, ampliando sua capacidade de interação com o texto, possibilitando que se torne letrado na língua falada por ele. Com base nesse argumento, pode-se perceber novamente a importância do SW, pois restringir os surdos da oferta de uma leitura com textos que se fundamentam na modalidade gesto-visual é limitá-los acerca do acesso a um sistema de escrita capaz de oferecer um universo de informações. (STUMPF; LINHARES, 2021, p. 128)

Por isso, o aprendizado da Libras simultaneamente com a escrita de sinais estimula a compreensão textual, fazendo com que os surdos não tenham que usar sempre a tradução em textos entre as modalidades visual e espacial e oral-auditiva. Conforme Capovilla (200), a escrita de sinais possibilita que o surdo consiga *pensar, ver, sinalizar, ler e escrever* em sua própria língua, garantindo a continuidade dos processos cognitivos em Libras.

A Lei 14.191 de 3 de agosto de 2021, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Esta lei conceitua a educação bilíngue de surdos da seguinte forma:

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de

Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos. (BRASIL, 2021)

Nesse sentido, na educação bilíngue de surdos deve estar presente o ensino de escrita de sinais junto com a Libras que deve se estender ao longo da vida. Em relação ao currículo, o Art. 79-C, § 2º, da Lei 14.191 de termina que

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos no Plano Nacional de Educação, terão os seguintes objetivos:

[...]

III - desenvolver currículos, métodos, formação e programas específicos, neles incluídos os conteúdos culturais correspondentes aos surdos; (BRASIL, 2021)

Desta forma, os currículos de educação bilíngue de surdos devem ser pensados na perspectiva surda, incluindo a Libras e a escrita de sinais para o desenvolvimento do conhecimento da criança surda em Libras. Stumpf (2005), em sua pesquisa de doutorado, comprova que a escrita de sinais estimula o conhecimento e o acesso à informação em Libras, melhorando também o aprendizado do português escrito como segunda língua pelos surdos.

Por exemplo, muitos surdos têm usado o sistema *SignWriting* como suporte quando não sabem uma palavra em português. A pesquisa de Araújo (2019) faz uma análise de como os alunos do curso de Letras: Libras usam o *SignWriting* como suporte para o aprendizado e para substituir palavras que não conhecem em português.

Figura 16 – *SignWriting* como Suporte de Leitura de textos escritos em português

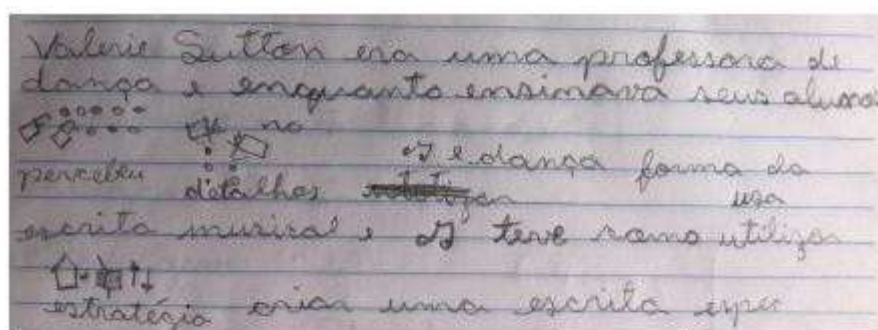


Figura 1 – Caderno de aluno surdo tem registrado em português, quando não sabe palavra significa usa o sistema de SignWriting no lugar de palavra.
Fonte: O caderno do aluno surdo (2018)

Na figura 2², é o mesmo exemplo, apesar de não tem escrita de português no suporte em cima de escrita de SignWriting.

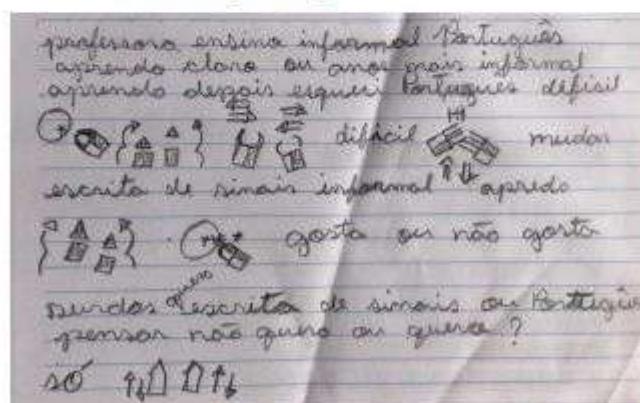


Figura 2 – Caderno de aluno surdo tem registrado em português e SignWriting, sem suporte no lugar de português.
Fonte: O caderno do aluno surdo (2018)

Fonte: Araújo (2019)

A pesquisa de Araújo (2019) demonstrou como os surdos usam o sistema SignWriting como suporte para a leitura de textos em português, principalmente quando não sabem a palavra em português ou quando aprendem uma palavra nova. Os entrevistados na pesquisa de Araújo (2019) relatam que, sempre que não sabem uma palavra ou esquecem uma palavra em português, utilizam o sistema SignWriting para não perder a informação. Segundo a autora (2019),

é difícil lembrar as palavras porque não tem visual, às vezes podemos esquecer algumas palavras. Além de palavra complexa, sendo assim que precisamos desenvolver a escrever e procurar contato mais em português, principalmente escrever através de escrita de sinais, acompanha em sua língua segunda para praticar. (2019, p. 11)

Assim, o *SignWriting* é importante para os alunos surdos aprenderem e desenvolverem a escrita em português como segunda língua. Stumpf (2005) faz a mesma consideração em sua pesquisa sobre o ensino de *SignWriting* junto com o português escrito.

Ação 3: Promover a formação de professores qualificados com domínio do sistema *SignWriting*.

O ensino de *SignWriting* exige professores bem qualificados para ensinar esse sistema de forma eficiente. Desta forma, a lei 14.191/2021 destaca que

Art. 60-B. Além do disposto no art. 59 desta Lei, os sistemas de ensino assegurarão aos educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas materiais didáticos e professores bilíngues com formação e especialização adequadas, em nível superior. (BRASIL, 2021)

Assim, é preciso a formação de professores qualificados, bem como a criação de materiais didáticos em escrita de sinais para estimular a aprendizagem da criança surda.

O Art. 79-C, § 2º da Lei 14.191 de termina que os Plano Nacional de Educação deve “II – manter programas de formação de pessoal especializado, destinados à educação bilíngue escolar dos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas”. (BRASIL, 2021).

Por exemplo, pode-se ofertar uma pós-graduação (especialização) em Libras e Escrita de Sinais para formar melhores profissionais que atuam na educação bilíngue de surdos. Isso pode acontecer não só para professores de Libras, mas também para professores de todas as disciplinas do currículo como história, geografia, ciências, arte, literatura, português L2 e outras.

Ação 4: Elaborar, publicar e garantir o acesso de materiais didáticos em *SignWriting* para as pessoas surdas e surdocegas desde a educação infantil até o ensino superior.

Há pouca produção de materiais didáticos em Libras e em SW. Por isso, é necessário estimular a criação de materiais didáticos em *SignWriting* para o ensino bilíngue de surdos. O Art. 79-C, § 2º da Lei 14.191/2021, determina que o sistema público de ensino e governos devem: “IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático bilíngue, específico e diferenciado.” (BRASIL, 2021). Dessa forma, é precisa a criar e adaptar materiais didáticos para crianças surdas, e também para crianças surdocegas. É possível criar materiais em SW para surdocegos em papel em e.v.a com glitter, que podem tocar o papel criando a percepção em relevo destacando os glifos pretos, enquanto que os glifos brancos são em papel fino.

Nesse sentido, Stumpf e Linhares (2021) afirmam que

A escrita de sinais também pode originar materiais pedagógicos adaptados para auxiliar surdocegos na aprendizagem. Nesse caso, é possível tocar o material impresso em tipo 3D ou em relevo. Compreende-se que o braille e a escrita de sinais são sistemas distintos, sendo o braille um código que representa a escrita de uma língua oral, nesse caso o alfabeto latino, e a escrita de sinais um sistema que registra uma Língua de Sinais, sua estrutura visual e seus parâmetros. (STUMPF; LINHARES, 2021, p. 127-128)

Desta forma, os materiais didáticos em *SignWriting* podem ser usados na educação bilíngue de surdos e surdocegos para o desenvolvimento escrita da Libras e para favorecer o aprendizado de português escrito. Precisa respeitar o direito dos surdocegos para a educação bilíngue melhor para poder ter acessibilidade em textos escritos em SW.

Ação 5: Promover o registro da cultura, literatura, memória e história do povo surdo em escrita de sinais

Desta forma, a escrita de sinais pode ser uma das formas que favoreçam o registro da cultura, literatura, memória e história do povo surdo. O Art. 78-A., inciso I, da Lei 14.191/2021 determina que os sistemas de ensino devem “I - proporcionar aos surdos a recuperação de suas

memórias históricas, a reafirmação de suas identidades e especificidades e a valorização de sua língua e cultura”. (BRASIL, 2021). A cultura surda se fortalece se tiver produções culturais, literárias e históricas em escrita de sinais, criando sentimento de identidade surda. Desta forma, Costa (2018) e Leão (2019a) apresentam algumas obras de Literatura Surda que foram produzidas em *SignWriting*:

Tabela 13 – Livros literários produzidos com sistema *SignWriting* (até 2017)

N.	Nome do Título	Autores	Ano e local de publicação	Editoras
01	UMA MENINA CHAMADA KAUANA	Strobel, K.	1997/ Rio de Janeiro	Feneis/RJ
02	CINDERELA SURDA	Karnoop, L. B. Hessel, C. e Rosa, F.	2003/ Canoas RS	ULBRA
03	RAPUNZEL SURDA	Karnoop, L. B. Hessel, C. e Rosa, F.	2003/Canoas RS	ULBRA
04	ADÃO E EVA	Equipe Projeto é Legal	2003/ Porto Alegre RS	Feneis RS
05	IVO	Equipe Projeto é Legal	2003/ Porto Alegre	Feneis RS
06	CACHOS DOURADOS	Equipe Projeto é Legal	2003/ Porto Alegre	Feneis RS
07	ARVORE SURDA	Equipe Projeto é Legal	2003/ Porto Alegre	Feneis RS
08	VIVA AS DIFERENÇAS	Equipe Projeto é Legal	2003/ Porto Alegre	Feneis RS
09	A CIGARRA SURDA E AS FORMIGAS	Boldo, J. & Oliveira, C. E.	2004/Erechim RS	Sem local
10	DAVI	Ribeiro, S.	2006/ Taboão da Serra	Casa da Cultura Surda
11	NOE	Ribeiro, S	2006/ Taboão da Serra	Casa da Cultura Surda
12	MANOELITO: O palhaço tristonho	Rizzi, A.	2009/ Porto Alegre	Autora
13	O FEIJÃOZINHO SURDO	Kuchenecker, L.G.	2009/ Canoas RS	ULBRA
14	MANOELITO: SOL E AS OVELHAS	Rizzi, A.	2011/ Porto Alegre	Autora
15	OS MISTÉRIOS DO JARDIM DE MIMI E LULU	Alessandra Ayres	2015/ Porto Alegre RS	Conceito
16	NEGRINHO E SOLIMÕES	Tatyana Sampaio Monteiro	Manaus/AM	Autora

Fonte: Dissertação de Gésica Suellen Sobrinho Costa (2018, pp. 44-45)

Tabela 14 – Livros literários produzidos com sistema *SignWriting* (2019)

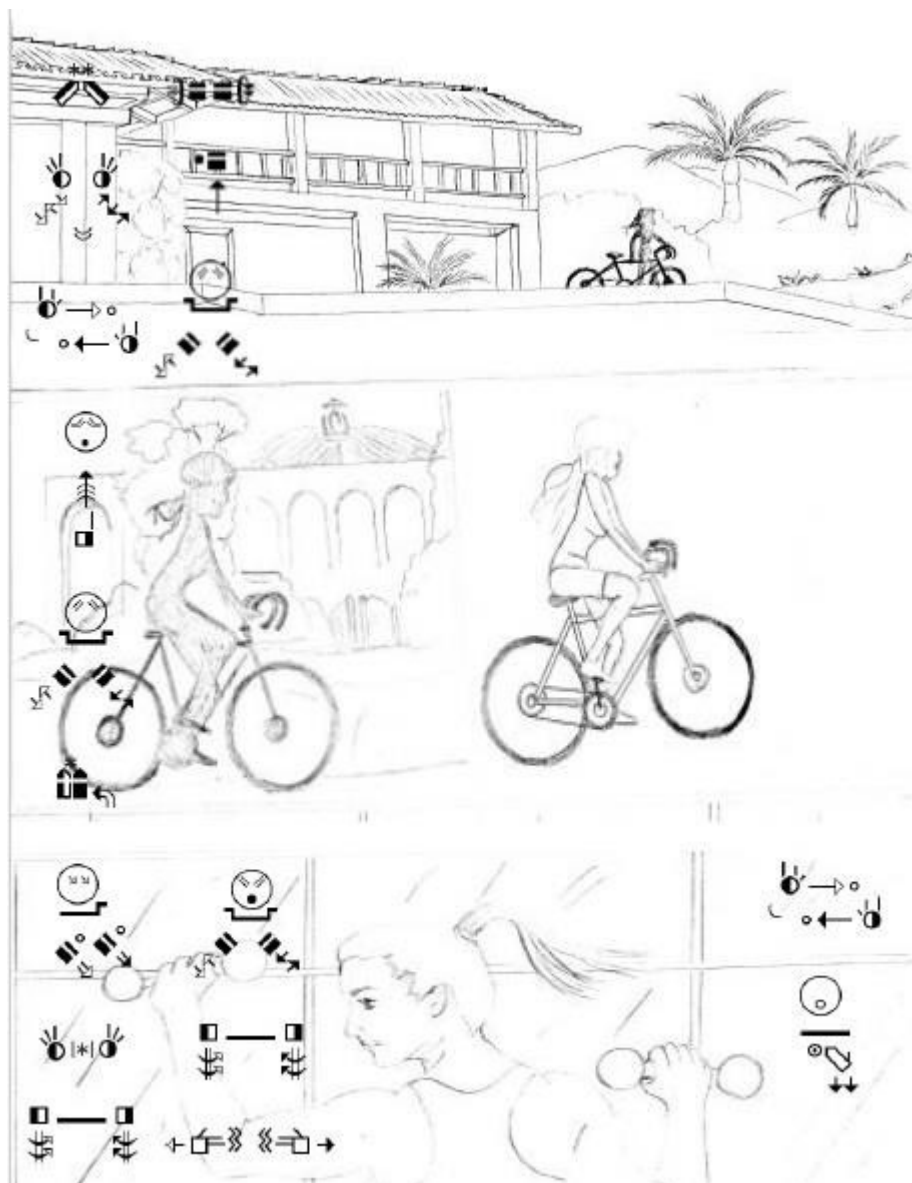
N.	Nome do Título	Autores	Ano e local de publicação	Editoras
1	ONZE HISTÓRIAS E UM SEGREDO	Taísa Aparecida Carvalho Sales (Org.)	Manaus/AM	Dalmir Pacheco de Souza
2	Antônio, O Viajante	Melânia de Melo Casarim e Raquel Buriol	Sem informação ²⁶	Sem informação
3	“Ser”	Kácio de Lima Evangelista	2018/Fortaleza	s.n.

Fonte: Dissertação de Mestrado de Renato Leão (2019a, p. 65)

Desta forma também, há produções literárias diversas, assim como produções artísticas de surdos. Um exemplo em escrita de sinais é o Gibi produzido em *SignWriting* por Cordeiro (2019):

²⁶ Essa obra foi publicada com recurso público e não foi disponibilizado à venda, mas apenas doada para bibliotecas de escolas públicas que não possuem um sistema de busca de biblioteca integrado à rede mundial de computadores.

Figura 17 – Gibi em *SignWriting*



Fonte: Cordeiro (2019)

O artista Cordeiro (2019) produziu os desenhos e escreveu o roteiro deste exemplo de Gibi em *SignWriting*. O *design* do Gibi foi todo realizado no computador pelo próprio artista. Desta forma, produções artísticas e literárias são importantes artefatos da cultura surda que podem ser escritas em *SignWriting*.

Ação 6: Garantir o acesso ao conhecimento científico e à informação por meio de publicações bibliográficas em livros e artigos, também rótulos, placas e cartazes em *SignWriting*

Faz-se necessário que a comunidade surda tenha acesso ao conhecimento em Libras e em escrita de sinais. Desta forma, o sistema *SignWriting* é uma escrita que possibilita a difusão e o acesso ao conhecimento. Por isso, precisa haver publicações em escrita de sinais. De acordo com o Art. 78-A., inciso II, da Lei 14.191/2022 estabelece que os governos devem “garantir aos surdos o acesso às informações e conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades surdas e não surdas.” (BRASIL, 2021). Assim, esse acesso pode ser em vídeo-registro ou em *SignWriting*.

A Lei Brasileira de Inclusão, N° 13.146/2015, afirma que

Art. 68. O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação.

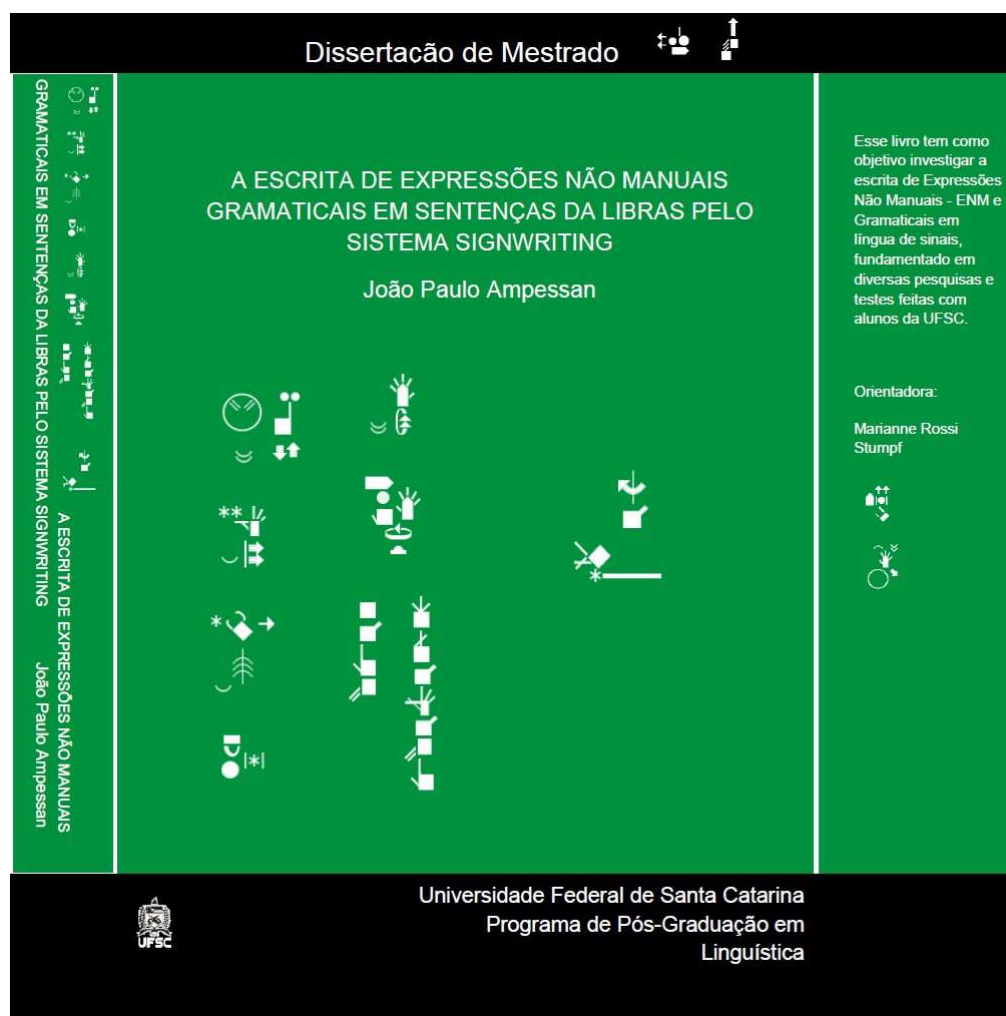
[...]

§ 3º O poder público deve estimular e apoiar a adaptação e a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em Libras. (BRASIL, 2015)

Então, é importante que as publicações de artigos científicos e outras produções sejam acessíveis em *SignWriting* para toda a comunidade surda. Quanto mais a comunidade surda tiver informações na sua língua em vídeo-registro ou em SW, melhor será para o desenvolvimento, evitando prejuízos no acesso à informação e ao conhecimento para os surdos.

A dissertação de Ampessan (2015), **A escrita de expressões não manuais gramaticais em sentenças da Libras pelo sistema *SignWriting***, é escrita em português e em *SignWriting*.

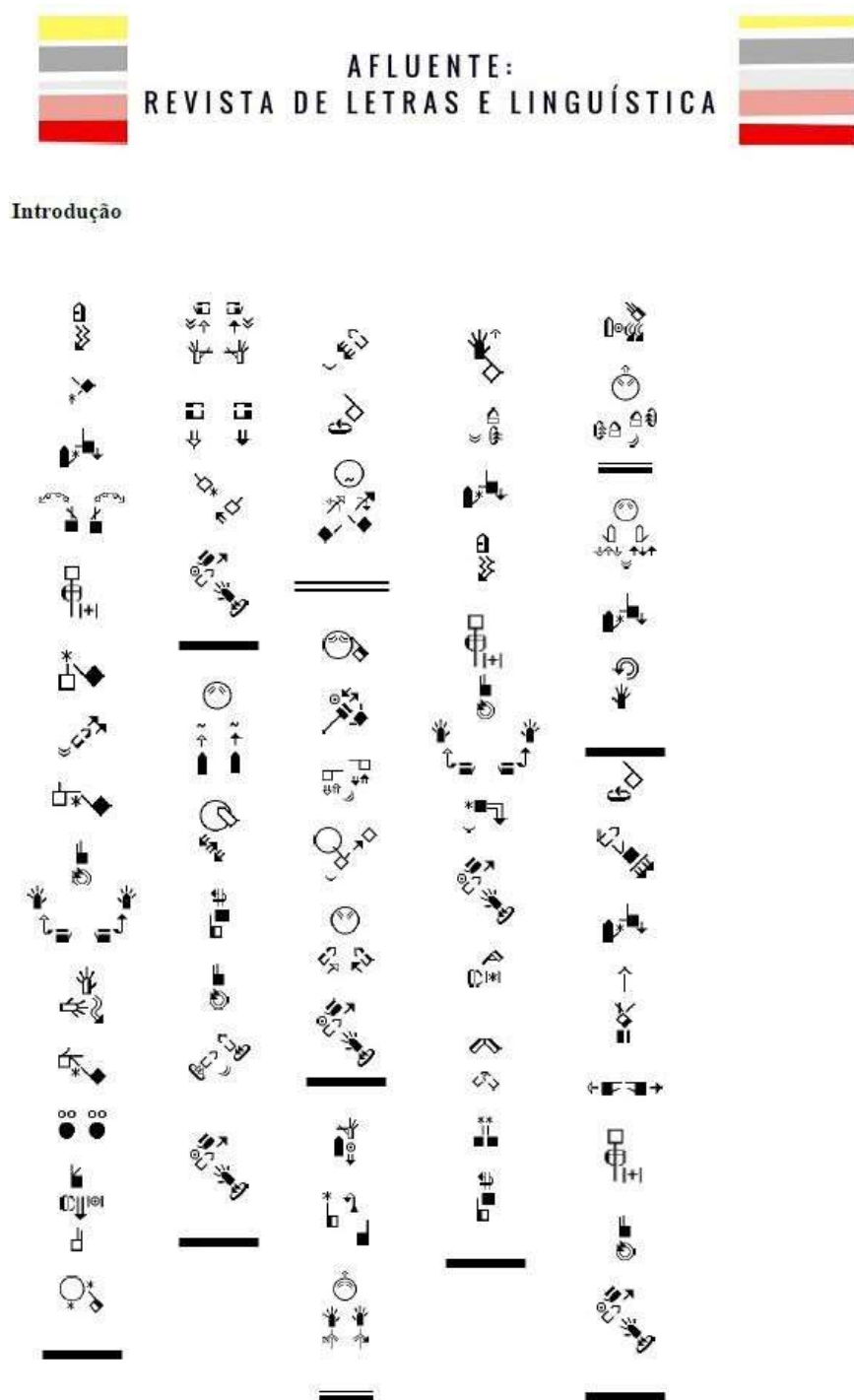
Figura 18 – Capa de Dissertação de Mestrado em SW



Fonte: Ampessan, 2015 (capa da dissertação)

Há também exemplos de artigos que podem ser publicados em *SignWriting*, facilitando a difusão do conhecimento em escrita de sinais da Libras. No exemplo a seguir, mostramos um artigo de Carneiro e Leão (2019), intitulado Bases Legais para Políticas Linguísticas em Escritas de Sinais.

Figura 19 – Artigo em Escrita de Sinais



BASES LEGAIS PARA POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM ESCRITA DE SINAIS
Afluente, UFMA/Campus III, Dossiê Especial, p. 10-26, 2019 ISSN 2525-3441

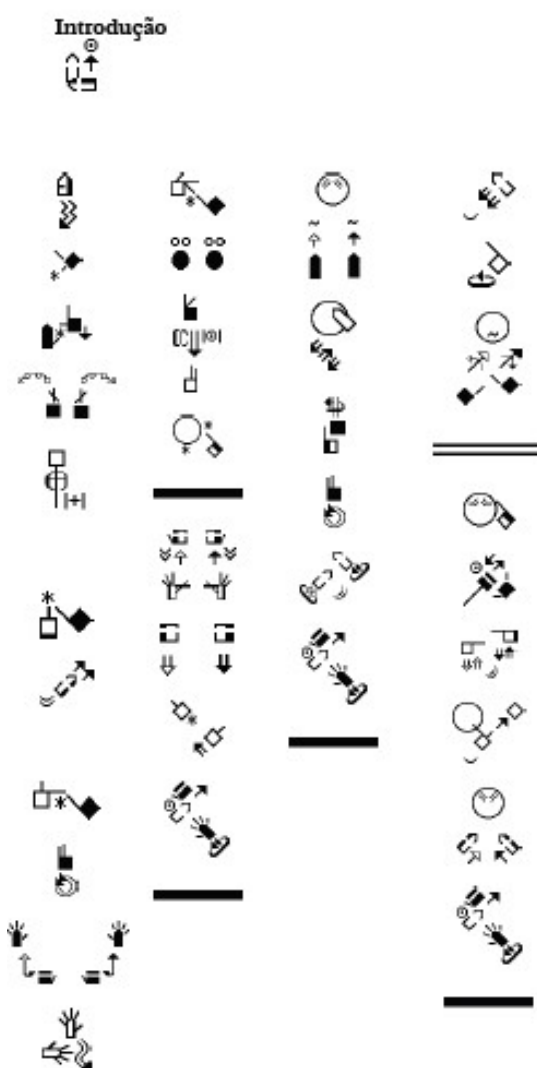
Fonte: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/afluente/article/view/11687>

Desta forma, é possível produzir conhecimento em SignWriting para a difusão do conhecimento e da informação para a comunidade surda.

Outro exemplo, é a produção de capítulo de livro em *SignWriting*. O capítulo é intitulado *Por uma política linguística em escrita de sinais no Tocantins*, produzido por Leão (2019b), conforme se observa na Figura 20:

Figura 20 – Capítulo em escrita de sinais em *SignWriting*

Bruno Gonçalves Carneiro, Renato Jefferson Bezerra Leão e Roselba Gomes de Miranda



De acordo com a **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**, seu Artigo 50.º:

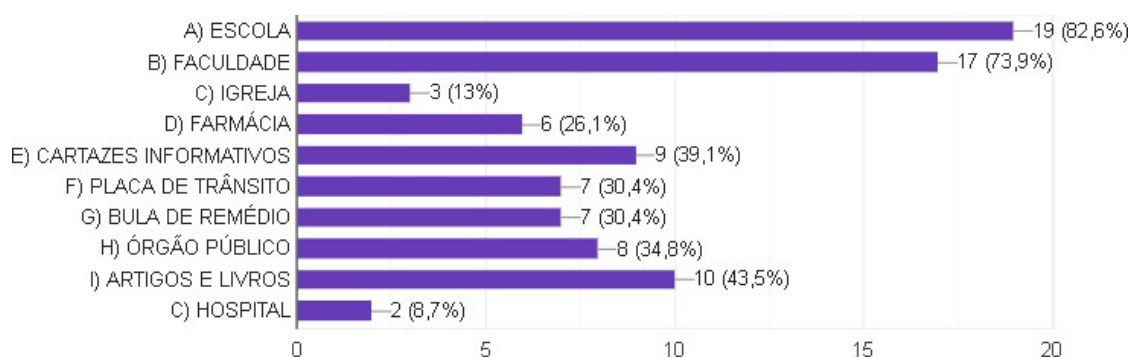
1. Todas as comunidades linguísticas têm direito a uma presença predominante da sua língua na publicidade, na rotulagem, na sinalização exterior e na imagem do país em geral.
2. No território da comunidade linguística, todos têm o direito de obter na sua língua uma informação completa, tanto oral como escrita, sobre os produtos e serviços propostos pelos estabelecimentos comerciais do território, como por exemplo, as instruções de utilização, os rótulos, as listas de ingredientes, a publicidade, as garantias e outros.
3. Todas as indicações públicas relativas à segurança dos cidadãos devem ser expressas na língua própria da comunidade linguística e em condições não inferiores às de qualquer outra língua. (UNESCO, 1996)

Assim, o acesso ao conhecimento e a informação completa na forma oral (sinalizada) e também escrita, no caso da comunidade surda, precisa ser em escrita de sinais. Desta forma, as informações científicas podem ser publicadas em artigos, livros e capítulos em SW, e as informações gerais em rótulos, cartazes e bula de remédio. No caso da bula de remédio, pode haver um QR-Code que dá acesso a um site com acesso em Libras e em escrita de sinais. Isso é necessário para que os surdos tenham a informação completa sobre remédios e procedimentos de usos de forma correta. Leão (2019a) já afirma que é necessário que os surdos tenham acesso ao conhecimento em escrita de sinais nos seguintes contextos:

é possível perceber que os surdos têm consciência da necessidade de escrita de sinais em três contextos importantes da sociedade: no ensino, como em escolas, faculdades, publicação de artigos e livros; na área da saúde, como hospital, farmácia, bulas de remédio para orientar e ajudar a comunidade surda com informações seguras para a sua saúde; e em locais públicos e religiosos, como igreja, placas de trânsito, cartazes, órgãos públicos, além de vários outros que não mencionei nessa pesquisa. De todos esses contextos, de acordo com os dados do gráfico 9, os informantes surdos estão preocupados, em primeiro lugar, com a educação de surdos; em segundo lugar, faculdades, artigos, livros e em locais públicos; e, por fim, na área da saúde. Portanto, são necessárias leis e planejamento linguísticos para resolver essa carência e garantir a escrita de sinais nesses contextos. (LEÃO, 2019a, p. 53).

De acordo com Leão (2019a), na pesquisa realizada por meio de um questionário no Google, os surdos responderam da seguinte forma:

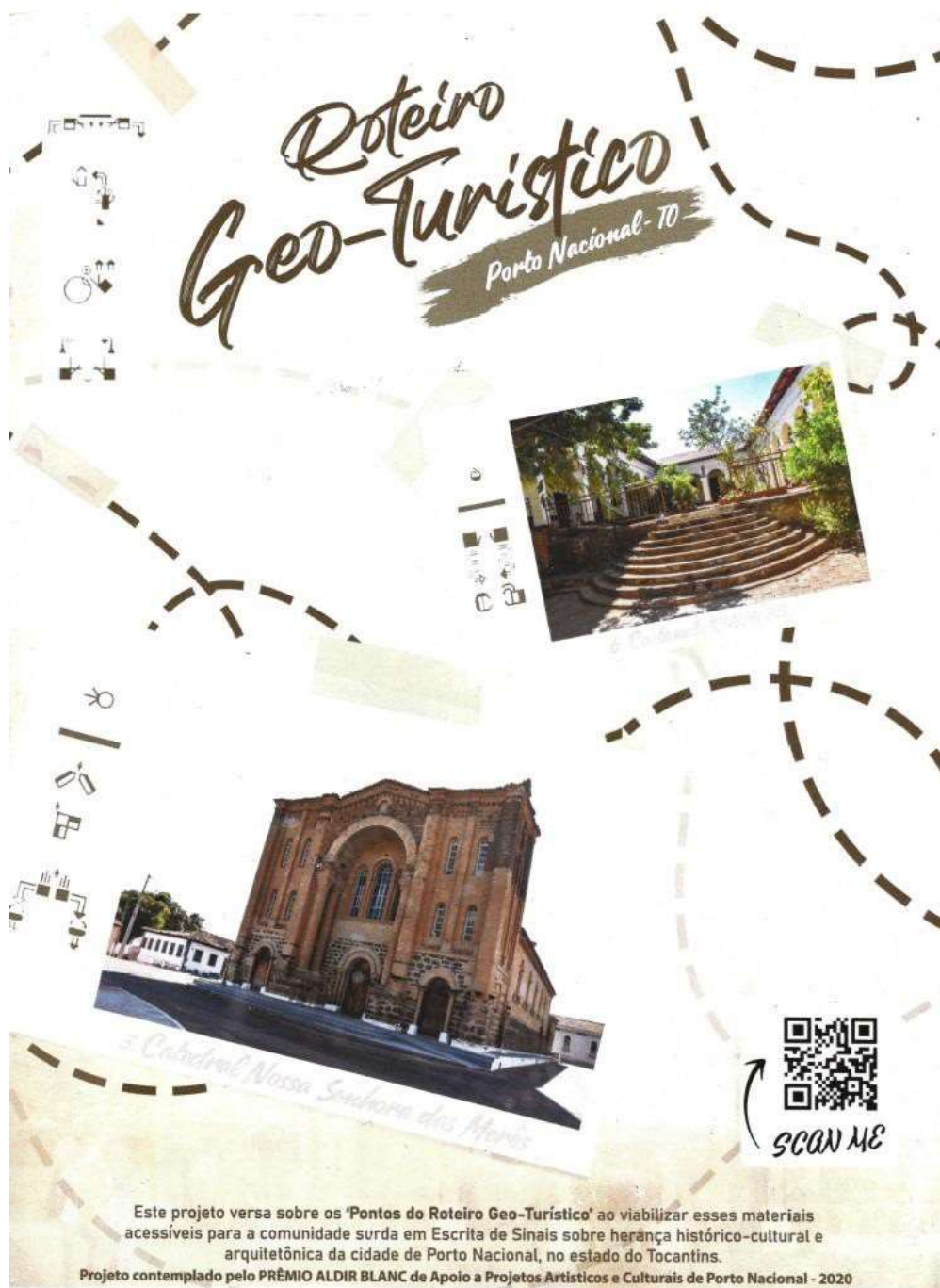
Gráfico 1 – Locais de acesso à informação em Escrita de Sinais



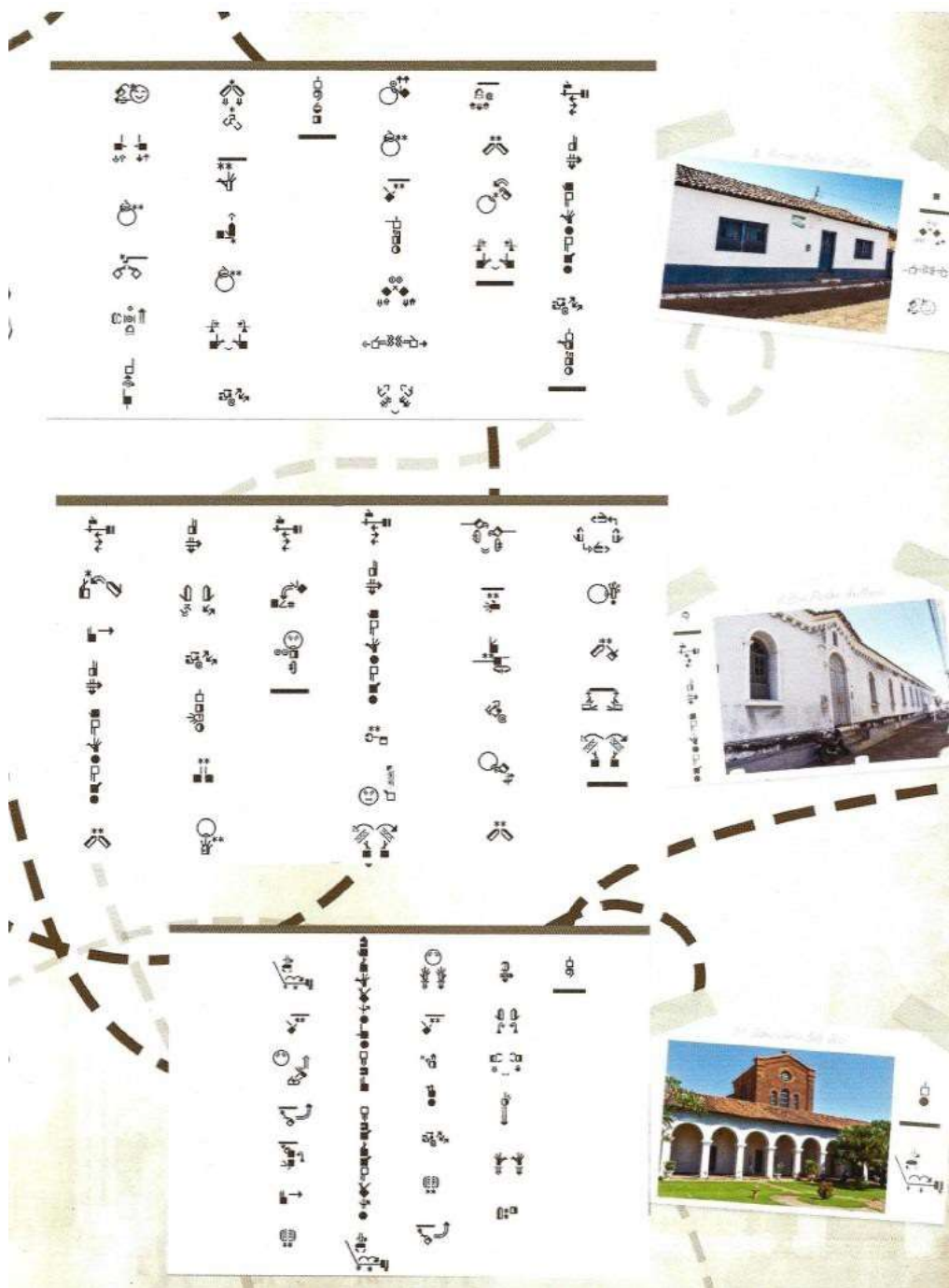
Fonte: Leão (2019a, gráfico 9, p. 52)

Assim, precisa aumentar o acesso à informação em escrita de sinais para que os surdos consigam ter atendimento em locais públicos com comunicação escrita clara. Nesse sentido, o Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional é um exemplo de como a informação sobre os principais locais históricos da cidade podem ser acessados em *SignWriting*, como podemos ver a seguir:

Figura 21 – Capa do Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional - TO



Fonte: Folder do Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional – TO



Fonte: Folder do Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional – TO

O folder completo do Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional encontra-se disponível no Instagram, no link https://www.instagram.com/p/CXd58ROrmDu/?img_index=1

Figura 22 – Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional Divulgado no Instagram



Fonte: https://www.instagram.com/p/CXd58ROrmDu/?img_index=5

Desta forma, informações históricas importantes sobre a cidade de Porto Nacional podem ser facilmente acessadas em *SignWriting*. O material foi produzido pela professora surda Ma. Gabriela Otaviani Barbosa e pelo bolsista surdo Paulo César Ferreira Guimarães, ambos do curso de Letras: Libras da Universidade Federal do Tocantins – UFT. Segundo Balsan, Lima, Ribeiro, Barbosa e Ferraro (2020),

No ano de 2020, o projeto buscou juntamente com o curso de Letras: Libras a criação de folder em Escrita de Sinais. A título de compreender sobre a relevância da Escrita de Sinais dentro deste projeto Roteiro Geo-turístico, entende-se ser necessário esclarecer mais sobre como se pretende criar os materiais acessíveis, ou seja, é necessário especificar a respeito de um sistema de escrita de sinais *SignWriting*, mas se vê a necessidade de ampliar as traduções de Libras para escrita de sinais, pois esta se mostra uma relação equivalente com a escrita da língua portuguesa. (2020, p. 20)

Como os organizadores do Roteiro Geo-Turístico observam, a escrita de sinais equivale à língua portuguesa e possibilita criar materiais acessíveis em Libras para a comunidade surda.

Nesse sentido, outras iniciativas como este projeto podem ser criadas para que a comunidade surda tenha acesso à informação e ao conhecimento em escrita de sinais.

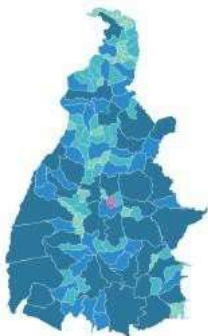
Ação 7: Promover o registro de topônimos em locais públicos para melhor acesso dos surdos ao atendimento desses estabelecimentos.

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (UNESCO, 1996) defende que todas as comunidades linguísticas têm o direito de ter seus topônimos registrados em suas línguas. De acordo com essa declaração, no Artigo 32º, “Todas as comunidades linguísticas têm direito a fazer uso dos topônimos na língua própria do território, tanto no que respeita às utilizações orais e escritas, como nos domínios privados, públicos e oficiais.” (UNESCO, 1996). Então, qualquer sinal de um topônimo precisa ser identificado em *SignWriting* para que os surdos tenham informação clara e de fácil acesso.

Sobre a toponímia em Libras, há várias pesquisas que já foram desenvolvidas. Por exemplo, Miranda (2020) faz um registro extenso dos sinais toponímicos do Estado do Tocantins. As seguir, apresentamos a ficha lexicográfica do topônimo Palmas com o sinal em SignWriting:

Figura 23 – Topônimo Palmas com Escrita de sinais

159

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA DIGITAL			
Palmas – TO			
Toponímia em Libras			
Levantamento e análise dos sinais de cidades do Tocantins			
Topônimo em Libras			
Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo			
Escrita de sinais			Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/bras-il/to/palmas/panorama
Topônimo em Português	Palmas-TO	Região Administrativa	Região Metropolitana de Palmas
Descrição do sinal	O sinal é bimanual, assimétrico e simples. As mãos estão abertas, dedos abduzidos e palmas das mãos voltadas uma para a outra. Há um movimento de contato entre as mãos, repetido.		
Morfologia	Sinal simples		
Categoria	Nativo Inicialização Soletração		
Motivação	O sinal é motivado pela tradução literal do topônimo em língua portuguesa. Neste caso, o sinal remete a “bater palmas”. Iconidade → Material Português → Calque Cultural → Grafia		
Pesquisadora	Roselba Gomes de Miranda		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Fonte Oral		
Data da coleta	1º semestre de 2019		

Fonte: Miranda (2020, p. 159)

A pesquisa de Miranda (2020) faz um levantamento e descrição linguística dos topônimos em Libras dos municípios do estado do Tocantins. Nesse sentido, pesquisas como esta dão base para a difusão da toponímia em escrita de sinais, facilitando o acesso a localidades diversas. O uso da escrita de sinais na ficha lexicográfica-toponímica é um importante registro dos sinais, que contribui para a difusão desses topônimos em escrita de sinais.

Nesse sentido também, as pesquisas de Sousa (2022) também apresentam registro dos topônimos em *SignWriting*. Desta forma, possibilitam a difusão de sinais da Libras nesse

sistema. O pesquisador criou um acervo de topônimos, intitulado Toponímia dos sinais acreanos, disponível no site do Corpus de Libras, com acesso no link <https://corpuslibras.ufsc.br/dados>.

Figura 24 – Site do acervo Toponímia dos sinais acreanos

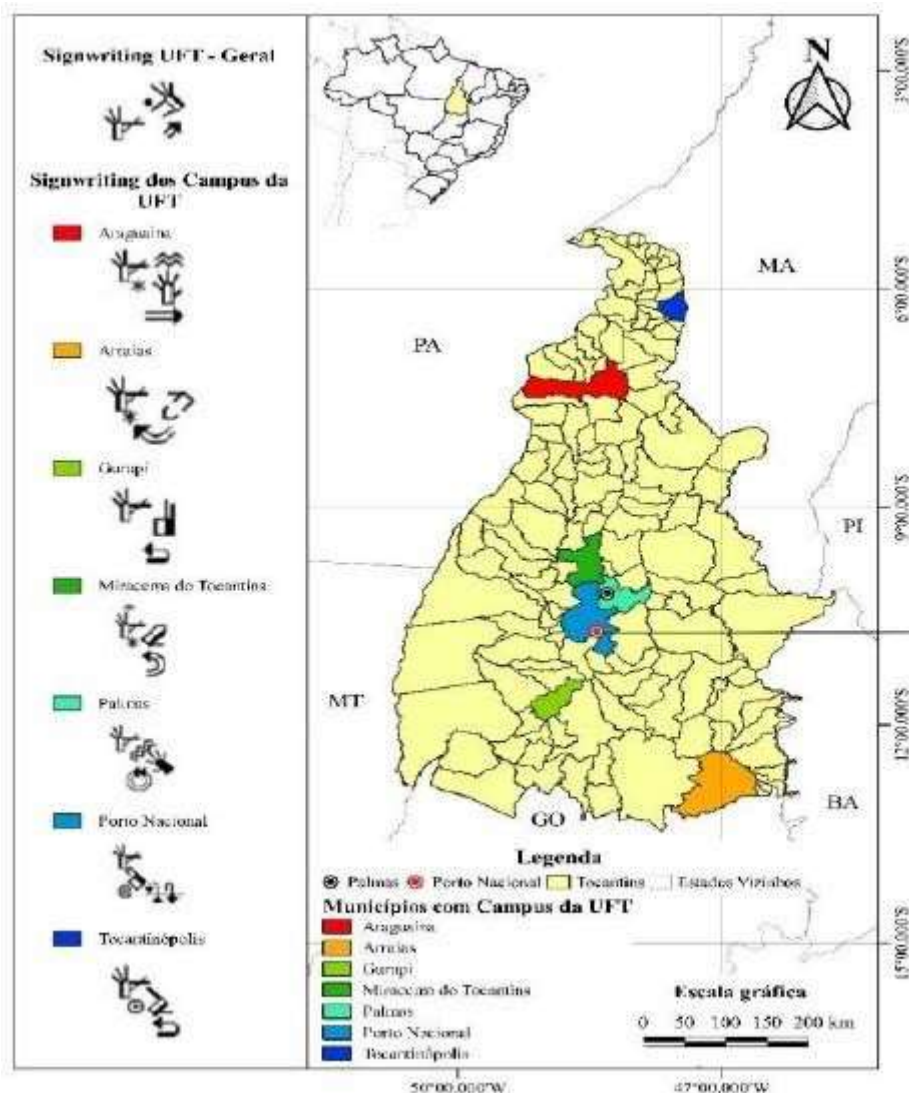


Fonte: <https://corpuslibras.ufsc.br/dados>

Nesse sentido, as pesquisas em línguas de sinais em geral podem utilizar o sistema *SignWriting* para registrar a Libras. Desta forma, a difusão do conhecimento e da informação pode ser facilmente acesso em escrita de sinais. Desta forma, placas com indicações de localidades podem circular amplamente em escrita de sinais.

A pesquisa de Souza (2022) apresenta os toponônimos de sinais dos diferentes campi da Universidade Federal do Tocantins:

Figura 25 – Mapa dos Campi da UFT e seu respectivo sinal em *SignWriting*



Fonte: Souza (2022)

A pesquisa registra os sinais dos campi da UFT, possibilitando a difusão desses topônimos de forma clara para a comunidade surda. É importante que outras pesquisas também registrem os topônimos em *SignWriting* para que sejam difundidos na comunidade surda.

Ação 8: Estimular a criação de novas tecnologias para facilitar o registro da escrita em SW em computadores, tablets e celulares.

É necessário o estímulo à criação de novas tecnologias acessíveis em escrita de sinais. Segundo Stumpf e Linhares (2021) “é preciso maior estímulo [...] o investimento em pesquisas para a criação de softwares que favoreçam sua viabilidade.” (2021, p. 129). Desta forma, a pesquisa necessita pensar mecanismos de adequação do sistema *SignWriting* em computadores, tablets, celulares e outros recursos tecnológicos para que os surdos tenham acesso ao conhecimento e à comunicação acessível em escrita de sinais.

Nesse sentido, a Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no seu Artigo 27, inciso VI, assegura que o governo deve incentivar “VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva”. (BRASIL, 2015). Desta forma, é necessário que haja incentivo à criação de novas tecnologias para que o sistema *SignWriting* possa ser utilizado e difundido amplamente pela comunidade surda. Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146/2015, determina, em seus artigos 72 e 78,

Art. 72. Os programas, as linhas de pesquisa e os projetos a serem desenvolvidos com o apoio de agências de financiamento e de órgãos e entidades integrantes da administração pública que atuem no auxílio à pesquisa devem contemplar temas voltados à tecnologia assistiva.

[...]

Art. 78. Devem ser estimulados a pesquisa, o desenvolvimento, a inovação e a difusão de tecnologias voltadas para ampliar o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias da informação e comunicação e às tecnologias sociais. (BRASIL, 2015).

É necessário que haja *softwares* disponíveis para a escrita do sistema *SignWriting*. Por isso, os governos e as agências de fomento devem apoiar o desenvolvimento de pesquisas para adaptar o sistema *SignWriting* em computadores, tablets e celulares. Por isso, centros de pesquisa e programas de pós-graduação devem desenvolver pesquisas para adaptar o sistema *SignWriting* em computadores e dispositivos digitais.

Ação 9: Promover, por parte do governo, a destinação de verbas para pesquisa, publicação de materiais didáticos, científicos e de divulgação em escrita de sinais.

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, em suas Disposições Adicionais, determina que

Os poderes públicos devem tomar todas as medidas oportunas para a aplicação, no seu âmbito de actuação, dos direitos proclamados nesta Declaração. Mais concretamente, devem disponibilizar fundos internacionais de apoio ao exercício dos Direitos Linguísticos para as comunidades manifestamente carenciadas de recursos. Assim, os poderes públicos devem proporcionar o apoio necessário à codificação, à transcrição escrita, ao ensino das línguas das diversas comunidades e à sua utilização na administração. (UNESCO, 1996).

Desta forma, a União, os estados e municípios devem prover recursos públicos para que a escrita de sinais seja difundida em diversos contextos de uso escrito da Libras para que a comunidade surda possa ter acesso à informação, educação e ao conhecimento em *SignWriting*. A disponibilização de recursos financeiros é fundamental para garantir que sejam desenvolvidas ações e iniciativas para a difusão do sistema *SignWriting* em todos os contextos de comunicação em Libras escrita.

Ação 10: Criar glossários, dicionários e Acordo Ortográfico (nos estados brasileiros), regras de pontuação em SW para implementar e promover a padronização da escrita desse sistema.

A padronização e difusão da escrita necessita da criação de dicionários, glossários e do estabelecimento de acordos ortográficos para que a forma escrita de uma língua seja difundida. Desta forma, Reagan (2010) afirma que

O tipo final de planejamento de corpus envolvendo as línguas de sinais consiste nos esforços para desenvolver sistemas ortográficos para representar tais línguas na forma escrita. Esses “sistemas de escrita de sinais” tornaram-se cada vez mais comuns e viáveis nos últimos anos, como consequência do desenvolvimento da ciência da computação. Tais esforços, embora interessantes [...], ainda não obtiveram muito apoio da comunidade

sinalizante, que universalmente usa a escrita da comunidade ouvinte majoritária como sua língua escrita. No entanto, esses esforços são úteis nas descrições linguísticas das línguas de sinais e podem ter um grande potencial para os dicionários e os livros didáticos de língua de sinais. (REAGAN, 2010, p. 169)

Desta forma, é importante que ações para a padronização da escrita de sinais sejam desenvolvidas para facilitar a difusão e o acesso ao conhecimento em *SignWriting*. Mas deve-se considerar, nesse processo, o respeito às variações linguísticas da Libras. Nesse sentido, Quadros (2017),²⁷ em Política, Planejamento Linguístico e Padronização e a Libras, discute a relação entre Libras e português na escola.

Padronização é possível e pode ser necessário para registro linguístico para a criação de dicionários e glossários, material didático em Libras. Nesses casos, é importante a padronização, mas na padronização pode também respeitar a variação linguística.

Nesse sentido, Calvet (2007) argumenta que, depois da fase de oficialização de um determinado sistema de escrita, inicia-se a fase de sua divulgação, em publicações de dicionários, materiais didáticos, ensino de escrita na educação, no caso do *SignWriting*, na educação de surdos e difusão do conhecimento no sistema de escrita usado pela comunidade surda. Desta forma,

É só depois dessa fase técnica e científica, em que a língua estará equipada no plano gráfico, que se passa à fase prática: divulgar o sistema de escrita selecionado, através de abecedários, manuais, da organização de campanhas de alfabetização, da introdução da língua recém-transcrita no sistema escolar, no meio gráfico etc. (CALVET, 2007, p. 64)

De acordo com Calvet (2007), essas duas frentes principais – educação e difusão no meio gráfico – são importantes para que a escrita de sinais seja amplamente difundida em qualquer língua. Então, a escrita de sinais da Libras, o *SignWriting*, precisa ser difundida nesses espaços sociais.

²⁷ Veja o vídeo no link <https://www.youtube.com/watch?v=hxkEzXdm8aw>, acesso em 14/10/2019.

Ação 11: Criar normas de publicação científica para projetos, artigos, capítulos, livros, trabalhos em eventos e outras publicações científicas com base em recomendações da ABNT

Não há pesquisas e registros de normas científicas como a ABNT. No entanto, já há artigos científicos, capítulo de livro e dissertação em SW que podem servir de base para o desenvolvimento de regras para publicações científicas em geral.

Nesse sentido, já há uma revista que prevê a publicação de artigos em SW. A Revista Porto das Letras da UFT já aceita artigos em SW. Nas Diretrizes para os autores, a revista informa que “2. Os trabalhos deverão ser inéditos e poderão ser redigidos em português, alemão, espanhol, francês, inglês e Libras, em vídeo-registro ou *SignWriting*.” No item 8, é possível também a inclusão do resumo em *SignWriting*. “8. [...] Os autores poderão incluir, além dos resumos em inglês e português, resumos em outras línguas como alemão, espanhol, francês e Libras (*SignWriting*).” Por isso, precisa criar regras de publicação científica. Desta forma, outras revistas também podem adotar esta prática de publicação em SW. É importante que a sociedade em geral tenha acesso a este tipo de informação para desenvolver a divulgação da pesquisa científica em *SignWriting*.

Ação 12: Adotar, em concursos públicos, seleções, vestibulares e Enem, a opção de o candidato realizar a prova escrita em *SignWriting*.

Há provas que são realizadas em vídeo-registro nos processos seletivos como é o caso do Enem no ano de 2018 e de alguns vestibulares em universidades públicas. Houve luta do movimento surdo brasileiro para essa conquista importante. As vídeo provas são realizadas em todas as disciplinas do Enem e são filmadas por professores surdos das universidades federais. No entanto, poderiam ser ofertados também em escrita de sinais.

O Mestrado em Letras da UFT possibilita que a prova de conhecimento específico seja realizada em *SignWriting*. Essa opção foi ofertada nos editais de seleção de 2019, 2023 e 2024. Em 2020, 2021 e 2022, a seleção foi realizada remotamente devido à pandemia da Covid-19 e

foi realizada apenas a entrevista em Libras realizada remotamente. A seguir, vemos parte do item 9 do edital de 2024:

9. DA REALIZAÇÃO DA PROVA FILMADA EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E ESCRITA EM *SIGNWRITING*

9.1. Em todas as etapas do processo seletivo, será disponibilizado, para os candidatos surdos, um intérprete em Libras ou docente fluente em Libras.

[...]

9.4. No ato da inscrição, o candidato surdo optará por responder a prova de conhecimento específico nos seguintes formatos:

- a) Filmada em Língua Brasileira de Sinais;
- b) Escrita em *SignWriting*;
- c) Escrita em Língua Portuguesa como segunda língua.

9.5. No dia da prova, será disponibilizado papel específico para a realização da prova em *SignWriting*.

9.6. O candidato que realizar a prova em *SignWriting* deverá utilizar a forma padrão desse sistema de escrita de sinais.

[...]

9.10. No dia da prova, as respostas da prova 4 – linha de pesquisa em Língua Brasileira de Sinais, poderão ser respondidas em 3 formatos: filmadas em Libras, escritas em *SignWriting* e em Língua Portuguesa.

9.11. Somente será disponibilizada a prova filmada em Libras ou escrita em *SignWriting* para os candidatos da prova 4 – Linha de Pesquisa Língua Brasileira de Sinais.

9.12. Caso o candidato surdo se inscreva em outra linha de pesquisa que não seja a linha de pesquisa em Língua Brasileira de Sinais, as questões da prova deverão ser em Língua Portuguesa. O candidato poderá solicitar a prova filmada em Libras e/ou escrita em *SignWriting* no item “atendimento especial” nas outras linhas de pesquisa.

9.13. No entanto, para os candidatos surdos, as respostas das questões em todas as linhas de pesquisa poderão ser filmadas em Libras, escrita em *SignWriting* ou em Português como Segunda Língua, de acordo com a escolha do candidato no ato da inscrição. (UFT, 2024).

Nesse sentido, os candidatos podem sentir-se à vontade em escolher se querem a prova filmada em Libras, em *SignWriting* ou em português como segunda língua. Assim, os surdos tem seus direitos de acessibilidade a concursos garantidos em diversas opções de prova.

No entanto, em relação à escrita de sinais, se há vários sistemas difundidos, candidatos podem ter direito de acesso ao processo seletivo ou concurso lesados e, por isso, podem ser prejudicados por não ter acesso às mesmas oportunidades nos concursos públicos. Por isso, é fundamental que seja oficializado somente um sistema de escrita de sinais.

No Brasil, há quatro propostas de escrita de sinais: *SignWriting*, ELiS, SEL e VisoGrafia. Contudo, essa difusão de vários sistemas é complexa e inviabiliza o acesso a concursos e ao conhecimento também, porque seria necessário conhecer os quatro sistemas de forma aprofundada, além de português escrito como segunda língua. No contexto nacional da educação brasileira em que há vários limites e desafios, é difícil o ensino de qualidade de forma aprofundada de quatro sistemas de escrita de sinais. Portanto, é fundamental que um único sistema de escrita de sinais seja oficializado e difundido de forma ampla. Desta forma, esta tese defende que o sistema *SignWriting* seja oficializado como a escrita de sinais da Libras em todo o Brasil. Como se percebe nas entrevistas com os professores de escrita de sinais, todos estão de acordo que o sistema SW precisa ser oficializado no Brasil. Além disso, há algumas pesquisas que já demonstram que é possível o uso do sistema *SignWriting* para a escrita da Libras em diversos contextos de comunicação, como ensino, acesso à informação, difusão do conhecimento e produção de artefatos artísticos e culturais da comunidade surda do Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tem por objetivo discutir a implantação de políticas linguísticas da escrita de língua de sinais no Brasil, levando em consideração que não há um único sistema de escrita de sinais para a Libras. Além disso, analisou-se as perspectivas dos professores de Letras: Libras sobre a possibilidade de se oficializar um único sistema de escrita de sinais para a Libras, visto que há quatro propostas de sistemas de escritas de sinais no Brasil: *SignWriting* (SW), Sistema de Escrita das Línguas de Sinais (ELiS), Sistema de Escrita para Línguas de Sinais (SEL) e Escrita Visogramada das Línguas de Sinais (VisoGrafia).

A presente tese conseguiu responder aos objetivos da pesquisa que são os seguintes: O objetivo geral da tese é problematizar a implantação de políticas linguísticas em relação à escrita de língua de sinais no Brasil. Nesse sentido, foi possível problematizar as políticas linguísticas da escrita de sinais, discutindo a teoria e contexto da escrita de sinais no Brasil. Nota-se que há quatro sistemas de escrita de sinais. Os professores entrevistados argumentam que ter quatro sistemas é complicado e inviabiliza a implementação da escrita de sinais. Alguns entrevistados defendem que, assim com o português tem só uma escrita, a Libras também necessita ter apenas um sistema de escrita de sinais. Todos os entrevistados defendem que o sistema *SignWriting* deve ser oficializado e concordam que é necessário que esse sistema seja padronizado e difundido de forma ampla.

Em relação aos objetivos específicos, esta tese conseguiu atender a estes objetivos: Investigar o uso e a difusão de sistema de escrita de língua de sinais, a partir da visão de professores de escrita de sinais. Em relação a esse objetivo, os professores relatam que o sistema *SignWriting* é mais difundido no Brasil. Esse sistema também é ensinado em todas as universidades pesquisadas, de acordo com as entrevistas. Mas os professores afirmam que há poucos materiais didáticos e acadêmicos disponíveis para o ensino e a pesquisa. Por isso, há muitos desafios para ensinar o *SignWriting*. O informante Rosa informa que o ensino desse sistema é mais desafiador para os surdocegos, porque é necessário adaptar os materiais específicos para esses alunos. Então, é necessário aumentar as publicações e materiais didáticos em escrita de sinais para estimular o ensino e o acesso à informação e ao conhecimento em SW.

O segundo objetivo específico desta tese é o seguinte: Discutir sobre a oficialização e padronização de um sistema de escrita e suas implicações nos diversos contextos de escrita da Libras. Nesse objetivo, foi possível discutir sobre a oficialização e padronização do sistema *SignWriting*. Todos os professores opinam que é fundamental que seja oficializado e padronizado apenas um sistema de escrita de sinais. eles afirmam que deve ser escolhido o sistema *SignWriting*, porque é mais visual, icônico e é fácil e claro de ser percebido. Em geral, os alunos surdos e ouvintes gostam e elogiam a escrita de sinais.

Nesta tese, a oficialização da escrita de sinais refere-se à ação de escolher um único sistema de escrita de sinais. A pesquisa demonstra, nas entrevistas, que os professores indicam que o sistema *SignWriting* deve ser oficializado na educação de surdos, acesso ao conhecimento, à informação e em locais públicos em geral. Já a padronização refere-se à ação de criar um padrão de escrita que possa ser difundido e que todos possam entender de forma clara, respeitando as variações linguísticas da Libras em diversas regiões do país.

Em relação à oficialização de um sistema, verificou-se que ainda não há línguas de sinais que tenham sistemas de escrita oficializado. Percebe-se, porém, que o sistema *SignWriting* é o mais difundido no mundo todo nas diversas línguas de sinais. Isso sugere que já ocorre um processo de oficialização implícito em curso.

Em relação à padronização, as pesquisas demonstram algumas possibilidades de se adaptar e simplificar o SW para uma escrita mais econômica. As pesquisas de Nobre (2011) e Moraes (2016) apontam que o sistema é flexível e aberto, sendo possível criar e simplificar os glifos do sistema *SignWriting*. Os professores também consideram que, assim como em português é possível haver reformas ortográficas, em SW também é possível aperfeiçoar o sistema para a economia da escrita.

A pesquisa de Barbosa (2017) faz uma comparação entre o *SignWriting* e a ELiS, considerando a funcionalidade gramatical dos sistemas. Como resultado, a autora aponta que o SW possibilita a escrita completa, porque possui mais glifos e é possível escrever os sinais com suas expressões não-manuais. Estas expressões não-manuais são importantes para a fonologia, morfologia e sintaxe da Libras. Por outro lado, a ELiS não tem as expressões não-manuais. A ausência das expressões não-manuais pode comprometer a compreensão da Libras. Em algumas frases, se não houver expressões não-manuais elas podem ser consideradas agramaticais. Esse é um desafio que a escrita de sinais precisa resolver no processo de padronização e reforma do sistema.

O terceiro objetivo específico desta tese é o seguinte: Propor ações para a implementação de políticas linguísticas no que se refere à escrita de sinais no Brasil. Neste último objetivo, foi possível propor algumas ações para oficializar, padronizar e difundir o sistema *SignWriting*. Dentre estas ações, estão a oficialização do *SignWriting* como único sistema no Brasil; implementar o SW na educação bilíngue de surdos, na formação de professores; criar materiais didáticos e estimular a publicação científica, literária e artística em SW; promover o registro de topônimos em SW; criar novas tecnologias que comportem o sistema SW, por meio de recursos públicos e de estímulo à pesquisa; produzir glossários e dicionários para a padronização do sistema *SignWriting*; e adotar o sistema SW em concurso públicos e processos seletivos. Essas são algumas ações que podem desenvolver e implementar o sistema *SignWriting* no Brasil. Outras ações podem ser discutidas e implementadas pela comunidade surda brasileira em pesquisas futuras.

As perguntas de pesquisa desta são as seguintes: 1) Qual a percepção dos professores sobre a necessidade de oficialização de um sistema de escrita? 2) Como são apresentadas as políticas linguísticas sobre a escrita de sinais nos documentos oficiais e pesquisas linguísticas? 3) Como são difundidos os sistemas de escritas de sinais no Brasil? 4) Como podem ser desenvolvidas ações de padronização e oficialização de um único sistema de escrita de sinais no Brasil? Todas as perguntas de pesquisa foram contempladas nesta tese, como já demonstramos acima nos objetivos. Por isso, não iremos repetir as colocações pontuadas acima, mas considerar que estas perguntas foram norteadoras para o desenvolvimento desta tese. Desta forma, conseguimos perceber a importância da escrita de sinais para a comunidade surda, para sua educação e para o acesso ao conhecimento e à informação. Além disso, como apontamos na pesquisa, recomenda-se que o sistema *SignWriting* seja oficializado como o único sistema de escrita de sinais da Libras.

A hipótese desta tese é que a oficialização de um sistema de escrita de sinais pode contribuir significativamente para a difusão da Libras na forma escrita, a educação bilíngue de surdos, acesso à informação e ao conhecimento. Como foi observado na tese, os argumentos dos professores, bem como documentos sobre a educação de surdos defendem que o sistema *SignWriting* deve ser oficializado como o único sistema de escrita de sinais no Brasil. Além disso, as pesquisas realizadas até o momento sobre escritas de sinais apontam para a flexibilidade e viabilidade do uso desse sistema nos diversos espaços de comunicação e aprendizagem da comunidade surda no Brasil.

Dentre os principais autores que fundamentam esta tese estão Lagares (2018), Calvet

(2007), Stumpf (2005), Quadros (2016; 2017), Barreto e Barreto (2015), Reagan (2010), Woll, Sutton-Spence e Elton (2004), Shohamy (2006), Leão (2019a), Rajagopalan (2003, 2013), Oliveira (2007), Wanderley e Stumpf (2016) e Capovilla (2000). São discutidos conceitos sobre as políticas linguísticas e a padronização de escrita de sinais, a oficialização de línguas de sinais e de sistemas de escrita de sinais, a legislação linguística e a possibilidades de implementação da escrita de sinais no Brasil.

A metodologia de pesquisa desta tese é um estudo de caso. É utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, visto que está relacionada com o objetivo dessa pesquisa. Além disso, analisa-se a visão dos professores de escrita de sinais de universidades das cinco regiões do Brasil. A coleta de dados das entrevistas foi realizada no Zoom e gravadas. Após essa etapa, foi feita a transcrição e a análise dos dados.

Foram analisados os PPCs e as ementas de cursos de Letras: Libras. Serão entrevistados professores da UFAM, UFSC, UFPE, UFMG e UnB. Dentro dos PPCs, a maioria das universidades usam o sistema *SignWriting*. Também há, em geral, duas disciplinas de escrita de sinais. Algumas disciplinas apresentam na ementa a menção à escrita de sinais, como as disciplinas de Ensino de Libras como L1, Ensino de Libras como L2, Práticas de tradução e Linguística de Corpus e Sistemas de Transcrição. De acordo com os professores entrevistados, todas as universidades usam mais a prática de ensino de escrita de sinais do que a teoria. Isso mostra que há preocupação dos professores em ensinar o sistema *SignWriting* de forma aprofundada para que seja difundido no ensino e na sociedade em geral.

Os entrevistados argumentam que é necessário adotar um único sistema de escrita de sinais do Brasil, bem como este sistema deve ser difundido nos diversos espaços sociais, educacionais e de acesso à informação. Todos os informantes defendem que o sistema *SignWriting* deve ser oficializado como único sistema de escrita de sinais no Brasil, porque se trata do sistema mais difundido no Brasil e no mundo. Por fim, apresentamos algumas ações para a implementação do sistema de escrita de sinais *SignWriting* no Brasil.

Com as entrevistas realizadas, eu percebi que os entrevistados conhecem mais o sistema *SignWriting* e menos os outros sistemas. Relatam que há poucos cursos dos sistemas ELiS, SEL e VisoGrafia e que há mais cursos e difusão do sistema *SignWriting*.

Além disso, os entrevistados relatam a necessidade de oficializar um sistema de escrita de sinais. Nesse sentido, deve-se começar a ensinar o sistema *SignWriting* desde os primeiros anos de escolarização. Nesse sentido, deve-se buscar ensinar a escrita de sinais junto com a

disciplina de Libras para que a criança consiga desenvolver a aquisição da escrita de forma plena. Portanto, é necessária a difusão do sistema *SignWriting* no acesso ao conhecimento, à informação e na educação de surdos. Desta forma, os surdos terão mais oportunidades de desenvolver sua língua, cultura, literatura e identidade no sistema de escrita de sinais *SignWriting*.

REFERÊNCIAS

ADAM, R. Standardization of Sign Languages. *Sign Language Studies*, Volume 15, Number 4, Summer 2015, pp. 432-445

AMPESSAN, J. P. **A escrita de expressões não manuais gramaticais em sentenças da Libras pelo sistema SignWriting**. 197 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Lingüística) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2015

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de Caso**. Campinas: Papirus, 1995.

ARAÚJO, A. B. **SignWriting como Suporte para leitura de textos escritos em português**. 24 f. Artigo (Curso de Graduação Letras: Libras) – Universidade Federal do Tocantins, 2019.

BALSAN, R.; LIMA, P. A. P.; RIBEIRO, L. J. G. S.; BARBOSA, G. O.; FERRARO, J. R. Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional: memória socioespacial e educação patrimonial. In: BALSAN, R.; RIBEIRO, L.; BRASSANIN, C. **Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional: reflexões de ensino, pesquisa e extensão**. Palmas, TO: Ed. da UFT, 2020.

BARBOSA, Gabriela Otaviani. **A arte de escrever em libras**. 182 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

BARRETO, M.; BARRETO, R. **Escrita de Sinais sem Mistérios**. 2ª Edição. Salvador: Libras Escrita, 2015.

BEHARES, L. E.; BROVETTO, C.; CRESPI, L. P. Language Policies in Uruguay and Uruguayan Sign Language (LSU). *Sign Language Studies*, Volume 12, Number 4, Summer 2012, pp. 519-542

BENASSI, C. A. VisoGrafia: alguns desdobramentos do objete de tese “escrita de sinais”. **Revista Falange Miúda (ReFaMi)**, ano 2, n. 2, jul.-dez., 2017. Disponível em <http://www.falangemiuda.com.br/index.php/refami/article/view/163>. Consulta em 26 de dez. 2017.

BOZÓLI, Daniele Miki Fujikawa. **Educação bilíngue de surdos: o uso da escrita de sinais SignWriting na aprendizagem do português como segunda língua**. 213 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Lingüística) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146**, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm , acesso em 16 de abril de 2024.

BRASIL. Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em 5 fevereiro de 2024.

BRASIL. Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais**. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> acesso em 5 de fevereiro de 2024.

BRASIL. Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 14.191 de 03 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm , acesso em 31 de março de 2024.

BROWN, D. **Teaching by Principles**. Londres: Oxford, 2012.

CALVET, L-J. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

CAPOVILLA, F. C. (Org.) **Dicionário da Língua Brasileira de Sinais do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2017, 3 vol.

CAPOVILLA, F. SingWriting: implicações psicológicas e sociológicas de uma escrita visual direta de sinais, e de seus usos na educação do surdo. **Revista Espaço**. nº 13, jun-2000

CARNEIRO, B. G.; LEÃO, R. J. B. BASES LEGAIS PARA POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM ESCRITA DE SINAIS. **Revista Afluente**, vol. 4, N. 11, 2019. Acesso em 15/04/2024.

CORDEIRO, C. C. G. **Produção de Gibi em Escrita de Sinais**. 22 f. Artigo (Curso de Graduação Letras: Libras) – Universidade Federal do Tocantins, 2019.

DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS SURDAS: PELA EQUIDADE SOCIAL, CULTURAL E LINGUÍSTICA. <https://blog.febrapils.org.br/direitos-humanos-das-pessoas-surdas-pela-equidade-social-cultural-e-linguistica/> acesso em 31 de março de 2024.

ESTELITA-BARROS, Mariângela. **ELiS – escrita das línguas de sinais: proposta teórica e verificação prática**. 2008. 199 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INEGRACÃO DOS SURDOS (FENEIS), A **Educação que nós Surdos Queremos**. 1999. Disponível: <https://docplayer.com.br/18634121-A-educacao-que-nos-surdos-queremos.html> acessado no dia 16/10/2019 acessado no dia 11/10/2019.

FERNANDES, Letícia. **Depoimentos de ouvintes universitários sobre a escrita da Língua de Sinais**. 118 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

GESSER, A. **O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras**. I. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KRAUSNEKER, V. Ideologies and Attitudes toward Sign Languages: An Approximation. **Sign Language Studies**, Volume 15, Number 4, Summer 2015, pp. 411-431

KUGOT, M. K. **As descrições imagéticas na transcrição e leitura de um texto em *Signwriting***. 161 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

LAGARES, X. C. **Qual Política Linguística? Desafios Glotopolíticos Contemporâneos**. São Paulo: Parábola, 2018.

LEÃO, R. J. B. **Políticas Linguísticas em Escrita de Sinais**. 109 f. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, TO, 2019a.

LEÃO, R. J. B. Por uma política linguística em escrita de sinais no Tocantins. In: CARNEIRO, B. G.; LEÃO, R. J. B.; MIRANDA, R. G. (Orgs.). **Língua de Sinais, Identidades e Cultura Surda no Tocantins**. Vol. 1. North Charleston: Amazon Digital Services, 2019b.

LUDWIG, C. R.; QUADROS, R. M. ; SILVA, V. R. . As Marcações Não-Manuais na Hipotaxe Adverbial Causal da Libras. *Quintú Quimün*, v. 61, p. 1-23, 2022.

LUDWIG, C. R.; QUADROS, R. M.; SANTOS, T. C. . Hipotaxe Adverbial Temporal na Libras. *REVISTA VIRTUAL DE ESTUDOS DA LINGUAGEM*, v. 20, p. 81-104, 2022.

MCKEE, R. L.; MANNING, V. Evaluating Effects of Language Recognition on Language Rights and the Vitality of New Zealand Sign Language. *Sign Language Studies*, Volume 15, Number 4, Summer 2015, pp. 473-497.

MIRANDA, R. G. **Toponímia em Libras: descrição e análise dos sinais dos municípios do Tocantins**. 183 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Letras) – Universidade Federal do Tocantins, 2020.

MORAIS, Carla Damasceno de. **Escritas de Sinais: Supressão e Componentes Quirêmicos da Escrita da Libras em Signwriting**. 597 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

OLIVEIRA, G. M. A ‘virada político-linguístico’ e a relevância social da linguística e dos linguistas. In: CORREA, D. A. (org.). **A relevância social da linguística. Linguagem, teoria**

e ensino. São Paulo: Parábola: Ponta Grossa: UEPG, 2007, p. 79-93.

PÊGO, C. F. **Articulação-Boca na Libras: Um Estudo Tipológico Semântico-Funcional**. 158f. Tese (Doutorado em Lingüística) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2021.

PÊGO, C. F. **Sinais não-manuais gramaticais da LSB nos traços morfológicos e Lexicais**. Um Estudo Do Morfema-boca. Dissertação de Mestrado (Mestrado em linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

QUADROS, R. M. (Org.) **Letras Libras: Ontem, hoje e amanhã**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015

QUADROS, R. M. Políticas linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. **Cadernos CEDES**, v. 26, n. 69, p.141-161, 2006.

QUADROS, R. M.; SILVA, J. B.; ROYER, M. AND RODRIGUES-SILVA, V. (eds.). 2023a. Gramática da Libras. Volume I e Volume II. Instituto Nacional de Educação de Surdos. Rio de Janeiro, 2023.

RAJAGOPALAN, K. Política Linguística: do que é que se trata afinal? In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K.A.; TÍLIO, R. (Orgs.) **Política e Políticas Linguísticas**. Campinas: Pontes, 2013.

REAGAN, T. **Language Policy and Planning for Sign Languages**. Gaullaudet: Gaullaudet, 2010

REVISTA PORTO DAS LETRAS. Diretrizes para autores. Disponível em <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/about/submissions>, acesso em 20/04/2024

SHOHAMY, E. **Language policy: Hidden agendas and new approaches**. Londres: Routledge, 2006.

SILVA, Erika Vanessa de Lima. **Narrativas de professores de surdos sobre a escrita de sinais**. 113 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

SILVA, Fábio Irineu. **Analisando o processo de leitura de uma possível escrita da língua brasileira de sinais: Signwriting**. 114 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

SILVA, Vanessa, S. **Letramento e ensino de gêneros**. Educ. Foco, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 19-40, mar./ ago. 2011.

SOARES, Crisiane de Freitas. **Uma análise fonético-fonológico para a escrita em SignWriting do léxico CASA, através da plataforma SignPuddle: um estudo de caso**. 186 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.

SOUSA, A. M. **Toponímia em Libras: pesquisa, ensino e interdisciplinaridade**. 1. ed. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

SOUSA, A. M.; GARCIA, R.; LIMA, I. Q. A DISCIPLINA ESCRITA DE SINAIS NOS CURSOS DE LETRAS LIBRAS. **Revista Arqueiro**. INES jul - dez 2019 • EDIÇÃO #39

SOUZA, J. D. M. **Libras enquanto língua de registro e circulação do conhecimento produzido no trabalho de conclusão de curso**. 171 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Tocantins, 2022.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 3. Ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015.

STUMPF, M. R.; LINHARES, R. S. A. (Orgs.) **Referenciais para o ensino de Língua Brasileira de Sinais como primeira língua na Educação Bilíngue de Surdos: da Educação Infantil ao Ensino Superior**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2021. 5 Vol.

STUMPF, M.R.; QUADROS, R.M.(Orgs.) **Estudos da Língua Brasileira de Sinais**. Vol. IV. Florianópolis: Editora Insular, 2018.

STUMPF, Marianne Rossi. **Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema signwriting: línguas de sinais no papel e no computador**. 2005. 330 f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Curso de Pós-Graduação em Informática da Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. 1996 Disponível em <https://www.penclubportugues.org/comites/declaracao-universal-dos-direitos-linguisticos/>, acesso em 15/04/2024.

WANDERLEY, Débora Campos. **A classificação dos verbos com concordância da língua brasileira de sinais: uma análise a partir do SignWriting**. 336 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

WANDERLEY, Débora Campos. **Aspectos da leitura e escrita de sinais: estudos de caso com alunos surdos de educação básica e de universitários surdos e ouvintes**. 192 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

WDF/WORLD DEAF FEDERATION. **WFD Statement on Standardized Sign Language**. Disponível em <https://wfdeaf.org/news/wfd-statement-on-standardized-sign-language/>, acesso em 8 de abril de 2024.

APÊNDICE A – PERGUNTAS DA ENTREVISTA

- 1) Há quanto tempo você trabalha na sua universidade com escrita de sinais?
- 2) Quanto tempo você dá a disciplina de escrita de sinais?
- 3) Começou a ministrar aulas de escrita de sinais antes da sua universidade?
- 4) Você ministra a disciplina de escrita de sinais com foco mais na teoria ou prática? Ou forma igual?
- 5) Você utilizou as atividades em português ou escrita de sinais? Os alunos devem responder em português ou escrita de sinais na disciplina de escrita de sinais?
- 6) Como você é professor(a) de escrita de sinais da universidade, você acha que é necessário contratar os professores para trabalhar na escola bilíngue ou inclusiva com a disciplina de escrita de sinais? Dê sua opinião.
- 7) Você percebe que surdos ou ouvintes conseguem aprender rápido em escrita de sinais?
- 8) Qual idade que os alunos se desenvolvem bem?
- 9) Você teve vários alunos que já elogiaram mais que reclamaram de escrita de sinais? Ou contrário? Por quê?
- 10) Você consegue buscar materiais para usar na sala de aula? Foi fácil ou difícil?
- 11) Você prefere ou escolhe disciplina de escrita de sinais? Por quê?
- 12) Qual sistema você usa? SignWriting, Elis, SEL ou Visografia? Porque você escolheu esse sistema?
- 13) Conhece outros sistemas? Já ministrou aulas ou oficinas de algum outro sistema?
- 14) Tem minha pesquisa de mestrado sobre padrão de escrita de sinais, enfim, sua opinião, é importante oficializar um único sistema de escrita de sinais? Qual sistema?
- 15) Você acha que devemos discutir sobre a ortografia e padronização em escrita de Sinais? Pode-se pensar em outra palavra como, por exemplo, glifonomia da Escrita de Sinais?
- 16) Você percebe que tem pouco material ou bastante? Por exemplo, artigos, materiais didáticos, livros, imagens no texto em escrita de sinais?
- 17) Na sua opinião sobre ação aqui no Brasil sobre escrita de sinais. Pode falar mais alguma coisa sobre isso, o que precisamos fazer ou melhorar para aumentar nossa área de escrita de sinais.

APÊNDICE B – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: **Caminhos para Implementação das Políticas Linguísticas da escrita de sinais**

Este termo está disponível também em Libras e pode ser respondido em Libras

Por meio deste **Termo**, venho convidá-lo para participar de minha pesquisa, **que tem como título: Caminhos para Implementação das Políticas Linguísticas da escrita de sinais**, sob a responsabilidade do pesquisador Renato Jefferson Bezerra Leão Gregorio, Discente do Curso de Doutorado Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas da Faculdade FALE. **O objetivo do referido pesquisador com esta pesquisa é:** Problematicar a implantação de políticas linguísticas em relação à escrita de língua de sinais no Brasil.

A escolha da temática justifica-se por uma busca de resposta para problemas que envolvem a escrita de sinais, políticas linguísticas, cultura surda e identidade. Dessa forma, esta pesquisa vincula-se as políticas linguísticas que investigam a difusão e padronização de sistema de escrita de sinais.

Sua participação acontecerá em uma etapa, sendo: Entrevista, em horário a combinar com duração máxima de 30 minutos. As entrevistas serão realizadas na Universidade. Caso esses procedimentos possam gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo. Ressalto também que as entrevistas serão realizadas por meio da gravação de vídeo do que serão transcritas e analisadas.

Se você aceitar participar, você terá a oportunidade de refletir sobre a escrita de sinais e políticas linguísticas, que são significativas no desenvolvimento para o desenvolvimento para a educação de surdos no século XXI. Além disso, você contribuirá para a melhoria do ensino na esfera acadêmica, visto que se espera o desenvolvimento da escrita de sinais.

Os eventuais riscos decorrentes da participação na pesquisa podem ser: considerar

invasivo algum questionamento feito pelo pesquisador, ou até mesmo, sentir-se constrangido em relação ao ambiente e/ou a presença do pesquisador, não aceitar responder alguma pergunta que compõe a entrevista. Saliento, que eventualmente o voluntário poderá sentir-se inibido e/ou constrangido pelo uso da filmadora. Para minimizar os possíveis incômodos, utilizaremos uma sala reservada, em que só estarão presentes o pesquisador e o participante, de forma a garantir sua privacidade. Caso sinta-se constrangido com algum questionamento da entrevista, você não precisa responder.

Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito à indenização.

A sua participação é voluntaria e a recusa a participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Após consentir a participação, se você vier a desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo. Com esta participação, os participantes não terão nenhuma despesa e também não receberão nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a identidade dos participantes não será divulgada, sendo guardada em sigilo. No final da pesquisa cada participante receberá uma via do trabalho final.

Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os seus dados, esclarecimentos, ou críticas, ou solicitar assistência, em qualquer fase do estudo, poderá entrar em contato com o pesquisador Renato Jefferson Bezerra Leão Gregorio no curso de Doutorado Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas da faculdade FALE, no endereço Av. Lourival Melo Mota, S/N Tabuleiro do Martins, Maceió - AL – CEP: 57072-900 – Tel./FAX: (82)3214-1332 – e-mail renatoleao@uft.edu.br, ou pelo telefone (63) 98134-7087.

Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa o(a) Sr (a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAL. O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o CEP da Universidade Federal de Alagoas pelo telefone 82 3214-1041, pelo e-mail: cep@ufal.br, ou no Campus A. C. Simões, Cidade Universitária - Maceió/AL, segunda-feira a sexta-feira das 13 às 18 horas. Você pode inclusive fazer a reclamação sem se identificar, se preferir.

Este documento é emitido em duas vias, as quais serão assinadas, por mim e por você participante, ficando uma via com cada um de nós. Esse termo também poderá ser respondido em vídeo na língua brasileira de sinais. Você receberá uma cópia do seu consentimento.

Eu, _____, fui informado (a) sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração e entendi a explicação. Por isso, concordo em participar do projeto, sabendo que não receberei nenhum tipo de compensação financeira pela minha participação neste estudo e que posso sair quando quiser. Também sei que, caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

Data: ____/____/____.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável